

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Sara Müller Käfer

**A ATUAÇÃO DO GOVERNO RUSSO NA GUERRA CIVIL SÍRIA:  
COMPREENDENDO AS RAZÕES E OS OBJETIVOS DE MOSCOU**

Santa Maria, RS  
2022

**Sara Müller Käfer**

**A ATUAÇÃO DO GOVERNO RUSSO NA GUERRA CIVIL SÍRIA:  
COMPREENDENDO AS RAZÕES E OS OBJETIVOS DE MOSCOU**

Trabalho de Conclusão apresentado ao Curso de Relações Internacionais, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Arthur Coelho Dornelles Júnior

Santa Maria, RS  
2022

**Sara Müller Käfer**

**A ATUAÇÃO DO GOVERNO RUSSO NA GUERRA CIVIL SÍRIA:  
COMPREENDENDO AS RAZÕES E OS OBJETIVOS DE MOSCOU**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovado em 18 de agosto de 2022

---

**Arthur Coelho Dornelles Júnior, Dr (UFSM)  
(Presidente/Orientador)**

---

**José Renato Ferraz da Silveira, Dr (UFSM)**

---

**Augusto César Dall'Agnol, Me (UFRGS)**

Santa Maria, RS  
2022

Às mulheres que vieram antes de mim; e a todas que virão em seguida.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, à República Federativa do Brasil, à população brasileira e à Universidade Federal de Santa Maria pela oportunidade de cursar a graduação em Relações Internacionais em uma instituição de excelência, pública e gratuita. Passar quatro anos e meio da minha juventude frequentando um ambiente tão plural quanto a UFSM me trouxe crescimento pessoal e profissional imensurável e por isso sempre serei grata. Espero poder contribuir para sociedade tanto quanto me foi oportunizado. Aos professores que cruzaram o meu caminho desde a Educação Infantil à Universidade: obrigada por me mostrarem o mundo por outros olhos e por viverem a educação como vocação. Em especial, obrigada ao Prof. Arthur Coelho Dornelles Júnior, que me auxiliou na construção desse desafiador trabalho que encerra meu ciclo nas RI-UFSM.

Aos meus pais, Joseane e Paulo, obrigada pelo suporte incondicional na realização desse objetivo e por me ensinarem desde cedo que estudar é a melhor coisa que eu poderia fazer por mim mesma e pelo mundo. Eu sei o quanto trabalharam para garantir que eu tivesse o melhor ambiente para desenvolvimento possível, me proporcionando uma vida muito mais confortável do que a que vocês tiveram e nunca esquecerei todo o esforço. Mãe, você sempre será minha maior referência e sou profundamente grata por me mostrar as maravilhas e amarguras de ser uma mulher independente e determinada no século XXI.

Esta caminhada e a vida não seriam tão prazerosas sem a companhia de pessoas especiais, e por isso agradeço às amizades que cultivei. Obrigada pela cumplicidade aos amigos da minha cidade natal, Teutônia, entre os quais cito Ana Luiza, Amandine, Eduarda, Anna Victória, Maria, Augusto e Cândida. É tão bom poder contar com vocês independente da distância e dos diferentes rumos tomados. Agradeço também àqueles que conheci em Santa Maria e dividiram inúmeros momentos acadêmicos desafiadores e vivências divertidas comigo, com certeza marcaram imensamente minha trajetória no curso e quero levá-los para a vida. Gratidão a todos vocês e, especialmente, a Mariana, Gabriela, Thaís, Gabriel, Eduarda, Miguel, Karolayni e Cássio.

Por fim, deixo o meu muito obrigada a todas as mulheres que ocuparam espaços anteriormente de acesso exclusivo aos homens. É imprescindível que lembremos quão recentes são as conquistas femininas e, conforme afirmou Simone de Beauvoir, basta uma crise política, econômica ou religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados.

## RESUMO

### A ATUAÇÃO DO GOVERNO RUSSO NA GUERRA CIVIL SÍRIA: COMPREENDENDO AS RAZÕES E OS OBJETIVOS DE MOSCOU

AUTORA: Sara Müller Käfer

ORIENTADOR: Arthur Coelho Dornelles Júnior

Essa pesquisa pretende compreender as motivações e intenções da Federação Russa perante a Guerra Civil Síria. Para entender, dessa forma, o que levou o governo de Vladimir Putin a apoiar o político sírio Bashar al-Assad frente ao conflito desencadeado pela Primavera Árabe em 2011, iniciou-se com um panorama histórico da formação estatal da República Árabe Síria ao eclodir da guerra. São tratados, na sequência, os principais eventos do conflito (subdivididos entre 2011-2015 e a partir da intervenção russa à atualidade), os atores locais e agentes externos envolvidos, bem como seus interesses na hostilidade. O capítulo seguinte debate os conceitos de “estratégia” e “grande estratégia” para analisar a política externa russa do século XXI à luz dos Conceitos de Política Externa de 2000, 2008, 2013 e 2016, bem como de discursos dos presidentes Putin e Medvedev, e determinar o lugar do Oriente Médio e da Síria nos planos da Rússia. Por fim, a seção final trata das razões para o apoio a Damasco partindo de três aspectos: o histórico de relações bilaterais profícuas, a conjuntura geopolítica apresentada (sobretudo as intervenções ocidentais com foco em troca de regime e a rápida expansão do Estado Islâmico no território) e a percepção de ameaça do tomador de decisões central do governo. Com isso, concluiu-se (1) que a guerra em questão eclodiu catalisada pela Primavera Árabe, mas é provida de um relevante contexto socioeconômico-político-sectário, além de envolver muitos atores locais e externos auto-interessados que se utilizam do formato de guerra por procuração; (2) existe uma grande estratégia branda da Federação Russa enquanto conjunto de princípios e visões normativas sobre o Sistema Internacional, havendo ajustes nas táticas, sobretudo, no que tange à atitude em relação ao Ocidente; (3) a parceria bilateral anterior entre a Rússia e a Síria foi importante para a decisão de apoiar o regime Assad, principalmente os atributos político-estratégicos, que se mesclaram à conjuntura geopolítica apresentada e derivado medo do transbordamento do terrorismo e da intervenção ocidental para mais perto da Rússia potencializou a deliberação arriscada (devido à percepção de ameaça de Putin) de fazer da ação militar na Síria em 2015 a primeira do país pós-soviético fora do seu espaço tradicional de influência.

**Palavras-chave:** Política externa russa. Guerra Civil Síria. Grande estratégia

## ABSTRACT

### **THE RUSSIAN GOVERNMENT'S POLICY TO THE SYRIAN CIVIL WAR: UNDERSTANDING MOSCOW'S REASONS AND OBJECTIVES**

AUTHOR: Sara Müller Käfer

ADVISOR: Arthur Coelho Dornelles Júnior

This research aims to understand the motivations and intentions of the Russian Federation in the face of the Syrian Civil War. In order to understand what led the government of Vladimir Putin to support the Syrian politician Bashar al-Assad in the face of the conflict triggered by the Arab Spring in 2011, we began with a historical overview of the Syrian Arab Republic state formation to the outbreak of the war. In sequence, the main events of the conflict (subdivided between 2011-2015 and from the Russian intervention to the present), the local actors and external agents involved, as well as their interests in hostility are discussed. The following chapter discusses the concepts of “strategy” and “grand strategy” to analyze Russian foreign policy in the 21st century in the light of the Foreign Policy Concepts of 2000, 2008, 2013 and 2016, as well as speeches by Presidents Putin and Medvedev, and determine the place of the Middle East and Syria in Russia's plans. The final section addresses the reasons for supporting Damascus based on three aspects: the history of fruitful bilateral relations, the geopolitical conjecture (especially western interventions focused on regime change and the fast expansion of ISIS) and threat perception of the central decision maker. Ultimately, we were able to conclude (1) that the war in question erupted catalyzed by the Arab Spring, but it is provided with a relevant socioeconomic-political-sectarian context, in addition to involving many local and external self-interested actors in a proxy war format; (2) there is a non-deep grand strategy of the Russian Federation as a set of principles and normative views on the International System, with occasional adjustments in tactics, especially with regard to the attitude towards the West; (3) the previous bilateral partnership between Russia and Syria was important for the decision to support the Assad regime, mainly the political-strategic attributes, which merged with the geopolitical context and the fear of terrorism spillover and western intervention closer to Russia has fueled the risky shot (due to Putin's threat perception) of making the 2015's military action in Syria the first in the post-Soviet country outside it's near abroad.

**Keywords:** Russian foreign policy. Syrian Civil War. Grand strategy.





## LISTA DE QUADROS

QUADRO	1	–	Estrutura	dos	Conceitos	de	Política	
Externa.....								42
QUADRO	2	–	Prioridades	na	resolução	de	problemas	
globais.....								43
QUADRO			3		–		Prioridades	
regionais.....								51

## LISTA DE SIGLAS

ALBA	Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América
APEC	Cooperação Econômica Ásia-Pacífico ( <i>Asia-Pacific Economic Cooperation</i> )
ASEAN	Associação de Nações do Sudeste Asiático ( <i>Association of Southeast Asian Nations</i> )
CEI	Comunidade dos Estados Independentes
CELAC	Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos
CIA	Agência Central de Inteligência ( <i>Central Intelligence Agency</i> )
CICA	Conferência sobre Medidas de Interação e Construção de Confiança na Ásia
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
EI	Estado Islâmico
ESCWA	Comissão Econômica e Social das Nações Unidas para a Ásia Ocidental (الإسكوا)
EUA	Estados Unidos da América
EurAsEC	Comunidade Econômica Euroasiática ( <i>Eurasian Economic Community</i> )
FDS	Forças Democráticas Sírias ( <i>SDF - Syrian Democratic Forces</i> )
KGB	Comitê de Segurança do Estado ( <i>Комитет Государственной Безопасности</i> )
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MSC	Conferência de Segurança de Munique ( <i>Munich Security Conference</i> )
OCI	Organização para a Cooperação Islâmica
OCX	Organização para Cooperação de Xangai (上海合作組織)
ONU	Organização das Nações Unidas
OSCE	Organização para Segurança e Cooperação na Europa ( <i>Organization for Security and Co-operation in Europe</i> )
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
OTSC	Organização do Tratado de Segurança Coletiva ( <i>Организация Договора о коллективной безопасности</i> )
OUA	Organização da Unidade Africana
PKK	Partido dos Trabalhadores do Curdistão (پارتی کار کهرانی کوردستان)
SICA	Sistema da Integração Centro-Americana
SVR	Serviço de Inteligência Internacional ( <i>Служба Внешней Разведки</i> )
UA	União Africana

UE	União Europeia
UNASUL	União de Nações Sul-Americanas
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
YPG	Unidades de Proteção Popular (په‌كینه‌یین، پاراستنا گهل)

## LISTA DE ABREVIATURAS

G20 Grupo dos 20

G8 Grupo dos 8

R2P Responsabilidade de Proteger (*Responsibility to Protect*)

RI Relações Internacionais

SI Sistema Internacional

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>13</b>
<b>2 PANORAMA HISTÓRICO E A GUERRA CIVIL SÍRIA</b>	<b>16</b>
2.1 SÍRIA ANTES DA GUERRA	16
2.2 A GUERRA CIVIL SÍRIA	20
<b>2.2.1 Primavera Árabe, deflagração e primeiros anos do conflito (2011-2015)</b>	<b>20</b>
<b>2.2.2 Intervenção russa e anos subsequentes (2015-atualmente)</b>	<b>24</b>
<b>2.2.3 Principais atores locais</b>	<b>30</b>
<b>2.2.4 Principais atores externos</b>	<b>31</b>
2.3 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS	34
<b>3 A GRANDE ESTRATÉGIA DA FEDERAÇÃO RUSSA</b>	<b>36</b>
3.1 ESTRATÉGIA E GRANDE ESTRATÉGIA	36
3.2 CONSTRUÇÃO E FUNDAMENTOS DA POLÍTICA EXTERNA RUSSA	39
3.3 ORIENTE MÉDIO E SÍRIA NA POLÍTICA EXTERNA RUSSA	54
3.4 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS	57
<b>4 PRINCIPAIS RAZÕES PARA A POLÍTICA RUSSA DE APOIO A ASSAD</b>	<b>59</b>
4.1 HISTÓRICO DE RELAÇÕES BILATERAIS	59
4.2 CONJUNTURA GEOPOLÍTICA	64
<b>4.2.1 Intervenção ocidental e regime change</b>	<b>65</b>
<b>4.2.2 Expansão da ameaça terrorista</b>	<b>67</b>
4.3 O FATOR PUTIN	69
4.4 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS	71
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>74</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>76</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Por quase cinquenta anos do século XX, as Relações Internacionais foram pautadas pela rivalidade entre duas grandes potências que exploraram desde as partículas atômicas à Lua. Com a Guerra Fria resultando no ápice do poderio estadunidense e na dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas em 15 países, o mundo inaugurou uma nova fase, tendo como cerne os Estados Unidos da América e um regime por ele conduzido de fóruns multilaterais. Como resultado desse processo, um Estado de remanescentes proporções continentais (re)nasceu entre o Leste Europeu e a Ásia, voltou-se ao interior de suas redefinidas fronteiras para lidar com as ruínas de um projeto ambicioso e, posteriormente, reivindicar sua posição no Sistema Internacional enquanto herdeiro legítimo da URSS (SARAIVA, 2008).

A Federação Russa, a partir de então, começou uma longa e árdua trajetória de recuperação econômica, reestruturação de instituições estatais e redefinição de identidade nacional. Como consequência, sua política externa passou por várias adequações até recuperar – em parte – sua influência nos principais tópicos da política internacional contemporânea. O ajuste da chamada “grande estratégia” russa, conceito que será trabalhado no capítulo 3, passou por fases de aproximação do bloco de países pertencentes à OTAN e tentativas de “ocidentalizar” o país para um crescente grau de pragmatismo, até que, já sob a égide de Vladimir Putin, a política externa da Rússia passa a ser gradualmente mais ofensiva. É reflexo disso as projeções de poder militar que o país realizou em nações vizinhas, como na Geórgia (2008) e na Ucrânia (2014, 2022), ou fora de sua zona tradicional de influência, o que foi o caso da Síria em 2015 (MANKOFF, 2009; TSYGANKOV, 2016; FREIRE, 2014).

Nesse último cenário, a Federação Russa constitui o mais relevante ator internacional que advoga a sustentação da presidência de Bashar al-Assad na República Árabe Síria, ao lado do Irã e algumas organizações políticas e paramilitares locais do Oriente Médio, em um conflito que se alastra há mais de uma década. O político alauita foi acusado por considerável parte da comunidade internacional<sup>1</sup> de praticar crimes de guerra contra a população síria, entre os quais o uso de armas químicas. Conseqüentemente, um bloco de países liderados pelos EUA optou por prestar apoio à oposição armada visando depor o presidente que ocupa o cargo desde 2000, ao mesmo tempo em que grupos terroristas conquistavam cada vez mais espaço em meio a generalização da violência (ERLICH, 2014).

---

<sup>1</sup> Enquanto “comunidade internacional”, aqui, entende-se um grupo de Estados-nação pertencentes, sobretudo, ao bloco Ocidental e à OTAN.

À vista disso, a questão que esta monografia pretende responder é a seguinte: **por que a Rússia apoia o regime Assad na Guerra Civil Síria?** E, para respondê-la, outras interrogações servirão de apoio. Previamente, o que é e como surgiu a Guerra Civil Síria, bem como quais são os principais atores e respectivos interesses no combate? E, em seguida, qual é a grande estratégia da Federação Russa e onde o conflito sírio se encaixa nela?

O método de procedimento adotado neste estudo é o estudo de caso. Ou seja, uma exploração qualitativa longitudinal que, embora traga riscos pela ausência de comparações ou enquadramentos teóricos tradicionais, foi aqui escolhido pela possibilidade de aprofundar-se no contexto que antecede e envolve o conflito em questão. Além disso, será utilizada a técnica de pesquisa bibliográfica nos capítulos 2 e 4, dedicados às características do conflito sírio e ao histórico das relações da URSS/Rússia com a Síria, respectivamente. No capítulo 3, dedicado à análise dos principais documentos russos de política externa e segurança, será empregada a técnica de pesquisa documental. Dentre esses documentos, estão os Conceitos de Política Externa de 2000, 2008, 2013 e 2016, bem como alguns pronunciamentos e discursos proferidos pelos próprios presidentes Putin e Medvedev.

A importância do estudo se justifica, primeiramente, pela produção de conhecimento situada: uma mulher brasileira da primeira geração de sua família com acesso ao Ensino Superior pesquisando Relações Internacionais no interior do Rio Grande do Sul. A ambientação particular, no Sul Global e na periferia do Sistema Internacional, viabiliza uma visão crítica que por vezes não é possível ao olhar partindo do centro. Somado a isso, meses após o início deste estudo, compreender a política externa russa passou a ser subitamente mais relevante, social e academicamente, quando o país lançou uma ofensiva à Ucrânia em 24 de fevereiro de 2022, antecedida pelo reconhecimento de Putin das regiões autoproclamadas República Popular de Donetsk e República Popular de Lugansk. Hostilidade esta que continua a afetar o Sistema Internacional e vitimar milhares de seres humanos no momento de finalização desta monografia, bem como a Guerra Civil Síria, a qual é singularizada por ser o primeiro conflito fora do espaço pós-soviético em que a Rússia contemporânea se envolveu diretamente.

Desse modo, o desenvolvimento do trabalho se inicia por um estudo de caráter descritivo sobre o conflito sírio, tratando da origem do Estado e do levante para compreender os fatos que se sucederam desde o início da guerra, os principais atores domésticos e externos envolvidos, bem como os interesses de cada um. Em seguida, mobilizam-se as concepções teóricas acerca dos conceitos de “estratégia” e “grande estratégia” para compreender as mudanças e continuidades da política externa russa, sobretudo a partir de 2000. Nessa

ocasião, é dada ênfase à doutrina expressa nos Conceitos e explorado o papel do Oriente Médio dentre esse conjunto de princípios e diretrizes. Por fim, apresentam-se argumentos dentro de três linhas de explicação para a motivação do apoio: (1) histórico de relações bilaterais profícuas; (2) conjuntura geopolítica singular (marcada, em especial, pela intervenção ocidental e expansão do terrorismo) e (3) leitura interessada particular do tomador de decisão central, Vladimir Putin.

Em síntese, o que pode-se constatar que, entre as razões e os objetivos russos ao apoiar o governo sírio vigente estão: primeiramente, evitar que haja a mudança brusca de regime, defendendo que qualquer negociação de apaziguamento tenha Bashar al-Assad à mesa; ainda, impedir que novas revoluções coloridas ocorram, seja no Oriente Médio, seja no exterior próprio ou ainda na própria Rússia; conter o avanço das redes de terrorismo internacional; furtar-se da repetição de um “cenário líbio” na Síria, referindo-se ao trauma do caos desencadeado pela intervenção de 2011 comandada pelos EUA e a OTAN na Líbia quando a Rússia absteve-se de vetar a Resolução 1973 do Conselho de Segurança da ONU. Somado a isso, interessa à Federação Russa o desenvolvimento de uma parceria duradoura com a República Árabe Síria, fazendo-a de ponto de apoio para sua política para o Oriente Médio. Bem como pretende manter a presença no mar Mediterrâneo, oportunizada pelo acesso à base naval de Tartus.



## 2 PANORAMA HISTÓRICO E A GUERRA CIVIL SÍRIA

Este capítulo visa propiciar um entendimento geral do que é a Guerra Civil Síria, em qual contexto (histórico, geográfico, político) ela está inserida, quais os principais atores envolvidos e seus respectivos interesses. Para tanto, começar-se-á com um resgate factual dos antecedentes do conflito, passando pela formação estatal Síria, pelo peso dos eventos transcorridos na Primeira Guerra Mundial e pelas longevas consequências da arbitrariedade de potências coloniais sobre o território. Também são abordados os múltiplos golpes de Estado que marcaram a história síria pós-independência e a chegada da família Assad, que permanece até hoje, ao poder. Trata-se da Primavera Árabe, que desencadeou a guerra, e os principais eventos que se sucederam, dividindo a cronologia do conflito pela entrada efetiva das forças russas na hostilidade em setembro de 2015. Em seguida, são abordados os atores mais relevantes e seus interesses, iniciando com os agentes locais e, depois, os externos. Por fim, são desenvolvidas as conclusões inferidas deste capítulo, tendo em vista sempre a complexidade do fenômeno (que continua a se desenrolar ao finalizar desta monografia em agosto de 2022) e país abordados, sobre os quais há várias frentes de análise disponíveis e, portanto, é inviável realizar um estudo completo e aprofundado no presente trabalho.

### 2.1 SÍRIA ANTES DA GUERRA

O levante popular iniciado em janeiro 2011 e a subsequente deflagração de uma guerra estão intrinsecamente ligados à formação histórica do Estado sírio e aos fatos que tiveram lugar no século XX, sobretudo a partir da sua independência alcançada no ano de 1946. Portanto, faz-se necessário relembrar brevemente tais processos. Território berço da sociedade moderna, a origem da Síria data de mais de 3000 anos e se funde à história da Macedônia antiga, de Alexandre, O Grande, do Império Romano, assim como integrou o Império Bizantino até o século VII d. C., quando foi conquistada pelos árabes e estes proclamaram o Califado Omíada, cuja base era na atual capital síria de Damasco. No século seguinte, deu lugar ao Califado Abássida, sediado no Iraque. A partir do ano de 1098, chegaram ao Oriente Médio as cruzadas, uma mobilização militar e cristã partindo da Europa com o objetivo de conquistar a Terra Santa, as quais marcaram presença por mais de dois séculos. Após, houveram saques e domínios dos mongóis e dos milicianos egípcios mamelucos para, em 1516, o território passar a fazer parte do Império Otomano. Nos séculos subsequentes, houve uma tentativa de invasão por parte de Napoleão e uma ocupação

temporária por egípcios (MCHUGO 2015). Até que, no início do século XX, se deflagra a Primeira Guerra Mundial, cujo desfecho envolveu a dissolução do Império Otomano.

É no contexto desse armistício que foi assinado o acordo franco-britânico Sykes-Picot em 1916, antes da decisão do conflito, que dava início a uma repartição arbitrária entre as duas potências europeias do controle do território turco-otomano, sem se atentar à distribuição cultural e étnica já existente (PICOLLI, MACHADO; MONTEIRO; 2016; KHADER, 2020). Enquanto as áreas correspondentes a Israel, Palestina, Jordânia e ao Iraque ficaram submetidas ao domínio britânico, os territórios sírio e libanês ficaram sob direção francesa. Ademais, os franceses utilizaram-se de uma estratégia de subdivisão sectária da área, ou balcanização<sup>2</sup>, em províncias de tamanho desproporcional e com claras maiorias étnicas-religiosas em cada (sunitas, xiitas, cristãos, drusos, alauítas e turcos), resultando em movimentos separatistas e empurrando os povos no sentido contrário ao nacionalismo árabe (MORAIS DA SILVA, 2018). Assim se manteve até 1946, quando, após anos de revoltas populares e resistência a um projeto de fragmentação da população árabe, a ONU ordenou que a França, desgastada pela decorrência da Segunda Guerra Mundial, retirasse suas tropas da Síria (KHADER, 2020).

Mesmo com sua independência nacional recentemente conquistada e a fragilidade estatal, o jovem país sírio já se engajou em conflitos regionais, lutando do lado árabe contra a divisão da Palestina e aliando-se ao Egito na Crise de Suez (MCHUGO, 2015). Todavia, isso não era um indicativo do exercício pleno de sua soberania estatal, visto que continuava muito vulnerável a influências regionais e de potências extrarregionais. Além disso, a Síria vivenciou uma série de golpes de Estado em um curto tempo, sendo uma dessas ocasiões a revolução que levou ao poder o Partido Socialista Árabe Baath em 1963. Fundado em torno do socialismo e da cultura e língua árabes, o partido visava a criação de um só grande Estado árabe e, quando Nasser ascendeu no Egito, abriu mão para os egípcios comandarem o pan-arabismo que levou à unificação na República Árabe Unida entre 1958 e 1961. No momento em que os sírios deixaram o projeto conjunto e se voltaram novamente ao interior, o caráter e as lideranças do Partido Baath haviam mudado significativamente, passando a ser controlado por um comitê militar, o qual realizou o golpe citado e outro em 1966, que consolidou o grupo de maioria étnica-religiosa alauíta<sup>3</sup> no poder (DOSTAL, 2014).

---

<sup>2</sup> Conceito geopolítico inspirado na história da península balcânica, na Europa, que remete ao violento processo de dividir um território para que se torne, teoricamente, mais fácil de controlar (MENEM; SILVA; KERR OLIVEIRA, 2020; MORAIS DA SILVA, 2018).

Na sequência, em novembro de 1970, um membro do clã em comando chamado Hafez al-Assad, que permaneceria à frente do governo pelos próximos trinta anos, mudou o rumo do Partido e do país com mais um golpe de Estado. Sob seu mandato, promoveu reforma rural, controle de preços de itens básicos, além de expandir o setor público devido aos altos preços do petróleo e ao melhor relacionamento com os países do Golfo Pérsico. Também proporcionou avanço na qualidade de vida, rápida urbanização, transição no mercado de trabalho e reestruturação política. Essa última, codificada na nova constituição de 1973, centralizou o poder na figura do presidente, apoiado no exército, nos serviços de segurança, no parlamento, nos ministérios e em instituições como o Partido Baath (DOSTAL, 2014). Dessa forma, foi possível ao país adotar uma política externa assertiva na região nas últimas décadas do século XX.

Entretanto, algumas tendências negativas também foram observadas no mesmo período, como a correlação íntima da situação da economia nacional com os preços flutuantes do petróleo, o declínio lento e constante na habilidade da classe estatal de elaborar políticas sociais e a escalada de terrorismo urbano direcionado à minoria alauíta pelo grupo de oposição Irmandade Muçulmana (sobretudo entre os anos de 1976 e 1982), o qual recebia apoio de países vizinhos. A partir do momento em que conseguiu reprimir essa insurgência, o presidente dedicou-se a melhorar o relacionamento com a significativa comunidade sunita. Somado a isso, o governo de Assad engajou na Guerra Civil Libanesa e recebeu auxílio da URSS, principalmente após a guerra contra Israel em 1973 (DOSTAL, 2014).

À altura dos anos 1990, o caráter das políticas econômicas do país havia mudado significativamente em direção ao neoliberalismo, atendendo à demanda de uma nova classe social surgida que tinha especial interesse em favorecer o empreendedorismo e o capital privado. Essas reformas, segundo Kadri e Matar (2019), recuaram os progressos feitos em direção do desenvolvimento pelas medidas socialistas nas décadas anteriores, pois, ao passo que as novas atitudes foram benéficas para as elites, abandonaram as camadas populares à própria sorte. Dessa forma, o Estado sírio, vivenciando subseqüentes guerras no seu entorno, ficou fragilizado, visto que a garantia de sua segurança residia na confluência dessas agora desunidas classes.

---

3 Dostal (2014) menciona que, no período do mandato da potência externa, os franceses aliam-se aos alauítas e aos drusos, delegando a eles autoridade regional, para contrabalançar o crescente nacionalismo sunita.

Quando Hafez al-Assad faleceu de leucemia em 2000, ascendeu ao centro de poder o seu terceiro filho, Bashar, que vinha sendo preparado para assumir o comando após o primogênito homem falecer anos antes (MCHUGO, 2015). Essa mudança no poder foi refletida nas políticas estatais em algum nível, com diferenças geracionais, abertura a novas influências culturais (inclusive vindas do ocidente) e troca de um terço dos mais importantes postos do governo até o ano de 2003.

No entanto, Bashar continuou no caminho do pai em quesitos como o apoio à Palestina, o nacionalismo árabe, a liderança da resistência em conjunto com o Irã e o Hezbollah e a defesa do retorno das Colinas de Golã de Israel para a Síria. Domesticamente, seguiu no ramo de liberalização da economia já iniciado pelo seu predecessor, intensificando a partir de 2005 ao aliar-se com a nova burguesia ascendente; abriu mais espaço para a mídia e para a participação de organizações da sociedade civil (DOSTAL, 2014). Mas, apesar da demanda popular, não investiu em uma reforma política; e a pauta ganhou menos relevância, conforme trata: “A questão da democratização interna foi deixada de lado, no entanto, quando a ocupação anglo-americana do vizinho Iraque em 2003 resultou no fechamento de fileiras entre a liderança síria e a população síria em geral.” (DOSTAL, 2014, p. 36, tradução nossa)<sup>4</sup>.

O equilíbrio de poder do Oriente Médio, que, por muitas décadas, se pautou pelas rivalidades iraniana-iraquiana, árabe-israelense e indo-paquistanesa, foi significativamente abalado pela invasão estadunidense e consequente rápido colapso do Estado iraquiano. Enquanto as demais balanças também já se encontravam instabilizadas pelo suporte norte-americano a Israel e pela Guerra do Afeganistão, respectivamente (MORAIS DA SILVA, 2018). O governo sírio, no que lhe concerne, opôs-se à intervenção extrarregional na vizinhança e foi, em parte, criticado pelos seus pares ocidentais por assim fazê-lo (MCHUGO, 2015).

Somado a isso, era presumível que Damasco fosse o próximo alvo de uma incursão militar com objetivo de mudança de regime, dado a presença Síria “nos planos estratégicos dos Estados Unidos pelo menos desde 2003 (VIZENTINI, 2003, p. 14) quando Assad já era acusado de possuir armas de destruição massiva.” (MORAIS DA SILVA, 2018, p. 88). Entretanto, o resultado da operação em curso foi o colapso extensivo do Estado iraquiano seguido de uma insurgência, para a qual a resposta dos EUA foi ainda mais custosa (política e economicamente). O caos gerado às fronteiras

---

<sup>4</sup> Do inglês original: “The issue of domestic democratization became sidelined, however, when the Anglo-American occupation of neighboring Iraq in 2003 resulted in the closure of ranks amongst the Syrian leadership and the Syrian population at large.” (DOSTAL, 2014, p. 36)

provocou manifestações populares de suporte ao governo Assad, bem como o insucesso da medida pesou nas decisões estadunidenses para lidar com demais incompatibilidades (DOSTAL, 2014).

Outras tensões foram adicionadas à região quando, em fevereiro de 2005, o ex-primeiro-ministro libanês, Rafik Al Hariri, que era ligado a interesses franceses e sauditas, longo aliado sírio e recente discordante, foi assassinado em um atentado com carro-bomba em Beirute. Embora, anos mais tarde, a investigação conduzida tenha apontado para a autoria do Hezbollah, os EUA e a França logo culpam os sírios e a população libanesa pressionou pela retirada das tropas sírias que estavam desde 1976 no Líbano, o que ocorreu de fato em abril de 2005 (ERLICH, 2014; DOSTAL, 2014).

Nos anos que se seguiram, concomitantemente às constantes e crescentes críticas ao regime, o governo Assad acelerou o projeto de liberalização do mercado, esperando que a iniciativa privada gerasse mais empregos e atenuasse o impacto da queda nas receitas do petróleo. Todavia, afirma Dostal, essa mudança “não resolveu os problemas estruturais da economia rentista em crise porque a capacidade do setor privado de criar empregos e substituir as atividades econômicas do setor público permaneceu muito limitada.” (2014, p. 41, tradução nossa)<sup>5</sup> e contribuiu para a considerável diminuição do poder de compra da sociedade síria ao longo da primeira década do século XXI (KADRI; MATAR, 2019).

## 2.2 A GUERRA CIVIL SÍRIA

### 2.2.1 Primavera Árabe, deflagração e primeiros anos do conflito (2011-2015)

O fenômeno que seria conhecido como Primavera Árabe teve início em dezembro de 2010, na Tunísia, quando revoltas populares se desencadearam após um jovem mercante atear fogo ao próprio corpo quando sofreu repressão policial e provocaram, na sequência, a deposição do presidente Ben Ali, o qual ocupava o ofício há mais de duas décadas. Rapidamente, o levante se espalhou pelo mundo árabe, atingindo países como o Egito, a Líbia e a Arábia Saudita nos meses que se seguiram. O caráter geral do movimento era a busca por mudança de regime, maior liberdade política, contra a corrupção e insatisfação econômica, bem como foram marcados pela influência das redes sociais na mobilização (HOMEM, 2015; BONACINA; ALVES; TESSUTO, 2017). Ainda, é exequível traçar um paralelo entre esse

---

<sup>5</sup> Do inglês original: “did not solve the structural problems of the rentier economy in crisis because the private sector’s ability to create new jobs and to replace the economic activities of the public sector remained too limited.” (DOSTAL, 2014, p. 41)

evento e as insurgências ocorridas no Leste Europeu, tendo como similaridades o objetivo de transformação de/no governo e a aclamação pelo Ocidente da insurreição (VISENTINI, 2012 apud BONACINA; ALVES; TESSUTO, 2017).

No caso sírio, Bashar viu o estremecer de seus vizinhos e não considerou que a tendência poderia se seguir em seu país, argumentando relação próxima entre o regime e o povo (DOSTAL, 2014). A impressão durou até março de 2011, quando as primeiras demonstrações de insatisfação de uma população empobrecida e desempregada ocorreram na cidade de Daraa, no sul sírio, num episódio cujo embate com as forças do governo resultou na morte de dois jovens. Os protestos que rapidamente se alastraram pelas principais cidades do país eram de perfil inicialmente não-violento e secular, todavia, foram duramente reprimidos sob comando de Assad, havendo engajamento bélico, prisões e tortura. Ainda em março, a mesma lei de Estado de emergência usada para o golpe de 1963 foi mobilizada, em uma ação que também incluiu a legalização do status de centenas de milhares de curdos vivendo no país (ERLICH, 2014).

Tentativas de amenizar a agitação que pedia por democracia e pela queda de Assad nos meses que se seguiram, como a lei de permissão à existência de outros partidos políticos, não surtiram efeito, ao passo que o presidente investiu também em medidas de repressão, patrocínio de comícios pró-governo e discursos desafiadores (ERLICH, 2014; DOSTAL, 2014). Simultaneamente, desertores do exército formaram o Exército Sírio Livre (ESL, ou FSA, da sigla em inglês) e agitadores recebiam apoio (variando entre político, financeiro e armamentos) da Arábia Saudita, Qatar, Israel, Estados Unidos e alguns países europeus. (MORAIS DA SILVA, 2018; ERLICH, 2014). Ainda, o jornalista do periódico britânico *The Guardian*, Nafeez Ahmed (2013), aponta que e-mails de inteligência vazados comprovam a existência de um treinamento a forças oponentes sírias pelos EUA e pelo Reino Unido desde o início do ano de 2011, visando a desestabilização do governo sírio a partir do seu cerne.

Até o final de 2011, a violência dos levantes havia escalado muito, quando, após os primeiros oito meses de uso de táticas prioritariamente não-violentas (tais como marchas, protesto via mensagens de texto e redes sociais) e esporádicos incidentes armados, passaram a acontecer assassinatos de agentes da *Mukhabarat* (agência de inteligência militar síria), informantes e apoiadores do governo, a tomada do controle de cidades por grupos extremistas e, finalmente, em novembro, a primeira batalha. Esse marco ficou a cargo do ataque do Exército Sírio Livre à Base de Inteligência da Força Aérea localizada na cidade de Harasta, nos arredores da capital. Na sequência, em dezembro, uma série de bombardeios aconteceu

em Damasco, deixando mortos soldados e civis. A “revolta”, a esse ponto, começava a dar lugar à designação “guerra civil” (ERLICH, 2014).

Ainda na tentativa de controlar a efervescência social, o governo providenciou a promulgação de uma nova Constituição em 2012, substituindo a de 1973. Na nova versão, foi excluída a menção ao socialismo, introduzido o sistema multipartidário (mas que não tolera partidos fundados sob critérios religiosos, tribais ou sectários, como a tradicional oposição Irmandade Muçulmana ou grupos curdos, por exemplo), criando barreiras de limitação ao número de candidatos presidenciais, mantendo tradicionais autoridades fortes e restringindo os mandatos da presidência a dois termos de 7 anos cada, valendo somente a partir da eleição de 2014<sup>6</sup>. As eleições do legislativo que vieram depois da nova Constituição, todavia, foram balizadas de modo que os grupos opositores não conseguissem mobilizar força suficiente, devido ao curto prazo e outros condicionantes, possibilitando, dessa forma, que o Partido Baath conquistasse ainda maior representação no Parlamento (DOSTAL, 2014).

À medida que o conflito se intensificava em seu segundo ano, evidenciado por momentos como o lançamento de bombas a um prédio da segurança nacional em julho, que vitimou oficiais de alta patente, como o cunhado de Assad, e o alastramento das hostilidades para a grande cidade de Aleppo, a fragmentação territorial seguia o mesmo caminho, com grupos armados não estatais tomando controle governamental de regiões (ESCWA; UNIVERSITY OF ST ANDREWS 2020; THE NEW ARAB, 2015). O perfil majoritário das forças de oposição também sofreu alterações cruciais ao avançar da disputa, com as uniões de diversas vertentes e forças seculares perdendo espaço para radicais extremistas (ERLICH, 2014). A economia nacional, por sua vez, sofria abalos ao passo que a comunidade internacional decidiu boicotar produtos sírios, a exemplo da suspensão determinada pela União Europeia da importação de petróleo do país em 2012 (DOSTAL, 2014).

Em 2013, no entanto, o confronto atingiu um novo nível. No mês de agosto, o uso de armas químicas contra a população civil na cidade de Ghouta chocou o mundo através de vídeos registrando as centenas de fatalidades, dentre as quais estavam muitas crianças. Um evento semelhante já havia acontecido em março do mesmo ano, quando o gás sarin também foi responsável pela morte de 26 pessoas no norte do país e em ambas situações o governo e a oposição síria atribuíram um ao outro a responsabilidade pelo ataque. A maior proporção na quantidade de vítimas e repercussão mundial da segunda ocasião fizeram da retaliação mais intensa também,

---

<sup>6</sup> Com a reeleição de Bashar al-Assad em 2014 e, posteriormente, em 2021, seu tempo na presidência fica limitado ao ano de 2028 (DOSTAL, 2014).

ao passo que a comunidade internacional e, sobretudo, os Estados Unidos de Barack Obama, culpam Bashar al-Assad (ERLICH, 2014; KONVISER, 2017).

A ideia inicial da campanha ocidental de resposta era promover uma intervenção militar em solo sírio com amparo do Conselho de Segurança da ONU. A China exerceu seu direito de veto à proposta, mas a oposição firme ao projeto foi do governo russo, que passou a trabalhar em conjunto com os estadunidenses em uma proposta que fizesse o governo Bashar dismantelar seu estoque de armas químicas e tornar-se signatário da Convenção sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção, Armazenagem e Utilização de Armas Químicas e sobre sua Destruição ainda em 2013 (ERLICH, 2014; KONVISER, 2017). E, embora em meados de 2014 a Organização para a Proibição de Armas Químicas tenha declarado que removeu todo estoque do governo sírios desses reagentes, há suspeitas de que o regime tenha utilizado cloro contra a população posteriormente no mesmo ano (KONVISER, 2017; EDWARDS; CACCIATORI, 2018).

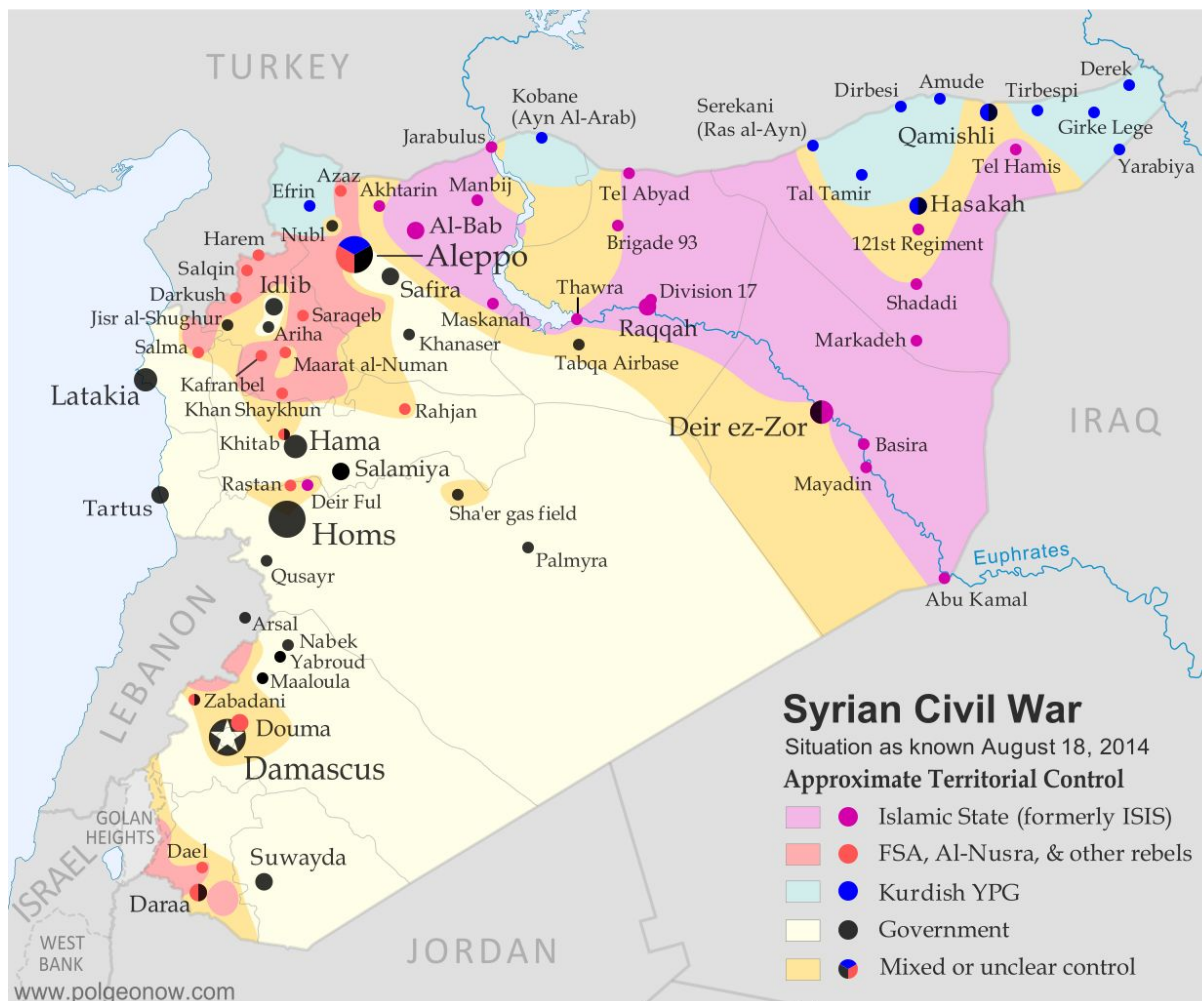
O quarto ano do conflito, por sua vez, foi notadamente marcado pela ascensão de grupos opositoristas de extremismo islâmico, sobretudo da organização derivada da invasão estadunidense ao Iraque em 2003 e facção dissidente da Al Qaeda, o Estado Islâmico<sup>7</sup> (ESCWA; UNIVERSITY OF ST ANDREWS, 2020; THE NEW ARAB, 2015). Conforme o grupo se movia, vindo do Iraque pelo nordeste sírio em direção ao centro do país e à metrópole Aleppo, sua relevância no conflito também se acentuava. No mapa 1 abaixo é possível verificar, em roxo, a porção territorial e principais cidades controladas por ele.

#### MAPA 1 - Controle do território sírio em 18/08/2014

---

<sup>7</sup> É referido também como Estado Islâmico do Iraque e do Levante (EIIL - em inglês ISIL), Estado Islâmico do Iraque e da Síria (EIIIS - ISIS) ou *Daesh*. É utilizado aqui o termo de autoproclamação “Estado Islâmico” devido ao seu uso recorrente na literatura em língua portuguesa.





Fonte: CENTANI, 2014.

Ainda, verifica-se em branco e preto as regiões e cidades, respectivamente, sob domínio do governo sírio, em azul sob milícias curdas, em vermelho sob grupos rebeldes como o Exército Sírio Livre, Al-Nusra e outros, e, por fim, em amarelo áreas sob disputa que não permitiram determinar autoridade clara. Dada essa realidade de disputas em múltiplos fronts e por diversos atores, o relatório conjunto da Comissão Econômica e Social das Nações Unidas para a Ásia Ocidental (ESCWA, na sigla em inglês) com a Universidade de St. Andrews constata:

O que complicou o conflito e exacerbou a fragmentação territorial não foi apenas o apoio externo de vários grupos com armas e fundos e a chegada de combatentes estrangeiros, mas também a crescente rivalidade entre esses apoiadores externos. Como resultado, os grupos armados de oposição ao governo entraram em conflito com o governo e entre si. Além disso, havia e continua a existir uma rivalidade paralela entre os países envolvidos no conflito. (ESCWA; UNIVERSITY OF ST ANDREWS, 2020, p. 17, tradução nossa)<sup>8</sup>

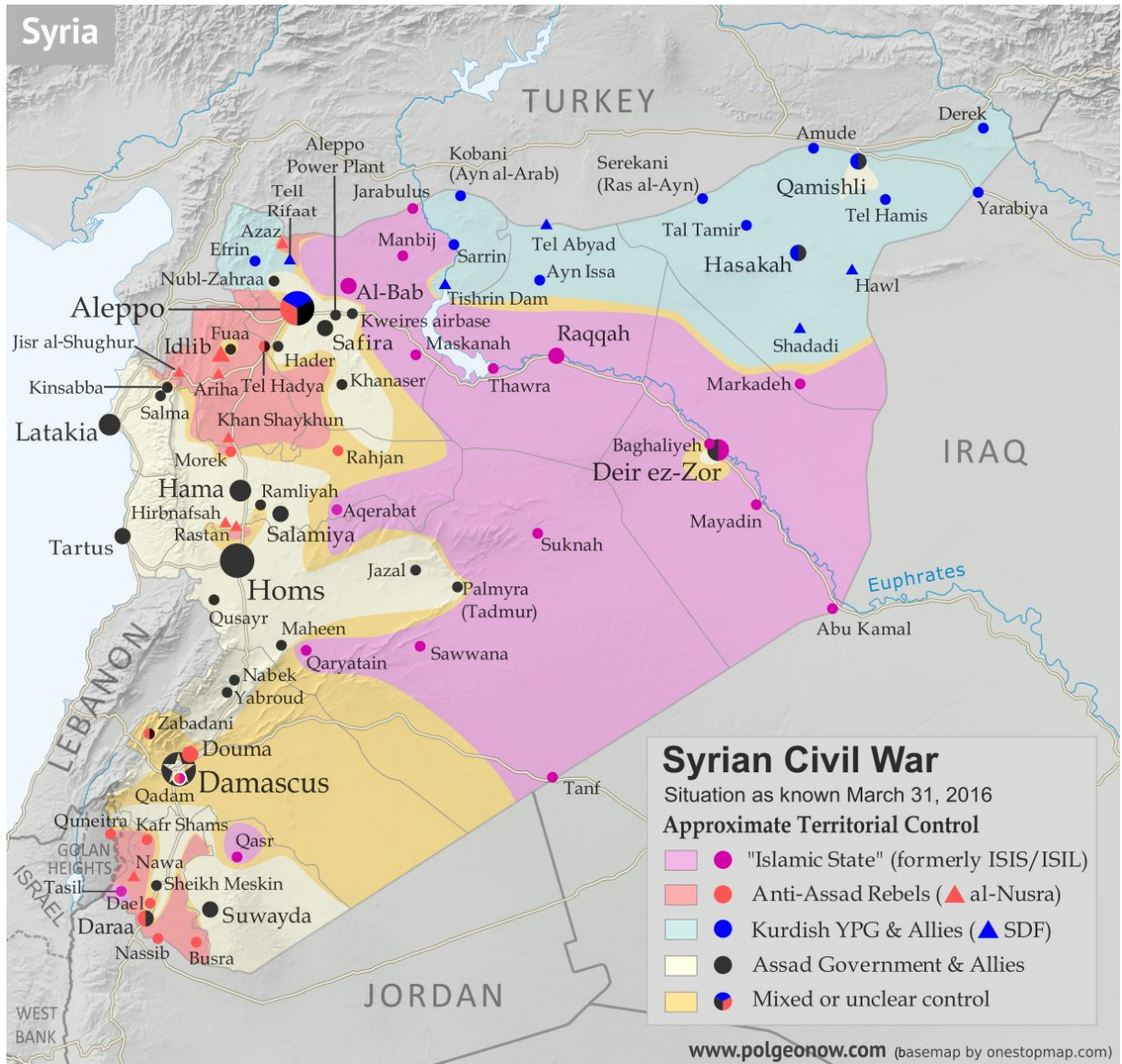
<sup>8</sup> Do original inglês: “What complicated the conflict, and exacerbated territorial fragmentation, was not just the external backing of various groups with weapons and funds, and the arrival of foreign fighters, but also the increasing rivalry between these external backers. As a result, armed groups opposed to the Government were in conflict with the Government as well as each other. Further, there was and remains a parallel rivalry between countries involved in the conflict.” (ESCWA; UNIVERSITY OF ST ANDREWS, 2020, p. 17).

### **2.2.2 Intervenção russa e anos subsequentes (2015-atualmente)**

Uma fase se iniciou na Guerra Civil Síria em setembro de 2015, quando a Federação Russa começou uma intervenção no território em disputa e aumentou significativamente seu apoio ao regime Assad em termos de soldados e equipamentos. O momento da ação se deu, especialmente, em sequência a exacerbação da brutalidade do Estado Islâmico e pelo objetivo de reverter as grandes conquistas territoriais que o grupo havia feito recentemente, uma meta alcançada sem tardar após o início dos ataques aéreos russos e de uma forma pouco custosa, além de freiar o avanço da oposição síria (MORAIS DA SILVA, 2018; WEISS; NG, 2019). Esta nova etapa também é marcada por uma comunicação mais intensa entre as grandes potências ativamente envolvidas, nomeadamente a Rússia e os Estados Unidos, os quais se viram obrigados a retomar canais de comunicação que haviam sido rompidos após as recentes incursões russas no seu exterior próximo (WEISS; NG, 2019).

O avanço do Estado Islâmico pode ser observado comparando o Mapa 1, que demonstra a situação da divisão territorial em 2014 e o Mapa 2, abaixo, de março de 2016. Os efeitos da empreitada russa a favor de Assad podem ser percebidos, por sua vez, analisando o significativo aumento da área em branco do Mapa 2 para o Mapa 3, separados por apenas sete meses.

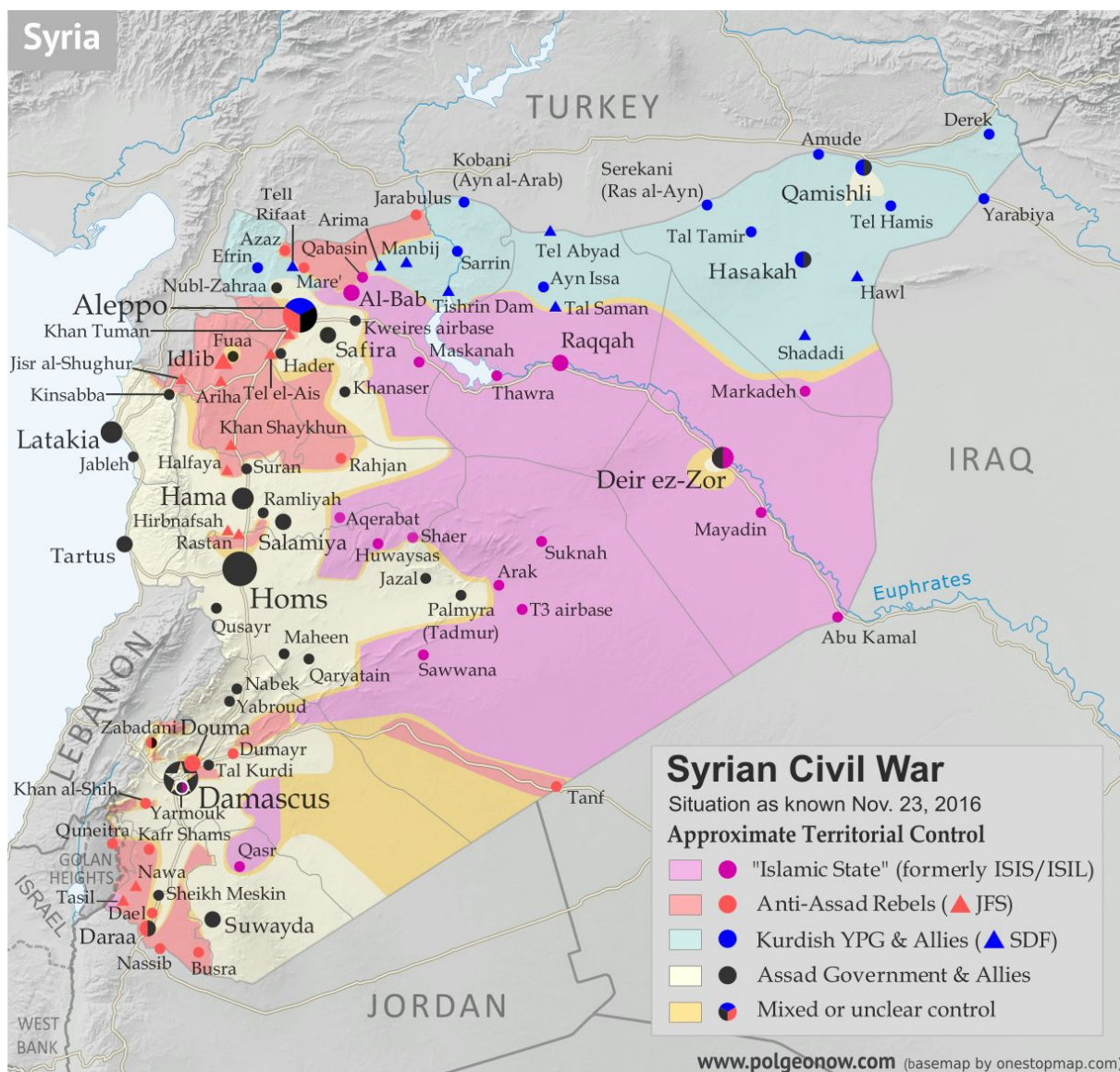
Mapa 2 - Controle do território sírio em 31/03/2016



Fonte: CENTANNI; DJUKIC, 2016

MAPA 3 - Controle do território sírio em 23/11/2016





Fonte: CENTANNI; DJUKIC, 2016

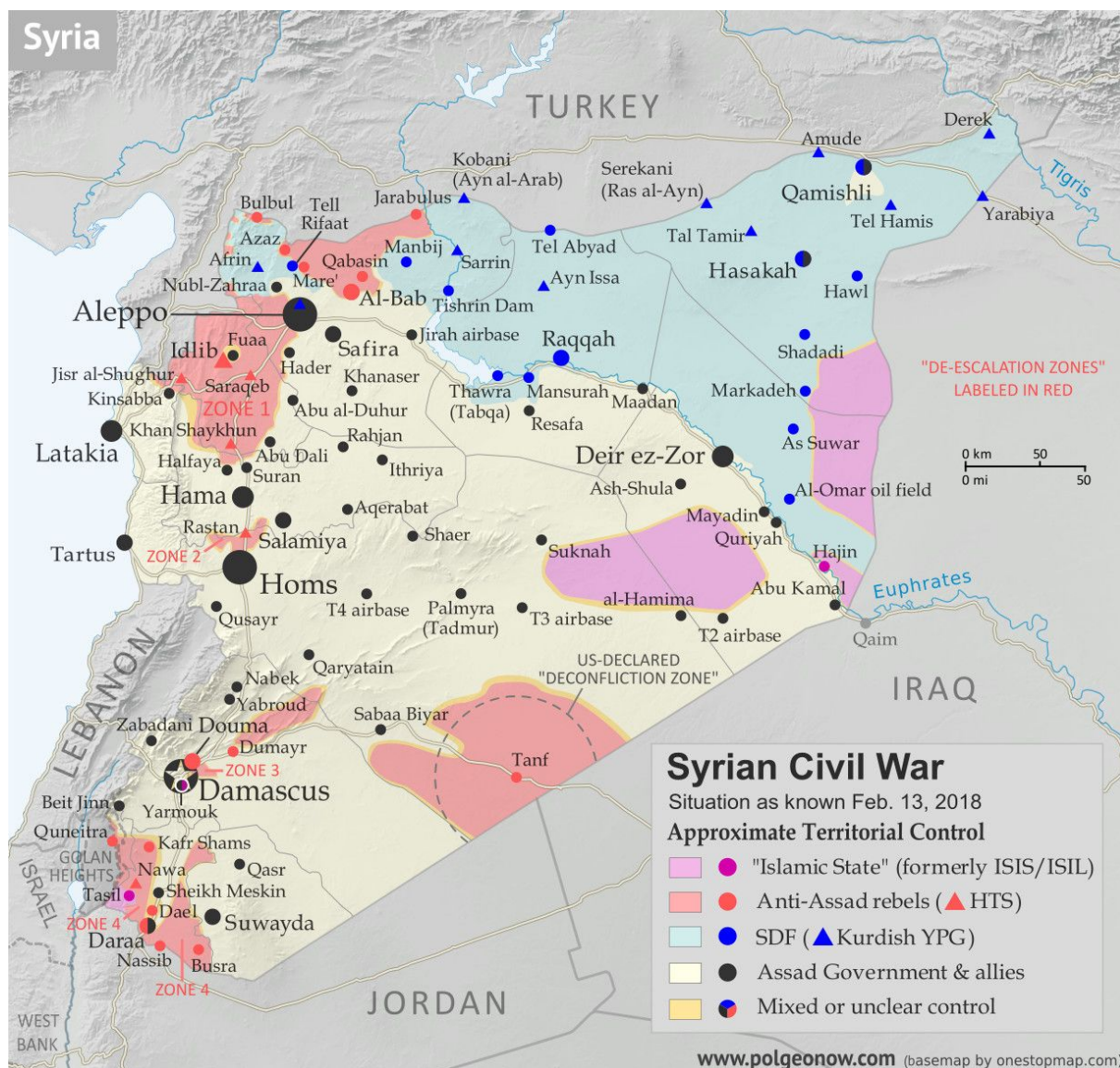
Ao final de 2016, a coalizão russo-síria com, também, apoio iraniano, efetivamente reconquistou a cidade de Alepo, já devastada pelo prolongar da guerra, em um cerco que limitou a circulação de bens e pessoas, garantindo que ao menos 90% do controle desse centro urbano voltasse a ser do governo Assad (LEONARDI, 2016 apud ILIINÁ, 2017). No ano seguinte, o uso de armas químicas volta ao centro de debate quando dezenas de sírios foram vitimados em uma ação que, novamente, gerou discórdia para determinar a autoria e teve como consequência o primeiro ataque a mísseis dos EUA diretamente contra as forças governamentais sírias em abril de 2017 (G1, 2017).

Tentativas de cessar-fogo acordado se desenrolaram ainda em 2017, como o processo iniciado das Conversas de Astana, no Cazaquistão, em que delegações russa, turca e iraniana já se reuniram ao menos dezessete vezes desde então e não tem obtido

muito sucesso em achar uma solução para a guerra que se alastra há mais de uma década (JOLY, 2021). De modo semelhante, Rússia e EUA também ensaiaram um cessar-fogo limitado no sudoeste sírio em reuniões de Donald Trump e Vladimir Putin (com participação do governo jordaniano) paralelas ao encontro do G20 (RIEGERT, 2017).

Quando, em abril de 2018, indícios apontaram para o uso de gás sarin novamente contra a população na cidade de Douma, na vizinhança de Damasco, uma coalizão com o Reino Unido, a França e liderada pelos EUA de Trump retaliou com o lançamento de mais de 100 mísseis em direção a instalações militares síria, ato o qual foi condenado por Damasco e Moscou, que negam a autoria síria do uso de armas químicas (BORGER; BEAUMONT, 2018). A essa altura, a Rússia já havia garantido ainda mais firmeza à presidência de Assad (área em branco), bem como as forças curdas continuaram avançando no sentido norte-centro do país (área em azul), conforme pode ser visualizado no mapa abaixo:

MAPA 4 - Controle do território sírio em 13/02/2018



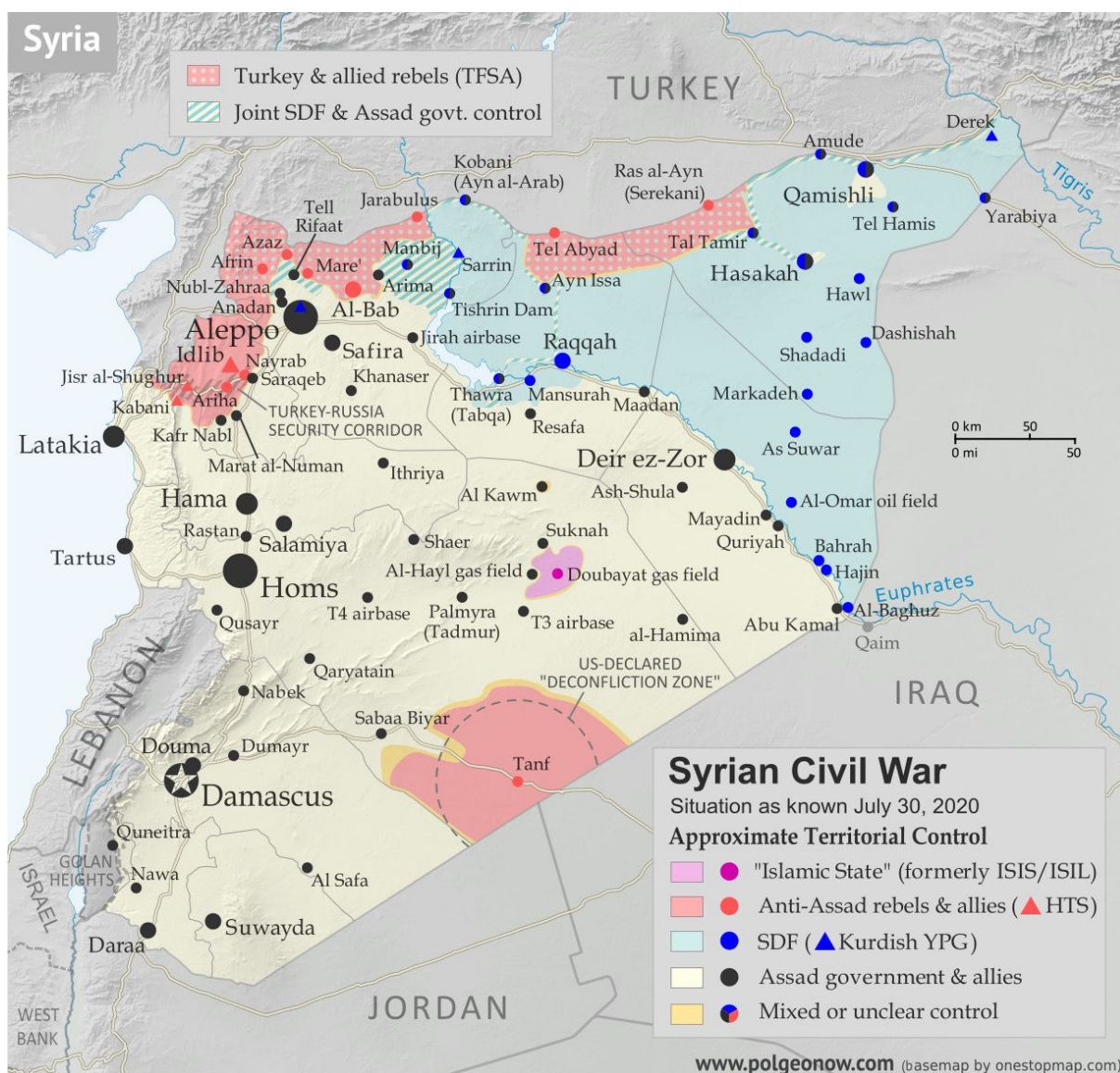
Fonte: CENTANNI; DJUKIC, 2018

O ano de 2019, por seu turno, foi marcado pela decisão de Trump de afastar-se da relação entre os grupos curdos e o governo turco na fronteira entre a Turquia e Síria, o que abriu espaço para, em outubro, o presidente turco Erdogan lançar uma ofensiva militar no nordeste sírio objetivando reduzir o poder das Forças Democráticas Sírias (FDS) – principal aliada dos EUA na contenção do Estado Islâmico –, controlar a migração de refugiados da guerra e, alegadamente, pacificar a área (AL JAZEERA, 2019). Preocupado com o possível desenrolar do movimento turco, os EUA trataram de negociar um cessar-fogo com a Turquia enquanto blocos da FDS (que tratou da situação com Assad e Putin) se retiravam da zona fronteira e a Rússia e a Turquia firmaram acordo de zona tampão e suspensão da invasão (DE SOUZA, 2021).



Os efeitos das negociações no controle territorial, sobretudo no norte sírio, podem ser observados no mapa abaixo, em que áreas dominadas pela Turquia e aliados rebeldes (em vermelho) se misturam às sob guarda das FDS e governo Assad (listras azuis e brancas). Ainda, nota-se a gritante diminuição do poder do Estado Islâmico em relação ao mapa 4.

MAPA 5 - Controle do território sírio em 30/07/2020



Fonte: CENTANNI; DJUKIC, 2020

Destarte, o confronto aqui descrito se alastra até a atualidade da escrita desta monografia, e com o passar de mais de dez anos de conflito, o Estado-nação sírio ruiu e tornou-se incapaz de prover as necessidades básicas de seus cidadãos, causando, além da morte de muitos civis pelas hostilidades, a baixa qualidade de vida de muitos outros e um intenso fluxo migratório. Ainda, graves atentados aos direitos das crianças e violências de gênero se espalharam pelo país em destroços (ESCWA; UNIVERSITY OF ST ANDREWS,

2020). Dessa forma, mesmo com o imediato fim do conflito, as consequências sociais, econômicas, políticas e territoriais perdurarão por muitas décadas.

### **2.2.3 Principais atores locais**

A multiplicidade de atores do conflito sírio é uma de suas características mais marcantes, não havendo definição clara de apenas dois lados combatentes, por exemplo, o que pode ser visualizado nos Mapas 1, 2, 3, 4 e 5, que mostram o território fragmentado em ao menos quatro categorias de agentes. Esse aspecto torna inviável que os participantes beligerantes sejam citados em sua totalidade, bem como tenham seu papel e interesse devidamente explicado. Dito isso, trabalhar-se-á com a categorização dos atores locais em quatro divisões: governo Assad, oposição islâmica, oposição não islâmica e milícias curdas. Assim sendo, é evidente que a guerra tem como ator central a República Árabe da Síria, presidida por Bashar al-Assad, a qual exercia, com considerável legitimidade, o domínio do país até 2011 e continua no posto de chefe de Estado e de governo, apesar dos esforços para removê-lo. O seu interesse primordial, dessa forma, é a sobrevivência do Estado e do regime, e, para obtê-la, conta ainda com o apoio de setores importantes da sociedade, como as minorias alauítas, drusos, cristãos e xiitas, população de grandes cidades como Damasco e Aleppo, membros do poderoso Partido Baath e a elite empresarial, além de manter a lealdade das Forças Armadas e dos serviços de inteligência (ERLICH, 2014).

O bloco oposicionista, por seu turno, é muito heterogêneo e volátil, composto por diversas classes de pessoas cuja concordância reside na aspiração da troca de regime na Síria. Aqui serão tratados, também, enquanto atores locais, organizações que não se limitam ao território sírio, pois, como suas operações o transcendem, podem ser classificados enquanto atores transnacionais. Assim sendo, logo nos primeiros anos da hostilidade começaram a surgir agrupamentos que combinavam jovens, militantes políticos de esquerda, líderes seculares e muçulmanos conservadores. Dessa forma, com pouco programa, liderança ou ideologia comum foram-se formando grupos que mais tarde passaram também a competir entre si na luta por poder na escalada do conflito e a intensidade da influência de cada agente variou com o desenrolar dos acontecimentos (ERLICH, 2014).

Dentre a oposição islâmica, estão organizações como a Jabhat al Nusra (posteriormente Tahir Al Sham e derivada da Al-Qaeda), a Irmandade Muçulmana, a Brigada al Tawheed, a Ahrar al Sham, a Jaysh al Islam, entre outras, que por um período formaram a Frente Islâmica, a qual visava substituir o governo vigente por um Estado fundamentalista islâmico (ULUDAG, 2015). O grupo mais relevante deste



enquadramento é, porém, o autoproclamado Estado Islâmico, organização jihadista classificada como terrorista por grande parte da comunidade internacional e que está em conflito com todos os outros atores envolvidos na Guerra Civil Síria. Seu objetivo é efetivar sua autodeterminação de Califado, um Estado de fato islâmico sunita jihadista, onde imperaria o direito islâmico, também chamado de xaria. Começou a atuar a partir do Iraque e migrou de forma a querer incorporar toda a região do Levante (Síria, Líbano, Palestina e Jordânia) ao seu controle, mas expandiu sua operação também globalmente, sobretudo pelo Oriente Médio, Ásia Central e Norte da África (LUNA; ZOLTÁN, 2015).

Os opositoristas ao regime que não são necessariamente de fé islâmica são compostos por entidades tais como o citado e proeminente Exército Livre Sírio, de dissidentes das Forças Armadas, e a Coalizão Nacional Síria da Oposição e das Forças Revolucionárias, entre outros. Apesar de serem compostos por diversas milícias e sofrerem frequentes afiliações e separações, a confluência está no objetivo de derrubar o governo Assad e instituir um novo regime com base em eleições e um sistema parlamentarista (ERLICH, 2014).

Por fim, o povo curdo é muito afetado pelo confronto e busca, dentro dos Estados sírio, iraquiano, iraniano e turco, a sua autodeterminação enquanto nação, apesar de isso não fazer dele um grupo homogêneo. No curdistão sírio, ao norte do país, é onde, principalmente, atuam essas milícias curdas, sobretudo as Forças Democráticas Sírias (FDS) aliadas às Unidades de Proteção Popular (YPG), as quais são um braço armado do Partido da União Democrática e relacionam-se com o Partido Democrático do Curdistão e o Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK), o qual é considerado uma organização terrorista pela Turquia, por exemplo, e, conseqüentemente, seu crescimento no conflito é visto por ela como uma ameaça. Contam, também, com certo apoio do Exército Sírio Livre, ao passo que competem diretamente por controle territorial com o Estado Islâmico (ULUDAG, 2015; KAYA; WHITING, 2017).

#### **2.2.4 Principais atores externos**

Ainda, a Guerra Civil Síria é permeada pela ingerência de diversos agentes estatais e não estatais externos, dentre regionais e extrarregionais. Isso se deve, sobretudo, a dinâmicas próprias do Oriente Médio, que, além de ser alvo de disputas entre os próprios países da região buscando expandir territórios e influências, é de relevância singular para a comunidade internacional devido a sua posição geoestratégica para o comércio e ricas reservas de recursos naturais (MENEM; MORAIS DA SILVA; KERR DE OLIVEIRA, 2020; MORAIS DA SILVA, 2018). Dessa forma, dentre atores regionais que apoiam a manutenção do regime

sírio estão o Irã e a organização política e paramilitar libanesa Hezbollah. A aliança sírio-iraniana, por sua vez, remonta ao fim dos anos 70, quando houve, no Irã, a revolução que instituiu o regime vigente e é baseada, essencialmente, na rivalidade em comum com os EUA, Israel e Arábia Saudita. Com o despertar das hostilidades na Síria, o Irã logo demonstrou suporte ao regime aliado, enviando equipamentos e oferecendo treinamento para a dura repressão dos levantes, esperando que fosse suficiente para garantir a estabilidade do governo e, conseqüentemente, o prosseguimento da parceria importante para o fluxo do apoio ao Hezbollah, por exemplo (ERLICH, 2014).

Países do Golfo Pérsico também encontram-se envolvidos no conflito, especialmente a candidata a potência regional, Arábia Saudita, a qual rivaliza com o Irã por motivos sectários, geopolíticos e ideológicos há muito tempo. Inicialmente, manteve visão desfavorável ao desafio imposto ao governo Assad pelo potencial desestabilizante para a região e, assim como o Qatar e a Turquia, incentivou o governante a ceder a algumas reformas propostas pelo levante em seu primeiro ano, esperando que isso o afastasse do Irã. Ao ponto em que a guerra se deu início, as monarquias do golfo passaram a ser a favor da mudança de regime. Ter na administração síria um aliado seria muito proveitoso para seus objetivos regionais, visto que as tentativas de participar das disputas no Líbano e na Palestina mostraram-se extremamente custosas. Dessa forma, Arábia Saudita e Qatar passaram a apoiar financeira e politicamente grupos opositoristas como o Exército Livre da Síria e o grupo Ahrar al-Sham (HOKAYEM, 2014; ERLICH, 2014).

Vizinha ao norte, a Turquia estava se reaproximando da Síria no momento em que a Primavera Árabe eclodiu e, ao ter a proposta recusada de que Bashar recuasse na repressão aos protestos, resolveu romper com o relacionamento e apoiar abertamente as forças opositoras, apesar de também rejeitar e temer a possibilidade da formação de um Estado-nação curdo na divisa entre os dois países (PARLAR DAL, 2016). Como o avançar da guerra desencadeou um imenso fluxo de migrantes em direção a Europa e através da Turquia, era de interesse para o presidente Erdogan controlá-lo, assim como impedir a extensão de um domínio militarizado de forças de oposição nas proximidades da fronteira. Motivos como estes foram relevantes para a decisão de intervir em 2019 objetivando a criação de uma zona segura (CANDAR, 2019).

A disputa entre Israel e Síria, por sua vez, é antiga, tratando principalmente do pertencimento das Colinas de Golã<sup>9</sup>, todavia, os israelenses buscaram manter neutralidade nos anos iniciais da guerra, até que, em 2013, passaram lançar ataques de pequena escala a

---

<sup>9</sup> Israel tomou o controle das Colinas de Golã da Síria em 1967 durante a Guerra dos Seis Dias.

instalações sírias. Sendo um ator secundário no conflito, é de interesse substancial para Israel o enfraquecimento de Assad, da aliança sírio-iraniana e consequente afastamento da influência iraniana no front que lhe interessa: as colinas (ERLICH, 2014).

Em se tratando da interferência de grandes potências na Guerra Civil Síria, considera-se a conflagração como um exemplo dos modelos de guerra típicos do século XXI, tais como a guerra por procuração (ou *proxy*) e a irregular, sendo essa segunda marcada pela maior presença de entes não-estatais no confronto (ESL, YPG e EI, por exemplo), assimetria entre os beligerantes, mudanças na motivação da luta e estratégias de combate (VISACRO, 2009). No que diz respeito a guerras *proxy*, elas são, de acordo com Mumford:

o envolvimento indireto em um conflito por terceiros que desejam influenciar seu resultado estratégico. Eles são constitutivos de uma relação entre um benfeitor, que é um ator estatal ou não estatal externo à dinâmica de um conflito existente, e seus *proxies* escolhidos que são o canal de armas, treinamento e financiamento do benfeitor. Tais intervenções à distância são realizadas ostensivamente por razões de maximizar o interesse e, ao mesmo tempo, minimizar o risco. Em suma, as guerras *proxy* são o substituto lógico para os Estados que buscam promover seus próprios objetivos estratégicos e, ao mesmo tempo, evitar o envolvimento em guerras diretas, caras e sangrentas (MUMFORD, 2013, p. 11, tradução nossa)<sup>10</sup>

De um lado desse confronto por procuração, portanto, há os Estados Unidos, para o qual, Anderson (2016) argumenta, derrubar Bashar al-Assad já fazia parte de uma vontade de redesenhar o Oriente Médio a seu favor, principalmente com foco em enfraquecer o eixo Síria-Irã-Hezbollah, que tem resistido à forte presença militar e política americana na região. Ter domínio sobre esse axis de resistência significaria controlar parte significativa do trânsito energético mundial, garantir contratos de exportação de armas e utensílios de guerra para uma região muito ativa no mercado internacional de armamentos que se localiza, geograficamente, entre três continentes e, portanto, por ela passa grande parte do fluxo comercial. Dessa forma, os EUA têm apoiado, em parceria com alguns membros da OTAN, como a França, forças rebeldes para lutarem enquanto seus *proxies* na tentativa de derrubar Assad. De forma similar, apoiou por anos político, financeira e militarmente grupos curdos (para a preocupação do governo turco) na fronteira norte da Síria no combate ao Estado Islâmico até Trump decidir encerrar a operação em 2019.

Em contrapartida, ao passo que os EUA detêm um vasto histórico de intervenções extrarregionais recentes, o caso sírio foi o primeiro em que a Rússia pós-soviética interveio

<sup>10</sup> Do inglês original: “the indirect engagement in a conflict by third parties wishing to influence its strategic outcome. They are constitutive of a relationship between a benefactor, who is a state or non- state actor external to the dynamic of an existing conflict, and their chosen proxies who are the conduit for weapons, training and funding from the benefactor. Such arm’s- length interventions are undertaken ostensibly for reasons of maximizing interest, while at the same time minimizing risk. In short, proxy wars are the logical replacement for states seeking to further their own strategic goals yet at the same time avoid engaging in direct, costly and bloody warfare.” (MUMFORD, 2013, p. 11)

para além do seu exterior próximo; momento este que foi expressivo para seu retorno à política de grande potência e iniciou um processo de reversão ao isolamento gerado após suas incursões na Geórgia (2008) e na Criméia (2014) (WEISS; NG, 2019). Ainda, interessa a Putin manter Assad no poder devido a sua longa aliança bilateral, que muito provavelmente não seria possível em um cenário de mudança de regime a favor dos rebeldes. Após a intervenção iniciada em 2015, sobretudo, que alterou a balança do conflito favoravelmente a Bashar, o governo vigente está em grande dívida para com seus aliados russos. A completude dos interesses da Federação Russa em jogo nesta hostilidade e as principais motivações para a lealdade a Assad, por seu turno, serão abordados no capítulo 4 desta monografia.

### 2.3 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

É possível inferir que a guerra que alastra a Síria há mais de uma década não foi desencadeada por um só fator isolado ou desprovido de contexto. Pelo contrário, é inestimável que se leve em consideração elementos históricos como a formação recente (menos de um século) da República Árabe Síria em um contexto permeado de influências e interesses de potências coloniais, em que a dominação francesa mostrou especial disposição em impedir a formação de uma identidade nacional coesa e alimentou desavenças sectárias para facilitar o domínio. Ainda, o jovem país carece de uma tradição democrática, sendo submetido a sucessivos golpes de Estado ao longo do século XX e ao nepotismo da família Assad nos últimos cinquenta anos.

A fragilidade em que se encontrava o país domesticamente no momento em que eclodiu a Primavera Árabe está relacionada às escolhas socioeconômicas que o governo sírio fez nas décadas anteriores ao conflito, as quais geraram grande insatisfação em meio a sociedade. Mas, Kadri e Matar argumentam, devido à decisão dos EUA de infligir danos a países de maneira a lucrar com a militarização destes pela estrutura de sua classe financeira e extensa indústria bélica:

É um erro ler a história recente da Síria como a grande mídia e a história de ninar da academia: pessoas reprimidas se levantaram de forma não violenta, mas o regime os forçou a uma postura violenta que levou à militarização do conflito e ao envolvimento do imperialismo. Tal narrativa é seletivamente tendenciosa e de fato incoerente. (KADRI; MATAR, 2019, p. 9, tradução nossa)<sup>11</sup>

Somado a isso, a Síria está concentrada em uma região que não permite uma análise alheia aos desafios locais, devido à magnitude das balanças de poder regionais,

---

<sup>11</sup> Do inglês original: “It is a mistake to read recent Syrian history like the mainstream media and academia’s bedtime story: repressed people non-violently rose, but the regime forced them into a violent posture that led to the militarisation of the conflict and the involvement of imperialism. Such a narrative is selectively biased and indeed incoherent.” (KADRI; MATAR, 2019, p. 9)

afetadas por disputas sectárias, e à importância geopolítica do Oriente Médio para a comunidade internacional, em se tratando da abundância de recursos naturais, do potencial para movimentar o mercado armamentício, da posição entre os continentes, além de ser o berço das maiores religiões do mundo. A maneira com que grandes potências, como EUA e Rússia, e potências regionais, tais como Arábia Saudita, Irã, Turquia e Israel, intervém na conflagração e estimulam forças *proxies* para lutarem em seu lugar, bem como a existência de múltiplos eixos combatentes internos e tendências de propagação do extremismo islâmico, tem certamente contribuído para o alto grau de letalidade e o alastrar da guerra por tantos anos, cuja principal vítima é a população síria.

### 3 A GRANDE ESTRATÉGIA DA FEDERAÇÃO RUSSA

A política externa da Rússia pós-soviética teve de ser reformulada devido ao colapso da URSS em 1991 e à nova conjuntura do Sistema Internacional, cujo centro tornou-se o país norte-americano, grande vencedor da Guerra Fria e histórico rival russo-soviético. Embora o primeiro presidente a assumir o governo da Federação Russa na sequência, Boris Ieltsin, tenha tentado abordagens desde o apelo ao Ocidente em busca de assistência na reconstrução do país (de 1992 a 1996 em cooperação com o Ministro das Relações Exteriores Andrei Kozyrev) à alçada da Rússia como uma grande potência novamente (entre 1996 e 1999 enquanto Yevgeny Primakov transita entre os cargos de Ministros das Relações Exteriores e primeiro-ministro), é a partir do governo de Vladimir Putin que uma posição russa no Sistema Internacional é percebida com mais assertividade novamente (MANKOFF, 2009; TSYGANKOV, 2016).

Sendo assim, esse capítulo tem o objetivo de prover uma análise sobre as principais diretrizes da política externa russa no século XXI, a partir da leitura dos Conceitos de Política Externa da Federação Russa (nas versões de 2000, 2008, 2013 e 2016) e associação dos documentos com a bibliografia acadêmica pertinente. A primeira seção é de caráter teórico e trata da conceituação de “estratégia” e “grande estratégia” segundo autores clássicos como Clausewitz ou contemporâneos tal qual Colin Gray. Na sequência, aborda-se a transformação da política externa russa desde os anos 90, mas se aprofundando a partir do ano 2000. Na terceira e última seção, tratar-se-á do lugar que o Oriente Médio e, mais especificamente, a Síria, ocupam nas linhas gerais russas.

#### 3.1 ESTRATÉGIA E GRANDE ESTRATÉGIA

*es.trat.é.gi:a sf. 1. Arte militar de planejar e executar movimento e operações de tropas, navios e/ou aviões para alcançar ou manter posições relativas e potenciais bélicos favoráveis a futuras ações táticas. 2. Arte de aplicar os meios disponíveis ou explorar condições favoráveis com vista a objetivos específicos. (FERREIRA et al., 2004, p. 380)*

As duas definições de “estratégia” acima, encontradas no dicionário, introduzem bem o entendimento que os estrategistas têm do termo em sua versão restrita e ampliada, a qual hoje está presente em expressões distantes das ciências militares, incorporada a todos as esferas da vida que requerem organização prévia, como sinônimo de “planejamento”, “habilidade” e “técnica”. O desenvolvimento da palavra “estratégia” é recente, conforme apontam Proença Jr., Diniz e Raza, datando pouco mais de dois séculos, e deriva do grego

*strategos* (general) pois remete à perícia deste ao conduzir os diversos níveis operacionais por toda guerra. A versão antecedente encontrada é de “a arte da guerra”, trabalhada em três vertentes: a tradição ocidental de relatar as condutas e desfechos subseqüentes em conflitos passados, a tradição oriental de elaborar um manual de governo e a sugestão de reforma organizacional, exemplificadas pelas obras de Tucídides, Sun Tzu e Maquiavel, respectivamente (PROENÇA JR.; DINIZ; RAZA, 1999).

O pensamento estratégico, por sua vez, é originado das obras do militar suíço Antoine-Henri Jomini, cuja participação nas campanhas napoleônicas foi notável, e do general prussiano Carl von Clausewitz, o qual viu-se derrotado justamente pelas forças de Napoleão. De um lado, o legado de Jomini é visível em instituições militares tais como o Exército Brasileiro (PROENÇA JR.; DINIZ; RAZA, 1999). Em contraste, é com base no programa de pesquisa científico clausewitziano que os estudos estratégicos são construídos, sendo o livro de publicação póstuma *Da guerra* o ponto de partida. Nele estão contidas célebres elucidações, tais como: a guerra é a continuação da política por outros meios [de força], isto é, a violência não tem um fim em si mesma, ela é um meio, assim como a postulação de que “a tática ensina o uso das forças armadas no combate; estratégia, o uso de engajamentos para o objetivo da guerra.” (CLAUSEWITZ, 2007, p. 74, tradução nossa)<sup>12</sup>.

Defendendo a manutenção do status de Clausewitz como primeiro teórico da guerra, o escritor britânico-americano Colin S. Gray argumenta que a definição do prussiano abre caminho para um entendimento apropriado sobre estratégia, a qual ele define por “a ponte que relaciona o poder militar ao propósito político” (1999, p. 17, tradução nossa)<sup>13</sup> e, dessa forma, assume a possibilidade da existência de estratégia também em períodos de paz, diferente da premissa de guerra imposta pelo predecessor. O que a diferencia da “grande estratégia”, para Gray, por conseguinte, é que a última envolve outros múltiplos recursos (como a indústria e a pesquisa) além da força bélica, a serviço do designado propósito. Ele ainda ilustra: quando um estrategista de um Estado está encarregado da estratégia do país, ele lida com os instrumentos militares à disposição; no momento em que, sob seu comando, está a grande estratégia, ele é responsável por todos os recursos empregados nessa política.

---

<sup>12</sup>Do original, em inglês: “tactics teaches the use of armed forces in the engagement; strategy, the use of engagements for the object of the war.” (CLAUSEWITZ, 2007, p. 74, grifo do autor).

<sup>13</sup>Do original, em inglês: “Strategy is the bridge that relates military power to political purpose” (GRAY, 1999, p. 17).

O estrategista romeno-estadunidense Edward Luttwak, em contrapartida, discorda de teóricos da estratégia como Gray, argumentando que esta deve ser vista enquanto “um corpo de fenômenos objetivos recorrentes que surgem do conflito humano” (LUTTWAK, 2001, p. 267, tradução nossa)<sup>14</sup> e não de forma normativa, como é de costume entre afluídos da corrente clausewitziana. Segundo Luttwak, a visão que mais se aproxima a dele, embora também transmita certo grau de normatividade, mas é mais baseada na descrição, é a do General André Beauf, o qual vê estratégia enquanto “a arte da dialética das vontades que usam a força para resolver seus conflitos” (1963 apud LUTTWAK, 2001, p. 269, tradução nossa)<sup>15</sup>. A lógica da estratégia, assunto ao qual ele dedica parte considerável de sua obra, reside na intersecção de uma dimensão horizontal, de movimentos entre adversários, e outra vertical, feita de contatos entre os diferentes níveis do conflito (técnico, tático, operacional e superior). Somado a isso, a noção de “grande estratégia” para Luttwak é definida como o último e mais elevado nível de interação entre os níveis e as partes, de maneira que abarque tanto o termo em nível de análise, quanto como doutrina declarada por um Estado.

Sob outra perspectiva, o francês Raymond Aron, em sua clássica obra *Paz e guerra entre as nações*, coloca estratégia enquanto um complemento de diplomacia [“a arte de convencer sem usar a força” (ARON, 2002, p. 73)]: os dois seriam orientados pela política, mas o primeiro orienta somente os recursos militares, enquanto a diplomacia diz respeito aos demais meios. Em síntese, ela representaria a arte de convencer enquanto a estratégia representaria a arte de impor. Já que o autor não versa sobre “grande estratégia”, pode-se complementar que, nela estariam centralizadas todos os aspectos da política, portanto, tanto a estratégia, quanto a diplomacia do Estado em questão.

Somado a isso, o proeminente historiador da Guerra Fria, John Lewis Gaddis, traz uma abordagem diferente dos escritos citados, notadamente marcados pelo teor acadêmico, em seu livro *As grandes estratégias*, no qual começa narrando a travessia do estreito de Helesponto (atual Dardanelos) a comando do governante persa Xerxes e aborda os raciocínios de estrategistas que viveram há milênios ou até há poucas décadas (GADDIS, 2019). Através de uma metáfora do filósofo Isaiah Berlin sobre a

---

<sup>14</sup>Do original, em inglês: “a body of recurring objective phenomena that arise from human conflict” (LUTTWAK, 2001, p. 269).

<sup>15</sup>Do original, em francês: “l’art de la dialectique des volontes employant la force pour résoudre leur conflit” (BEAUF, 1963 apud LUTTWAK, 2001, p. 269).



lógica das raposas (intuitivas, discursivas, autodepreciativas, prestam atenção em uma gama variada de elementos sem necessidade de uma conexão direta) e dos porcos-espinho (dedicam-se inteiramente a um método e objetivo central), argumenta que um bom estrategista precisa ter a argúcia de alternar suas técnicas de acordo com cada situação apresentada em meio ao desafio que busca superar. Com isso, Gaddis apresenta versões de “estratégia” e “grande estratégia” bem amplas, não as limitando à atmosfera militar ou estatal. Para ele, uma grande estratégia nada mais é do que o “alinhamento de aspirações potencialmente ilimitadas com capacidades necessariamente limitadas” (2019, não paginado). Sobre a comum limitação dos termos à belicosidade, diz:

As grandes estratégias, no entanto, têm sido tradicionalmente associadas a planejamento e batalhas. Não surpreende, considerando o fato de as primeiras relações registradas entre aspirações e capacidades terem surgido da necessidade de conduzir operações militares. “Ponham-se a pensar”, Homero alerta os aqueus, por meio do sábio Nestor, num momento desesperado durante o longo cerco de Troia, “se a estratégia serve para alguma coisa”. Já a necessidade de tal alinhamento remonta, é provável, ao primeiro ancestral do homem que descobriu como obter alguma coisa aproveitando o que estava à mão. (GADDIS, 2019, não paginado)

Por fim, pode-se constatar que a interpretação de Gray, convergente com a de Aron, é uma adaptação do conceito definido por Clausewitz, incluindo os tempos pacíficos, enquanto Luttwak se opõe ao modo de delimitação, propondo uma óptica objetiva de fenômenos como a guerra. Gaddis, em contraponto, propõe que grande estratégia transborde os limites da política, abarcando o planejamento para alcançar qualquer objetivo primordial, tal como um estudante ambicionando graduar-se. A respeito desse debate, convém a ilação de Cepik e Machado: do ponto de vista da teoria clausewitziana, o termo “grande estratégia” não seria útil ou necessário, mas uma visão alternativa sobre a ampliação do conceito é válida para referir-se aos “desafios associados à produção de sinergia entre as políticas externa, de defesa, de segurança e de desenvolvimento industrial, tecnológico e científico de um país” (2011, p. 115). Assim, quando nesta monografia for trabalhada a grande estratégia de um designado Estado-nação, referir-se-á ao plano elaborado e expresso (em documentos e políticas públicas) pelo governo do país para assegurar a sobrevivência estatal e a salvaguarda do interesse nacional em meio ao Sistema e à ordem internacional. Em síntese, o que será aqui explorado são as linhas gerais do plano da Federação Russa de emprego de recursos para alcançar uma determinada posição no Sistema Internacional no século XXI.

### 3.2 CONSTRUÇÃO E FUNDAMENTOS DA POLÍTICA EXTERNA RUSSA

Dessa maneira, Mankoff coloca justamente nos arredores de 1992 e 1993 o ponto de inflexão da política externa russa que outros autores costumam deixar para o ano de 2000, quando Putin assume: a percepção de que uma política apelativa à comunidade ocidental não era cabível nos planos interno nem externo. A vista disso, o curso foi mudando em direção a uma atitude mais assertiva em relação ao ocidente e ao seu papel como grande potência no sistema internacional. A idealização dessa nova abordagem ficou a cargo de Yevgeny Primakov, que, entre 1991 e 1999, ocupou os cargos de chefe da SVR (Serviço de Inteligência Internacional), Ministro das Relações Exteriores e, finalmente, primeiro-ministro. O novo *modus operandi* apresentado baseava-se em uma visão da identidade nacional russa que encontrava boa aceitação tanto nas elites quanto nas massas russas, as quais encontravam-se desapontadas com o insucesso das radicais reformas do início dos anos 1990.

Internacionalmente, a Doutrina Primakov ficou conhecida como linha dura e anti-Occidente por propor contenção ao avanço dos EUA e da OTAN em direção ao leste europeu e flertar com a ideia de construir uma aliança com indianos e chineses para criação de um bloco contra hegemônico, cunhando o conceito de triângulo estratégico (MANKOFF, 2009; SUROVELL, 2005). E, de fato, o país conseguiu diversificar suas parcerias nos anos que se sucederam, sendo admitido na APEC (Cooperação Econômica Ásia-Pacífico), aproximando-se de países como China e Irã (TSYGANKOV, 2016). Todavia, essa fase da política externa russa pode ser considerada pragmática por simultaneamente ter procurado cooperar com o ocidente, a exemplo da assinatura de um acordo com a OTAN em 1997, concedendo à Rússia posição consultiva em um conselho conjunto (SEGRILLO, 2000).

Mankoff ainda argumenta que fatos como o bombardeio de Ieltsin ao Soviete Supremo em meio a uma crise constitucional em 1993 e o início da Primeira Guerra da Chechênia em 1994 já conduziam o tom de assertividade - e, porventura, hostilidade - que seria adotado no tardar da década de 1990. Isto posto, é essencial entender o teor que Primakov deu à política externa para analisar a contemporaneidade, haja vista que o atual presidente enxerga-se como sucessor deste legado e visão da identidade nacional, alegando aprimorar a política desenvolvida pelo predecessor (ZHEBIT, 2019).

Em meio a esse conturbado cenário dos anos 1990, ascendia ao poder em Moscou Vladimir Vladimirovich Putin, um líder de São Petersburgo (antiga

Leningrado) que se graduou em Direito e logo após ingressou na KGB (*Комитет Государственной Безопасности* ou *Komitet Gosudarstvennoy Bezopasnosti* no russo, Comitê de Segurança do Estado em português). Passou a maior parte de sua modesta carreira na espionagem em Dresden, na Alemanha Oriental, e, quando a URSS ruiu, retornou a sua cidade natal e começou sua vida política no cargo de assistente do recém-eleito prefeito Antolii Sobchak (RIASANOVSKY; STEINBERG, 2011). Ficou conhecido por sua eficiência e lealdade, tanto que, ao renunciar em 1996 quando Sobchak perdeu as eleições, Ieltsin o convidou para trabalhar para ele. Três anos mais tarde, em meio a trocas constantes na Casa Branca de Moscou, foi nomeado como o 7º primeiro-ministro da Federação Russa. No mesmo ano, em 31 de dezembro de 1999, Ieltsin anunciou sua renúncia imediata do cargo de presidente, o que fez de Putin também o presidente em exercício até as eleições de março de 2000, nas quais conquistou 53% dos votos no primeiro turno (RIASANOVSKY; STEINBERG, 2011).

Putin, em seu texto “Rússia na virada do milênio” (*Россия на рубеже тысячелетий*, no original russo), publicado em site governamental em 30 de dezembro de 1999, na véspera de acumular o cargo abdicado por Ieltsin, dá alguns passos para trás e analisa toda a situação que a Rússia passou no século XX, com especial atenção aos anos 1990. É ponderando todo sofrimento passado pelo povo russo na reinvenção do país que ele traça superficialmente a grande estratégia a ser seguida no início do novo milênio. Nele, ressalta o advento de uma sociedade pós-industrial, de desafios climáticos, sociais e posiciona a Rússia nesse cenário: em crise econômica e com a qualidade de vida da população comprometida. Em seguida, reconhece as benesses, mas aponta sem dó as falhas do sistema soviético que levaram o país àquela conjuntura, tais como a falta de atenção às indústrias da computação e das tecnologias de comunicação. Também demonstra-se convencido de que um regime democrático fundado em princípios liberais como liberdade de expressão, somado a uma economia de mercado e um Estado forte num contexto multipolar compõem a receita para a prosperidade da sociedade russa (PUTIN, 1999).

As linhas gerais da política externa da Federação Russa são expressas periodicamente pela publicação de um documento aprovado pelo presidente em forma de decreto, cuja primeira versão foi elaborada em 1993, intitulado *Концепция внешней политики Российской Федерации* (*Foreign Policy Concept of the Russian Federation*, em inglês, e Conceito de Política Externa da Federação Russa, em português) (DONALDSON; NADKARNI, 2019). Ao longo do período que esta monografia pretende analisar, esse

documento foi emitido quatro vezes: junho de 2000, por Vladimir Putin; julho de 2008, por Dmitry Medvedev; e em fevereiro de 2013 e novembro de 2016, por Putin novamente. Conforme o autor Jeffrey Mankoff alerta, esses documentos têm relevância limitada devido, principalmente, a sua vaguidade: são conjuntos de princípios elementares à política que pretende-se adotar, elaborados por burocratas, mas não apontam necessariamente a práticas concretas. Todavia, são úteis para melhor compreender como os tomadores de decisão da política externa russa veem o mundo e, sobretudo, o papel de seu Estado nele (MANKOFF, 2009, p. 12).

Dito isso, os arquivos seguem uma estrutura mais ou menos fixa e foram, ao longo dos anos, sendo incrementados conforme a recuperação sócio-econômica do país e o aumento da robustez do posicionamento russo no Sistema Internacional. Conforme é possível verificar no quadro abaixo, houveram ínfimas alterações nos títulos das divisões, mas o teor de cada permaneceu o mesmo. A seção inicial (I) trata de disposições gerais acerca da natureza de visão sistêmica e baseada na Constituição da Federação Russa, nos tratados internacionais dos quais o Estado é signatário, bem como suas leis e demais documentos dirigentes da política federal. Na sequência, (II) trata da conjuntura do mundo moderno, as situações que são mais preocupantes e o papel da Rússia remetendo tais assuntos. A terceira (III) e a quarta parte (IV), comumente as mais extensas, listam as prioridades da Federação para resolver os problemas adjacentes e as principais medidas que serão tomadas nesse âmbito; e as prioridades em cada região do globo, respectivamente. Por fim, (V) há a elucidação de quais instituições são responsáveis por cada etapa da transformação desse conjunto de princípios em ações tangíveis.

Quadro 1 - Estrutura dos Conceitos de Política Externa

2000	2008	2013	2016
I. Princípios gerais	I. Provisões gerais	I. Provisões gerais	I. Provisões gerais
II. O mundo moderno e a política externa da Federação Russa	II. O mundo moderno e a política externa da Federação Russa	II. Política externa da Federação Russa e o mundo moderno	II. Política externa da Federação Russa e o mundo moderno

III. Prioridades da Federação Russa na resolução de problemas globais	III. Prioridades da Federação Russa para enfrentar problemas globais	III. Prioridades da Federação Russa para enfrentar problemas globais	III. Prioridades da Federação Russa em superar desafios globais
IV. Prioridades regionais	IV. Prioridades regionais	IV. Prioridades regionais	IV. Prioridades regionais de política externa da Federação Russa
V. A formatação e implementação da política externa da Federação Russa	V. Formatação e implementação da política externa da Federação Russa	V. Desenvolvimento e implementação da política externa da Federação Russa	V. Formulação e implementação da política externa da Rússia

Fonte: elaborado pela autora com base em RUSSIA 2000, RUSSIA 2008, RUSSIA 2013 e RUSSIA 2016 e GONZÁLEZ 2013

Nesse sentido, o Conceito aprovado em 2000 vê a necessidade de reavaliar os objetivos do país no advento do século XXI, enquanto ensaia um fortalecimento de sua posição em conjunto com o aparecimento de tendências negativas. É presente a noção do país enquanto uma grande potência e da necessidade de incorporar valores democráticos. A maior prioridade é descrita como a proteção dos interesses do indivíduo e da sociedade. Fazem parte dos princípios guia da Federação Russa desde então a preocupação com a segurança, sobrevivência, soberania e unidade territorial do país, preservando a posição de prestígio do país no Sistema; a intenção de participar da política internacional sob a regulação da Carta da ONU e do direito internacional; a busca por uma situação favorável ao desenvolvimento econômico e democrático do país; política de boa vizinhança nas suas fronteiras, eliminação e prevenção de conflitos nos arredores; cooperar com diversos países nos âmbitos bi e multilateral com base em parcerias mutuamente benéficas e garantir os direitos e liberdades de cidadãos e compatriotas russos residindo no exterior. Somado a isso, o governo objetiva promover uma percepção positiva do país, da língua e da cultura russa, fatores que, se influentes, compõem o que as relações internacionais chamam de *soft power*.

No que tange à seção II, apesar de comemorar o fim do confronto da Guerra Fria e as possibilidades para a cooperação, é apresentada uma crítica à configuração unipolar da ordem global caracterizada pela hegemonia político-econômica dos

Estados Unidos da América que, em conjunto com o enfraquecimento de mecanismos multilaterais relevantes como o Conselho de Segurança da ONU, desestabilizam o mundo. Dessa forma, compromete-se na construção de um mundo multipolar de instituições internacionais fortalecidas e com base nas regras estabelecidas pelo direito internacional. Há a preocupação com o crescimento de movimento extremistas, terrorismo, separatismos e conflitos regionais, substituindo o temor antes direcionado a um possível embate direto entre potências nucleares. A vista disso, declara a escassez de recursos para sustentar uma política externa mais assertiva, e, para tanto, buscar-se-á o fortalecimento estatal, da sociedade civil e crescimento econômico através de uma política consistente, transparente, pragmática e confiável.

A partir da análise da terceira parte, que trata dos desafios globais contemporâneos, é possível traçar a comparação entre os tópicos e ordem de prioridade vista no quadro abaixo, onde percebemos alguns incrementos como a preocupação com o direito internacional e maior consistência da ordem global em formação a partir de 2008, bem como a crescente preocupação com as mudanças climáticas.

QUADRO 2 - Prioridades na resolução de problemas globais

2000	2008	2013	2016
Formar uma nova ordem global	Emergência de uma nova ordem global	Emergência de uma nova ordem global	Moldando uma ordem global justa e sustentável
	A primazia da lei das relações internacionais	Estado de direito nas relações internacionais	Estado de direito nas relações internacionais
Fortalecer a segurança internacional	Fortalecer a segurança internacional	Fortalecer a segurança internacional	Fortalecer a segurança internacional
Relações econômicas internacionais	Cooperação internacional econômica e ambiental	Cooperação internacional nas esferas econômica e ambiental	Cooperação internacional econômica e ambiental da Federação Russa
Direitos humanos e relações internacionais	Cooperação internacional humanitária e direitos humanos	Cooperação internacional humanitária e direitos humanos	Cooperação internacional humanitária e direitos humanos
Suporte	Suporte	Suporte	Suporte

informacional para atividades de política externa	informacional para atividades de política externa	informacional para atividades de política externa	informacional para atividades de política externa da Federação Russa
---	---	---	--

Fonte: elaborado pela autora com base em RUSSIA 2000, RUSSIA 2008, RUSSIA 2013 e RUSSIA 2016 e GONZÁLEZ 2013.

No intervalo de tempo entre os conceitos de 2000 e 2008 uma série de eventos aconteceu que deve ser ressaltada. A primeira ocasião relevante após a eleição de Putin é o atentado terrorista de 11 de setembro nos Estados Unidos e a maneira escolhida para agir perante a vulnerabilidade do seu rival. Tendo recentemente experienciado uma gigantesca escalada na violência em decorrência dos ataques terroristas em meio aos conflitos separatistas na Chechênia, a Rússia optou por colocar-se ao lado dos EUA na empreitada, tendo o terrorismo transnacional enquanto inimigo comum, e Putin foi o primeiro líder internacional a prestar solidariedade a Bush por telefonema após o ocorrido (KENNEDY-PIPE; WELSH, 2005, RIASANOVSKY; STEINBERG, 2011). Na perspectiva russa, o hegemom seria obrigado a recuar e dispor-se a cooperar com todos na esfera internacional. De fato, a colaboração entre os países se intensificou na sequência, com os russos tolerando a invasão americana ao Afeganistão e a retirada do Tratado sobre Mísseis Antibalísticos, por exemplo. Putin visou, através do balanceamento internacional e do fortalecimento interno, ocupar mais rapidamente o posto - merecido, segundo a visão das elites internas - de grande potência e de um dos pólos de poder da política internacional.

O que veio em seguida foi novamente decepção com a qualidade do retorno estadunidense à solidariedade e cooperação russa, acompanhada de preocupação com o potencial prejudicial da invasão dos EUA não apoiada pelo Conselho de Segurança da ONU ao Iraque em 2003 (RIASANOVSKY; STEINBERG, 2011; MANKOFF, 2009). Somado a isso, o país foi contemplado com uma guinada econômica positiva após a crise de 1998, com crescimento econômico estável e aumento das trocas comerciais. O crescente preço dos combustíveis fósseis, por sua vez, é um elemento essencial oportunizador de uma gradativa maior assertividade russa (TSYGANKOV, 2016).

Ao passo que o primeiro mandato de Vladimir Putin chegava ao fim, novos desafios surgiam. Em novembro de 2003, aconteceu, na sua vizinha Geórgia, uma

revolução de uma série que ameaçaria os russos nos próximos anos: as Revoluções Coloridas. Tais movimentos tiveram valores liberalizantes em seu centro e buscavam a substituição (via eleições ou por meio da pressão a renúncia) dos líderes anteriores por outros com retórica ocidentalista, ao mesmo tempo que recebiam apoio de instituições (governamentais e não governamentais) estrangeiras (ORTEGA, 2009). Todavia, o governo de Putin aparentava estar lidando bem com as adversidades, visto que, em março de 2004, o presidente foi reeleito com 71% dos votos, alta popularidade em parte atribuída a vontade popular de estabilidade político-econômica do país chefiado por uma personalidade forte (RIASANOVSKY; STEINBERG, 2011).

Em seguida, em setembro de 2004, os russos vivenciam mais um momento de grande tensão relacionado à Segunda Guerra da Chechênia: terroristas fizeram, por três dias, mais de 1000 reféns (em sua maioria crianças) em uma escola primária na cidade de Beslan e a tentativa do governo de controlar a situação falhou, resultando em um grande massacre com centenas de mortes (TSYGANKOV, 2016). A tragédia foi um grande ônus político para Putin, que havia prometido acabar com o terrorismo. A partir de então, o Kremlin começou uma reforma administrativa de concentração de poder, a partir da qual os governadores regionais deixariam de ser eleitos diretamente para serem apontados pelo presidente e aprovados pelos parlamentos regionais, por exemplo (RIASANOVSKY; STEINBERG, 2011, p. 664).

Apenas dois meses depois, mais um conflito na sua zona de influência: a Revolução Laranja na Ucrânia se deflagrou após denúncias de corrupção e fraude na eleição presidencial contra o candidato apoiado pelo Kremlin, Viktor Yanukovich, que teria vencido no segundo turno em novembro. Após a série de protestos maciços, sobretudo na Praça da Independência de Kiev, a capital ucraniana, o resultado da eleição foi anulado e a Suprema Corte determinou a realização de uma segunda votação, na qual foi declarada a vitória do candidato ocidentalista Viktor Yushchenko, que tinha como uma das principais propostas a junção do país à União Européia (ORTEGA, 2009). Na sequência, a Revolução das Tulipas teve lugar no Quirguistão em 2005, tirando do poder o presidente há mais de uma década Askar Akayev e, embora o discurso pró-Occidente não tenha sido tão presente quando foi nos levantes do Leste Europeu, os Estados Unidos também se manifestaram a favor do movimento e também houve uma comissão enviada da OSCE para observar a regularidade das eleições, enquanto o governo russo permaneceu em defesa do *status quo* em todas as



situações, denunciando a interferência externa e o seu potencial desestabilizador (ORTEGA, 2009).

Esse posicionamento da Federação Russa faz parte de um arcabouço teórico construído ao longo do governo Putin ao redor do conceito de *sovereign democracy* (em tradução livre para o português, corresponderia a “democracia soberana”), conforme aponta Mankoff:

Se o mundo do século XXI está destinado a ser multipolar, a elite russa é amplamente unânime em acreditar que a Rússia deve ser um dos pólos. Apesar de toda a conversa sobre integração com o Ocidente após os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, nunca houve qualquer crença real em que a Rússia desistisse de sua identidade como ator autônomo nos assuntos mundiais. A discussão em curso sobre o conceito de “democracia soberana” como uma descrição do sistema político russo concentra-se em grande parte nessa questão. Uma democracia verdadeiramente soberana, conforme definida pelo criador do termo, o ideólogo do Kremlin Vladislav Surkov, é aquela cujos objetivos e métodos – tanto em casa quanto no exterior – são feitos exclusivamente com base em cálculos de interesse nacional, e não por pressão externa para estar de acordo com as normas de comportamento (MANKOFF, 2009, p. 15, tradução nossa)<sup>16</sup>.

Essa visão foi inclusive aplicada à área econômica e consiste, sobretudo, na defesa de que a Rússia - e demais países sem tradição democrática e de livre mercado - possa passar por todas as fases de um desenvolvimento político-econômico pleno ao seu tempo, livre das imposições partindo de outros Estados ou organismos internacionais (TSYGANKOV, 2016). No ano de 2006, em seguimento, Mankoff aponta para uma clara mudança de tom a partir de vários acontecimentos hostis: o desligamento do abastecimento de gás para a Ucrânia, com o objetivo de forçar os vizinhos a pagarem o preço de mercado; os assassinatos da jornalista de oposição Anna Politkovskaya e do dissidente político e ex-KGB Aleksandr Litvinenko, que geraram fortes críticas da imprensa e dos governos ocidentais; a nacionalização da empresa petrolífera Yukos (que negociava venda de parte significativa para empresas sediadas nos EUA); bem como respostas mais contundentes às tentativas da OTAN de englobar Estados do exterior próximo (MANKOFF, 2009, p. 26-25). Esse ajuste foi condizente com o célebre discurso de Vladimir Putin na Conferência de Segurança de Munique (MSC, do inglês *Munich Security Conference*, e *Münchner Sicherheitskonferenz* em alemão), em fevereiro de 2007, no qual ele apontou a persistência de estereótipos da Guerra Fria e descartou a possibilidade de ter havido um mundo unipolar após o fim do conflito, sobretudo por causa

---

<sup>16</sup> “If the world in the twenty-first century is destined to be multipolar, the Russian elite is largely unanimous in believing Russia must be one of the poles. For all the talk of integration with the West in the aftermath of the September 11, 2001, terrorist attacks, there was never any real belief in Russia’s giving up its identity as an autonomous actor in world affairs. The ongoing discussion about the concept of ‘sovereign democracy’ as a description of the Russian political system focuses to a great degree on this issue. A truly sovereign democracy, as defined by the originator of the term, Kremlin ideologist Vladislav Surkov, is one whose goals and methods—both at home and abroad—are made solely on the basis of calculations of national interest, rather than because of external pressure to conform to behavioral norms.” (MANKOFF, 2009, p. 15)

das falhas no regime estadunidense e suas recorrentes intervenções para muito além de seu território, conforme a seguinte fala:

Nas relações internacionais vemos cada vez mais o desejo de resolver uma determinada questão de acordo com as chamadas questões de conveniência política, com base no clima político atual. E é claro que isso é extremamente perigoso. Isso resulta no fato de que ninguém se sente seguro. Quero enfatizar isso – ninguém se sente seguro! Porque ninguém pode sentir que o direito internacional é como um muro de pedra que os protegerá. Claro que tal política estimula uma corrida armamentista. O domínio da força inevitavelmente encoraja vários países a adquirir armas de destruição em massa. Além disso, ameaças significativamente novas - embora fossem também conhecidos antes – apareceram, e hoje ameaças como o terrorismo assumiram um caráter global. Estou convencido de que atingimos esse momento decisivo em que devemos seriamente pensar sobre a arquitetura da segurança global. E devemos prosseguir buscando um equilíbrio razoável entre os interesses de todos os participantes no diálogo internacional. Especialmente porque o cenário internacional é tão variado e muda tão rapidamente – mudanças à luz da dinâmica desenvolvimento em vários países e regiões (PUTIN, 2007, sem paginação, tradução nossa).<sup>17</sup>

Tsygankov (2016) postula que a política externa russa pós-comunista passa por fases em concordância com as mudanças do interesse nacional, sendo a estratégia seguida determinada pela combinação de condições locais, isto é, a realidade e demandas internas do Estado, e a conjuntura internacional, sobretudo o posicionamento do Ocidente (da OTAN, mais precisamente), visto que é em relação a ele (em oposição à ou como enquanto pertencente) que a Rússia define sua identidade nacional. Nesse sentido, pauta a existência de três escolas de pensamento de política externa: ocidentalistas, originados no pensamento de Pedro, o Grande, que busca ressaltar as semelhanças com as nações ocidentais; estatistas, que priorizam a sobrevivência, soberania e grandeza estatal; e civilizacionistas, cuja ênfase fica para as características únicas da civilização eslava e está intrinsecamente ligado a herança da Igreja Ortodoxa Russa e à concepção de Ivan IV de fazer de Moscou a terceira Roma. À vista disso, Tsygankov fragmenta a estratégia pós-soviética em seis fases. Os primeiros anos de Ieltsin teriam sido de integração com ocidente, alternando para balanceamento de grande potência no final do mandato. Até 2007, Putin teria adotado uma cooperação pragmática e, em seguida, partido para uma assertividade de grande potência. Quando Medvedev assume,

---

17 “In international relations we increasingly see the desire to resolve a given question according to so-called issues of political expediency, based on the current political climate. And of course this is extremely dangerous. It results in the fact that no one feels safe. I want to emphasize this – no one feels safe! Because no one can feel that international law is like a stone wall that will protect them. Of course such a policy stimulates an arms race. The force’s dominance inevitably encourages a number of countries to acquire weapons of mass destruction. Moreover, significantly new threats – though they were also well-known before – have appeared, and today threats such as terrorism have taken on a global character. I am convinced that we have reached that decisive moment when we must seriously think about the architecture of global security. And we must proceed by searching for a reasonable balance between the interests of all participants in the international dialogue. Especially since the international landscape is so varied and changes so quickly – changes in light of the dynamic development in a whole number of countries and regions.” (PUTIN, 2007, sem paginação)

há uma segunda fase de cooperação pragmática e, ao passo que Putin retorna ao Kremlin em 2012, com ele volta a assertividade.

Ademais, Mankoff ressalta que o posicionamento do país enquanto merecedor do rótulo de grande potência e, conseqüentemente, a noção de que deveria participar da definição da agenda internacional, em evidência nesse período, não foram criados por Putin. São ideias que, em contrapartida, fazem parte do imaginário das elites russas e Putin tornou-as tangíveis novamente. Ainda, o autor classifica a natureza das interações internacionais do país nesses dois mandatos como passiva-reativa e essencialmente defensiva, com exceção, talvez, do exterior próximo, sobretudo pelos eventos que se seguiram a partir de 2008. A mudança de tom entre os mandatos teria sido, então, devido ao reconhecimento da fraqueza e necessidade de recuperação do país no início dos anos 2000 e, para tanto, utilizou-se da estratégia de *bandwagoning* com os pares ocidentais. Passando isso, o tom mais assertivo se deu pela “posição relativa mais forte da Rússia na balança internacional resultante dos altos preços da energia, recuperação econômica e as conseqüências da desventura dos EUA no Iraque - uma mudança de tática em vez de estratégia” (MANKOFF, 2009, p. 40, tradução nossa)<sup>18</sup>.

Com o fim do segundo mandato de Putin se aproximando em meados de 2008, foi necessário apontar um sucessor, visto que a constituição russa não permitia a Putin permanecer no cargo por mais do que dois mandatos consecutivos. Foi escolhido para a representação, o jurista, professor e político Dmitry Anatolyevich Medvedev. Além de ser proveniente da mesma cidade e universidade de Putin, ele compunha o círculo de protegidos do líder russo após chefiar sua campanha presidencial em 2000 e participar da administração desde então em cargos-chave, como, por exemplo, integrou o conselho da Gazprom, grande estatal do setor de energia (DONALDSON; NADKARNI, 2019). Destarte, o partido governista Rússia Unida (*Единая Россия*, em russo) apoiou a indicação do candidato, o qual anunciou sua tinha a intenção de indicar para o cargo de primeiro-ministro ninguém menos que Vladimir Putin. Eleito com facilidade e cumprindo com a promessa, inicia-se um período chamado pelos acadêmicos de “tandemocracia Putin-Medvedev”, visto que o governo russo passa a ter dois pólos significativos de poder. Essa mudança encontra-se respaldada na quinta seção do Conceito de Política Externa de 2008, aprovado poucos meses após a eleição

---

18 “Russia’s stronger relative position in the international balance resulting from high energy prices, economic recovery, and the fallout from the U.S. misadventure in Iraq - a change in tactics rather than strategy.” (MANKOFF, 2009, p. 40)

do novo presidente: pela primeira vez o documento introduz o Governo da Federação Russa (Casa Branca de Moscou), encabeçado pelo primeiro-ministro, como atuante na implementação da política externa<sup>19</sup>.

Outra modificação relevante é em relação à prioridade máxima da política externa. Enquanto a versão de 2000 tratava apenas da proteção dos interesses do indivíduo e da sociedade, a atualização preza também pelos interesses do Estado. Em soma, no documento aprovado pelo sucessor, julgado pelo ocidente como mais liberal, de Putin, o termo *great power* (“grande potência”) deixa de ser utilizado, dando lugar à expressão *leading center*, que pode ser traduzida para “centro de liderança”, ou seja, uma forma mais sutil e menos carregada de significação que a anterior para referir-se ao pensamento de que a Rússia é um país muito relevante na ordem global vigente. Ainda, é percebido um aprofundamento relativo no destaque dado aos esforços cabíveis para defender a primazia do direito internacional na regulamentação das relações, refletindo uma prioridade particular de Medvedev. Somado a isso, a transição de poder expôs a falta de institucionalização da governança e abriu espaço para o debate sobre as prioridades da política externa, dando uma guinada em direção ao discurso conciliador com o ocidente (MANKOFF, 2009).

No entanto, em agosto de 2008, quando a República Democrática da Geórgia tentou, através do uso da força, reincorporar a região da Ossétia do Sul ao seu território, tropas russas atacaram a Geórgia em um conflito-relâmpago para defender o status da região e da Abecásia enquanto repúblicas independentes da Geórgia. Há quem cite o evento como marcante de um retorno russo aos instintos imperiais e outros o enxergam como resultado do nacionalismo georgiano e interação com a OTAN crescentes, sendo esse segundo fator mais evidente quando em maio de 2009 a Aliança realiza um experimento militar na Geórgia (MIELNICZUK, 2013). A questão georgiana, para Mankoff (2009, p. 39), indica um sinal de que o período de recuperação, responsável pelo tom menos discordante com o Ocidente nos primeiros anos de Putin no Kremlin, teria chegado ao fim.

Quando, na sequência, a Federação Russa divulga seu documento de estratégia de segurança nacional até o ano de 2020 (*National Security Strategy to 2020*) é reforçada a evidente preocupação central com os conflitos na contiguidade do país (intercedendo pelos direitos da população russa no exterior, principalmente) e com o desenvolvimento e implementação do sistema de defesa antimíssil no leste europeu

---

<sup>19</sup> nos documentos subsequentes essa adição é mantida.

(DIMITRAKOPOULOU; LIAROPOULOS, 2010). E, embora o foco continue sendo o exterior próximo e a crítica ao sistema de segurança europeu centrado na OTAN e substancialmente exclusivo à Rússia, também é demonstrada preocupação com problemas globais (como segurança energética, por exemplo) e a intenção de assistir na resolução destes ao cooperar com potências emergentes como China e Índia.

Na mesma tendência de análise da situação corrente e determinação das principais metas a serem atingidas, o presidente Medvedev divulgou um texto intitulado *Go Russia!* em setembro de 2009 refletindo sobre a chegada de uma nova década, tal como Putin fez dez anos antes. Na ocasião, Dmitry reforça muitos dos princípios presentes no Conceito de 2008, mas também vê o presente sob olhos críticos, apontando ineficiência na economia dependente da exportação de matéria-prima, corrupção, falta de inovação tecnológica, sociedade civil fraca e queda na qualidade de vida. A respeito da política externa, afirma que a Rússia seguirá exercendo seu papel em manter a ordem internacional, ascenderá para o próximo estágio de poder por vias persuasivas ao invés de coercitivas e, finalmente, continuará protegendo nações menores, citando o incidente da Geórgia (a qual teria atacado criminalmente a Ossétia do Sul) (MEDVEDEV, 2009).

A segunda década do século, por seu turno, se iniciou com eventos marcantes como a abstenção russa da votação do CSNU a respeito de uma retaliação militar ao regime líbio de Gaddafi em 2011, decisão a favor do lobby estadunidense que a Rússia viria a se arrepender de ter feito devido ao subsequente colapso do Estado da Líbia. Quando, em fevereiro de 2012, a pauta do Conselho foi o governo Assad, tanto a representação russa quanto a chinesa optaram por vetar a resolução de intervenção. Simultaneamente, Vladimir Putin, que manteve sua influência nos rumos da política externa mesmo em diferente posto, anuncia que concorrerá ao pleito para presidência novamente, elegendo-se em um único turno em março de 2012 para seu terceiro mandato (TSYGANKOV, 2016).

Os eventos dos últimos cinco anos refletiram na elaboração do Conceito lançado em 2013 por Putin, em que a crise econômica mundial eclodida em 2008 trouxe uma maior preocupação em alcançar uma boa posição no comércio internacional e modernizar a economia especializada na exportação de matéria-prima. A interdependência econômica entre os Estados, todavia, não é vista de todo mal, uma vez que diminui a tendência conflituosa da esfera internacional. A respeito da ordem vigente nesta, é mencionado no documento a transição sistêmica para o policentrismo,

bem como o deslocamento do poder global e potencial de desenvolvimento em direção à Ásia-Pacífico, aumentando a relevância de suas alianças orientais, como pode-se perceber pelo aumento substancial de entidades asiáticas com as quais planeja cooperar no quadro 3 abaixo. Ainda, a hostilidade envolvendo a vizinha Geórgia encontra respaldo na preocupação demonstrada a respeito da diáspora russa, à proteção de russos vivendo em outros países e ao status da língua e cultura russa, buscando nestes uma base para promoção de *soft power* (RUSSIA, 2013). Por fim, depreende-se um interesse maior nas relações com a América Latina, que passa a ser referida com maior veemência e, pela primeira vez, antes do continente africano, como mostra a seguir:

QUADRO 3 – Prioridades regionais

2000	2008	2013	2016
<p>Espaço pós-soviético: Comunidade dos Estados Independentes (CEI), Customs Union e Collective Security Treaty</p>	<p>Espaço pós-soviético: CEI, União da Rússia e Bielorrússia, EurAsEC, Organização do Tratado da Segurança Coletiva (OTSC), Organização para Cooperação de Xangai</p>	<p>Espaço pós-soviético: CEI, União Econômica Euroasiática, OTSC, Bielorrússia, Cazaquistão, EurAsEC, Customs Union, Common Economic Space, Eurasian Economic Commission, Ucrânia, Moldávia, Nagorny Karabakh, Abecásia e Ossétia do Sul, Geórgia</p>	<p>Espaço pós-soviético: CEI, União da Rússia e Bielorrússia, União Econômica Euroasiática, OTSC, Ucrânia, Abecásia e Ossétia do Sul, Moldávia, Nagorno-Karabakh, Geórgia</p>
<p>Região do Mar Cáspio</p>	<p>Regiões dos mares Negro e Cáspio: Organização de Cooperação Econômica do Mar Negro</p>	<p>Regiões dos mares Negro e Cáspio</p>	<p>Regiões dos mares Negro e Cáspio: Organização de Cooperação Econômica do Mar Negro</p>
<p>Europa: OSCE, Council of Europe, União Europeia, OTAN, Europa Ocidental (Grã-Bretanha, Alemanha, Itália e França), Europa Central e</p>	<p>Euro-Atlântico: Conselho da Europa, OSCE, UE, Europa Ocidental (Alemanha, França, Itália, Espanha, Finlândia, Grécia, Países Baixos,</p>	<p>Euro-Atlântico: UE, Alemanha, França, Itália, Países Baixos, Reino Unido, Conselho da Europa, OSCE, OTAN, Norte da Europa (Conselho dos</p>	<p>Euro-Atlântico: OTAN, UE, Alemanha, França, Itália, Espanha, Conselho da Europa, OSCE, OTAN, Norte da Europa (Conselho dos Estados do Mar</p>



<p>Oriental, Báltico (Lituânia, Letônia e Estônia), Balcãs. EUA</p>	<p>Noruega e Grã-Bretanha), Países Nórdicos, Euro-Ártico, Europa Central, Oriental e Sudoeste, Báltico (Lituânia, Letônia e Estônia), OTAN, EUA, Canadá</p>	<p>Estados do Mar Báltico), Balcãs, EUA, Canadá, Ártico (Conselho Ártico, <i>Arctic Five</i>, Conselho Euro-Ártico de Barents)</p>	<p>Báltico), EUA, Canadá, Ártico (Conselho Ártico, <i>Arctic Five</i>, Conselho Euro-Ártico de Barents), Antártica</p>
<p>Ásia: APEC, ASEAN, Cinco de Shangai, China, Índia, Paquistão, Japão, Irã, península coreana, Afeganistão</p>	<p>Ásia-Pacífico: APEC, ASEAN, Organização para Cooperação de Xangai (OCX), China, Índia, Japão, Turquia, Egito, Algéria, Irã, Arábia Saudita, Síria, Líbia, Paquistão, Sudoeste da Ásia (Vietnã, Indonésia, Malásia, Tailândia, Filipinas e Cingapura), Península Coreana, Irã, Afeganistão</p>	<p>Ásia-Pacífico: OCX, Cúpula do Leste Asiático, APEC, ASEAN, <i>Asia-Europe Forum</i>, Conferência sobre Medidas de Interação e Construção de Confiança na Ásia (CICA), China (G20, BRICS, Cúpula do Leste Asiático, OCX), Índia, Nordeste da Ásia, Península Coreana, Japão, Mongólia, Vietnã, Austrália, Nova Zelândia, Pacífico Sul</p>	<p>Ásia-Pacífico: OCX, ASEAN, Cúpula do Leste Asiático, APEC, Conferência sobre Medidas de Interação e Construção de Confiança na Ásia (CICA), China, Índia, Mongólia, Japão, Península Coreana, Nordeste da Ásia, Vietnã, Indonésia, Tailândia, Cingapura, Malásia, Austrália, Nova Zelândia, Pacífico Sul</p>
<p>Oriente Médio, Golfo Pérsico e Norte da África</p>	<p>Oriente Médio: Palestina-Israel, Iraque, Organização para a Cooperação Islâmica (OCI), Liga Árabe, G8</p>	<p>Oriente Médio e Norte da África: Palestina-Israel, Liga Árabe, Irã, Organização para a Cooperação Islâmica (OCI), Conselho de Cooperação dos Estados Árabes do Golfo, Afeganistão</p>	<p>Oriente Médio: Palestina-Israel, Síria, Irã, Fórum de Cooperação Russo-Árabe, Conselho de Cooperação dos Estados Árabes do Golfo, Organização para a Cooperação Islâmica (OCI), Afeganistão</p>
<p>África: Organização da Unidade Africana (OUA)</p>	<p>África: G8, União Africana (UA)</p>	<p>América Latina e Caribe: Brasil (BRICS), Argentina, Venezuela, Cuba, México, Nicarágua, Comunidade de Estados Latino-</p>	<p>América Latina e Caribe: Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos, MERCOSUL, UNASUL, Sistema</p>

		Americanos e Caribenhos (CELAC), MERCOSUL	da Integração Centro-Americana (SICA), Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (ALBA), Aliança do Pacífico, Comunidade do Caribe
América Latina: América Central e do Sul	América Latina e Caribe: Brasil, Argentina, México, Cuba, Venezuela	África: UA	África: UA

Fonte: elaborado pela autora com base em RUSSIA 2000, RUSSIA 2008, RUSSIA 2013 e RUSSIA 2016 e GONZÁLEZ 2013.

O período que dividiu as duas últimas emissões dos Conceitos não foi menos tumultuado que os anteriores: as relações com os EUA e as nações europeias tornaram-se progressivamente mais hostis. Com o retorno de Putin e da assertividade, o bloco ocidental voltou a criticar o sistema doméstico e a abordagem russa de direitos humanos. Discordâncias residiam em assuntos como o Sistema de Defesa Antimíssil na Europa, políticas para o Oriente Médio e a crise foi complementada quando o desertor da CIA, Edward Snowden, exilou-se na Rússia após denunciar práticas ilegais de espionagem realizadas pelos EUA e Moscou recusou-se a entregá-lo para o país de origem (TSYGANKOV, 2016).

Em fevereiro de 2014, o Kremlin sentiu necessidade de agir quando a onda de protestos referida como Euromaidan ou Primavera Ucraniana derrubou o aliado russo Viktor Yanukovich da presidência da Ucrânia em um movimento pró-Occidente que tinha como pautas a afiliação à União Europeia, os direitos humanos e o combate à corrupção. Argumentando a incitação do levante por potências rivais, a desestabilização da região, crescimento de forças nazi-fascistas e da violência, Putin decidiu enviar tropas à península da Crimeia e, nos meses seguintes, anexou-a ao seu território. Ressalta-se, também, que esse movimento ocorreu simultaneamente aos Jogos Olímpicos de Inverno de 2014, sediados pela Rússia na cidade de Sochi em uma campanha pela melhora de sua imagem internacional. Todavia, os países ocidentais encararam a questão da Crimeia como uma grave violação à soberania da Ucrânia e não tardaram em emitir sanções à Rússia (TSYGANKOV, 2016). A respeito da culpabilidade sobre o incidente, Tsygankov argumenta que cabe responsabilidade aos dois lados, pois “resultou em parte das tentativas da Rússia e da União Europeia e dos



Estados Unidos de puxar Kiev para suas próprias áreas de influência, tensionando ainda mais as relações da Rússia com o Ocidente.” (2016, p. 234, tradução nossa)<sup>20</sup>.

Esses posicionamentos citados, bem como a intervenção militar em apoio ao regime de Bashar al-Assad em setembro de 2015, são explicados por Putin como uma colocação da Rússia enquanto potência conservadora e defensora de valores tradicionais, procurando manter seu *status quo* de influência no Sistema e fortalecer as heranças civilizacionais e sagradas da Rússia (TSYGANKOV, 2016, p. 238). Tais concepções estão elucidadas no Conceito de 2016, onde é deixado claro seu entendimento enquanto potência ascendente que resiste a uma estratégia de contenção de seus pares ocidentais. Também é mencionada uma transição quase finalizada para o sistema policêntrico vislumbrado em 2013, com os interesses russos mudando em sentido ao Oriente ao mesmo tempo que conflitos são desencadeados pelo Ocidente e por sua recusa em compartilhar sua supremacia com o polo ascendente (PICCOLLI; DALL’AGNOL; PEREIRA, 2018; RUSSIA, 2016).

Ademais, é mostrado bastante pessimismo em relação à possibilidade de cooperação frutífera com o bloco ocidental (devido às recentes sanções retaliativas e desacordo em órgãos multilaterais sobre resolução de conflitos no Oriente Médio, por exemplo) e há considerável preocupação com a propagação do terrorismo e a inexistência de um mecanismo efetivo de combate a esse fenômeno na arena internacional. Mas, ainda, o expansionismo da OTAN e da UE são vistos como as principais ameaças correntes. Nesse sentido, não poupa críticas ao comportamento de seus vizinhos a oeste, bem como enrudece a retórica aos EUA e a atitudes como o uso da abordagem de “responsabilidade de proteger” (R2P) como forma de intervir em assuntos domésticos de países soberanos. Outrossim, essa filosofia de política externa está perceptivelmente mais confiante em seu papel proeminente no Sistema Internacional e determinada a estabelecer alianças bi e multilaterais com Estados de todo o globo, com foco na Ásia-Pacífico, relações mantidas com o espaço pós-soviético e presença expandida na América Latina (PICCOLLI; DALL’AGNOL; PEREIRA, 2018; RUSSIA, 2016).

### 3.3 ORIENTE MÉDIO E SÍRIA NA POLÍTICA EXTERNA RUSSA

O Oriente Médio está localizado um pouco abaixo da porção mais ocidental do território russo, sendo separado dele apenas pela localidade-chave do Cáucaso, onde estão localizados países que integravam a URSS e, portanto, a zona de maior influência e interesse da Rússia. Somado a isso, os acessos ao mar Mediterrâneo, ao Golfo Pérsico e ao Canal de Suez são englobados pela região mais volúvel das relações internacionais. Dessa forma, à luz

---

<sup>20</sup> Do inglês original: “resulted in part from Russia and the European Union and the United States’ attempts to pull Kiev in their own areas of influence by further straining Russia’s relations with the West.” (TSYGANKOV, 2016, p. 234)

dos documentos anteriormente analisados, interessa à Federação Russa que se atinja estabilidade no Oriente Médio por motivos como: o eventual transbordamento de extremismo islâmico (dado que em 2020, segundo pesquisa do Levada-Center, 7% da população russa segue o Islam) para dentro das fronteiras russas e a manutenção de seus interesses (primariamente) econômicos, como o fluxo de matéria-prima energética que se dá pelo Mediterrâneo (RUSSIA, 2000).

É percebido no evoluir dos anos e dos Conceitos que a política externa para a Ásia Ocidental, a qual nas publicações de 2000 e 2008 se confundia com as prioridades em meio a todo continente asiático, vem sendo melhor delimitada, mas segue sendo o quinto espaço internacional geográfico na catalogação das prioridades regionais (ver quadro 3), atrás da CEI, dos mares Negro e Cáspio, do Euro-Atlântico e da Ásia-Pacífico. Nesse sentido, a posição que a Rússia tem expressado por esse meio em relação às disputas do Oriente Médio é de que deve haver diálogo diplomático para buscar uma solução que, sobretudo, respeite os princípios de soberania, integridade territorial e não-interferência nos assuntos estatais, seja no conserto iraquiano, na desejada fórmula de dois Estados para Israel e Palestina, na redução da ameaça nuclear iraniana ou na situação síria (RUSSIA, 2008; RUSSIA, 2013; RUSSIA, 2016). Essa última, todavia, apesar de ter iniciado no ano de 2011, não é abordada no Conceito de Política Externa de 2013, aparecendo tão somente na versão de 2016 do documento. Nessa ocasião, é afirmado o seguinte:

93. A Rússia defende um acordo político na República Árabe da Síria e a possibilidade do povo sírio determinar seu futuro baseado no comunicado de Genebra de 30 de Junho de 2012, declarações do Grupo Internacional de Apoio à Síria e resoluções relevantes do Conselho de Segurança da ONU. A Rússia apoia a unidade, independência e integridade territorial da República Árabe da Síria como um Estado secular, democrático e pluralista, com todos os grupos étnicos e religiosos vivendo em paz e segurança e gozando de direitos e oportunidades iguais (RUSSIA, 2016, sem paginação, tradução nossa).<sup>21</sup>

De outra maneira, fornecendo uma visão mais ampla e historicamente informada sobre a conduta russa no Oriente Médio, autores como Casula e Katz argumentam que a política contemporânea de maior presença e interesse começa a ascender com a chegada de Primakov ao Ministério das Relações Exteriores em 1996, com a crescente assertividade sistemática já tratada anteriormente, e encontra continuidade sob a égide de Putin. Esse movimento

---

21 Do inglês: “93. Russia stands for a political settlement in the Syrian Arab Republic and the possibility for the people of Syria to determine their future based on the Geneva communiqué of June 30, 2012, statements by the International Syria Support Group and relevant UN Security Council resolutions. Russia supports the unity, independence and territorial integrity of the Syrian Arab Republic as a secular, democratic and pluralistic State with all ethnic and religious groups living in peace and security and enjoying equal rights and opportunities.” (RUSSIA, 2016, sem paginação).

beneficiou-se da aproximação que a União Soviética promoveu em relação aos regimes árabes seculares pelo interesse (já de tempos czaristas) de acessar o Mediterrâneo e pela identificação baseada em fatores como o anti-imperialismo, embora o pragmatismo fosse o elemento principal das alianças. Até os anos 1970, o principal aliado do bloco socialista no local era o governo egípcio de Nasser, mas, com a chegada de Sadat ao poder e a inclinação desse ao Ocidente, a Síria passa a ser seu principal parceiro na região, relação pautada por interesses estratégicos, econômicos, históricos e militares e revelou-se interessante para ambas as partes (CASULA; KATZ, 2018; ULUSOY, 2021).

É nesse contexto que a URSS estabeleceu uma base militar naval na cidade de Tartus, no litoral sírio, sob o governo de Hafez al-Assad (do Partido Baath e pai do atual presidente Bashar al-Assad), a qual sobreviveu ao colapso da União, foi herdada pelos russos e é um ativo de grande valiosidade até o presente (ULUSOY, 2021). Outrossim, o projeto de projeção no Oriente Médio teve de ser deixado de lado ao passo que o Estado soviético começa a ruir no final dos anos 1980 e o descendente está político-economicamente fragilizado até o começo dos anos 2000. Em seguida, à medida que Moscou tenta provar-se uma grande potência, a relação com a região é afetada pelos atentados terroristas de 11 de setembro nos EUA, que despertaram receio de que algo do tipo pudesse acontecer em seu território, especialmente ligado aos separatismos domésticos, e iniciaram um curto período de relação positiva com o bloco ocidental em combate a um inimigo em comum (CASULA; KATZ, 2018).

O advento da Primavera Árabe na década seguinte alterou a percepção russa para a região. Iniciada em dezembro de 2010 na Tunísia e transbordando na sequência para os vizinhos, especialmente Egito, Líbia e, finalmente, Síria. Enquanto os dois primeiros casos marcaram-se pelo caráter interno das pressões, os outros tiveram a influência de atores extra-regionais, fato esse que reforçou a percepção dos russos de que o levante seria uma continuação das revoluções coloridas que tiveram lugar no espaço pós-soviético, além das reivindicações semelhantes e perfil pró-Ocidente (PAUTASSO; ADAM; LIMA, 2018; CASULA; KATZ, 2018). O que ocorreu na situação Líbia foi de extrema relevância para a decisão de apoiar o regime de Assad: com o objetivo de conter a guerra civil que se desencadeou, através da aprovação da Resolução 1973 do Conselho de Segurança da ONU (cujo veto a Rússia escolheu não aplicar e se absteve) e sob o discurso da responsabilidade de proteger (R2P), realizou-se uma intervenção militar no território líbio que levou à deposição e posterior assassinato de Muammar al-Gaddafi, a qual, no entanto, não trouxe estabilidade para o país (GIFKINS, 2016).

À vista disso e assim como a China, a Rússia acredita que as nações ocidentais abusaram de seu poder na forma como lidaram com a questão e, portanto, “eles não estão dispostos a deixar que o mesmo padrão na Síria se repita sob a desculpa da "responsabilidade de proteger" para participar das questões internas de um Estado soberano” (GONZALEZ, 2013, p. 10, tradução nossa)<sup>22</sup>. Esse posicionamento é evidente no Conceito deliberado em 2013, que critica tentativas unilaterais e coercitivas de resolução de conflitos como uma ameaça à ordem global vigente, porque, ao invés de protegerem a população, fragilizam as instituições, pioram o atrito e, por isso, o debate deve sempre passar pelo Conselho de Segurança da ONU (RUSSIA, 2013).

Assim, quando os protestos tiveram início na Síria em 2011, o governo começou a oprimi-los e uma guerra civil se desencadeou, o Kremlin optou por dar apoio ao seu aliado regional de longa data e lançou intenso trabalho (inicialmente) diplomático para barrar uma possível intervenção ocidental que levasse a uma mudança de regime e a perda de sua valiosa aliança na Ásia Ocidental. Dessa forma colocam Casula e Katz:

Enquanto a Rússia ficou de lado no Iraque, apoiou as tropas ocidentais no Afeganistão e se absteve de interferência na Líbia, a Rússia assumiu uma postura muito mais ativa na Síria, tentando fazer jus à sua autopercepção como potência global, impedir a mudança de regime em Damasco, e repelir tanto a influência ocidental quanto a influência do terrorismo, amplamente entendido. (CASULA; KATZ, 2018, p. 298, tradução nossa)<sup>23</sup>

### 3.4 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

No que concerne à conceituação de “estratégia”, “grande estratégia” e a relação com a história e diretrizes tratadas neste capítulo, percebe-se que, de fato, existe uma doutrina de política externa russa em que são esclarecidas as visões dos tomadores de decisão sobre como o Sistema Internacional é constituído, quais as principais adversidades que ele apresenta, os maiores desafios à soberania e sobrevivência da Federação Russa na contemporaneidade. A partir disso, são brandamente traçadas linhas de ação para a garantia de seus objetivos no futuro. Não é possível, contudo, localizar nos Conceitos analisados um plano de ação e emprego concreto dos recursos (militares, diplomáticos, científicos, econômicos, entre outros) disponíveis, mas suas aplicações, quando determinadas, serão influenciadas pelas diretrizes expostas nesses documentos, as quais compõem a grande estratégia do governo russo.

---

22 Do original: “they are not willing to let the same pattern in Syria to be repeated under the excuse of the "responsibility to protect" in order to take part in the internal issues of a sovereign State.” (GONZALEZ, 2013, p. 10).

23 Do original: “While Russia stood aside in Iraq, supported Western troops in Afghanistan, and abstained from interference in Libya, Russia assumed a much more active stance in Syria, trying to live up to its self-perception as a global power, prevent regime-change in Damascus, and push back both Western influence as well as the influence of terrorism, broadly understood.” (CASULA; KATZ, 2018, Pp. 298)

Todavia, cabe ressaltar que o desenvolvimento e aplicação de estratégias atualiza-se em tempo real, ao passo que novos fatos se desenrolam na política internacional. Dessa forma, pontos específicos dos documentos oficiais emitidos podem tornar-se obsoletos com rapidez, fato que Piccolli, Dall’Agnol e Pereira (2018, p. 77) apontam sobre os Conceitos de 2000, 2008 e 2013, sucedidos, no período de aproximadamente um ano, por eventos de grande impacto nas Relações Internacionais, como os ataques de 11 de setembro de 2001, a Guerra Russo-Georgiana, e as crises na Ucrânia e na Síria. Na sequência ao documento de 2016, ainda, se deu uma crise diplomática com os EUA devido às acusações de interferência russa nas eleições presidenciais que levaram Donald Trump ao poder.

No que tange à continuidade ou trocas da estratégia, conclui-se que, sobretudo, a visão do papel da Federação Russa na esfera internacional é constante durante os anos observados, mas há adaptação da forma com que se pretende agir, correspondendo a realidade percebida das capacidades de ação. Isso é refletido no reconhecimento da fragilidade estatal e socioeconômica do início dos anos 2000 e adoção de discurso conciliador, enquanto posicionamentos mais assertivos foram sendo gradualmente adotados ao passo que a Rússia recuperava-se domesticamente, tais como a primeira incursão militar em outro país em 2008 e a primeira intervenção para além do exterior próximo no ano de 2015. A presença no Oriente Médio e defesa proeminente de seus interesses na região, dessa forma, fazem parte de sua grande estratégia (MANKOFF, 2009; TSYGANKOV, 2016).

Por fim, os ajustes mais significativos realizados dizem respeito à atitude em relação ao Ocidente, entendendo este na qualidade de um bloco que compreende a União Europeia, a Organização do Tratado do Atlântico Norte e é liderado pelos EUA. Enquanto, no início dos anos 90, houve a intenção de juntar-se à aliança, nos anos finais de Ieltsin até o governo Medvedev, ela foi substituída por uma compreensão das diferenças, mas disposição de cooperar (marcada por sucessivas políticas de *reset* toda vez que as relações estremeciam) e, finalmente, desde o retorno de Putin ao Kremlin, não parece haver qualquer disposição de procurar consenso e a identidade russa é progressivamente desenvolvida em separação aos valores ocidentais e, ocasionalmente, em contraposição a eles (MANKOFF, 2009; TSYGANKOV, 2016).

#### 4 PRINCIPAIS RAZÕES PARA A POLÍTICA RUSSA DE APOIO A ASSAD

Finalizando o desenvolvimento e a parte explicativa sobre o objeto, esse quarto capítulo visa correlacionar a política externa da Rússia contemporânea com a Guerra Civil Síria, visando compreender as principais razões que levaram a Federação Russa a despender recursos político-diplomáticos, econômicos e militares para garantir a sobrevivência do regime de Bashar al-Assad em face ao conflito. Este apoio se deu de forma a endossar publicamente a manutenção do governo frente às pressões por mudança de regime; fortalecer laços econômicos (por meio de trocas nos setores de energia, construção e agricultura, acordos de concessão de exploração de petróleo e fosfato na Síria, intensificação da venda de equipamentos bélicos); vetar resoluções retaliativas do Conselho de Segurança da ONU; e, finalmente, engajar por via de uma operação de larga escala com ação militar direta russa, envolvendo, sobretudo, sua Força Aérea (FRANCE 24, 2022; TRENIN, 2016; CHARAP; TREYGER; GEIST, 2019).

Para o descrito propósito, partir-se-á de três hipóteses explicativas para o apoio, na seguinte ordem: o histórico de relações bilaterais profícuas, a conjuntura geopolítica da segunda década do século XXI e a percepção pessoal do tomador de decisão central do Estado, Vladimir Putin. Dito isso, na primeira seção será tratado o relacionamento entre a República Árabe Síria e a Federação Russa (antecedida pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas), esmiuçando como a aliança desenvolveu-se ao longo do último século, incluindo o desenrolar do conflito, e o quanto esse histórico pesou na decisão de apoiar Assad. Na sequência, serão abordados aspectos da conjuntura geopolítica, evidenciando duas tendências de maior preocupação ao Kremlin: a intervenção ocidental com foco na promoção da troca de regime e o crescimento das redes internacionais de terrorismo. Por fim, tendo em consideração o argumento de Robert Jervis sobre a importância das percepções dos tomadores de decisão no processo de elaboração de políticas, discorre-se sobre a centralidade de Vladimir Putin e suas visões acerca das Relações Internacionais e do conflito sírio.

##### 4.1 HISTÓRICO DE RELAÇÕES BILATERAIS

Os Estados-nação hoje conhecidos como Rússia e Síria passaram por diversas fases de definição estatal, política e territorial nos últimos séculos e a relação que liga ambos precede as suas formas atuais. O vínculo histórico durante a existência da

Rússia czarista foi marcado, sobretudo, pela construção do Império no entorno da Igreja Ortodoxa Russa, instituição milenar cristã. Surgido no Oriente Médio, o Cristianismo tem muitos locais sagrados na região e cuja proteção é de extrema importância para as Igrejas derivadas (lembrando que, à época, tanto a Palestina, quanto a Síria, correspondiam a territórios do extenso Império Otomano). Como a relação nunca foi interrompida e os laços sociais e religiosos se aprofundaram com a peregrinação de fiéis russos, postos consulares foram sendo instalados ao longo do século XIX em cidades como Aleppo, Lataquia, Saida e Damasco, sendo seguidos pela expansão da operação da Sociedade Imperial Ortodoxa da Palestina (organização acadêmica do Império Russo) no território sírio (KREUTZ, 2016).

No início do século XX, todavia, a conexão foi diminuída devido (1) à vitória dos bolcheviques na Rússia e seu desinteresse por prospecção no Oriente Médio e (2) à transformação da região do Levante em protetorados britânico e francês. A mudança da política externa da URSS, décadas mais tarde, entretanto, trouxe uma nova oportunidade de engajamento entre os países, ao passo que a política da República Árabe Síria também passou por ajustes após a declaração de independência e sucessivas trocas no comando estatal em virtude a golpes de Estado (KREUTZ, 2016). A nova fase foi inaugurada pela assinatura de um acordo em 1946 entre os países, o qual garantia que a União Soviética proveria apoio político-diplomático ao recém-instituído Estado árabe na sua atuação na esfera internacional, bem como o ajudaria a compor um exército nacional. 4 anos mais tarde, as nações assinaram ainda um pacto de não-agressão (AGHAYEV; KATMAN, 2012, p. 2067).

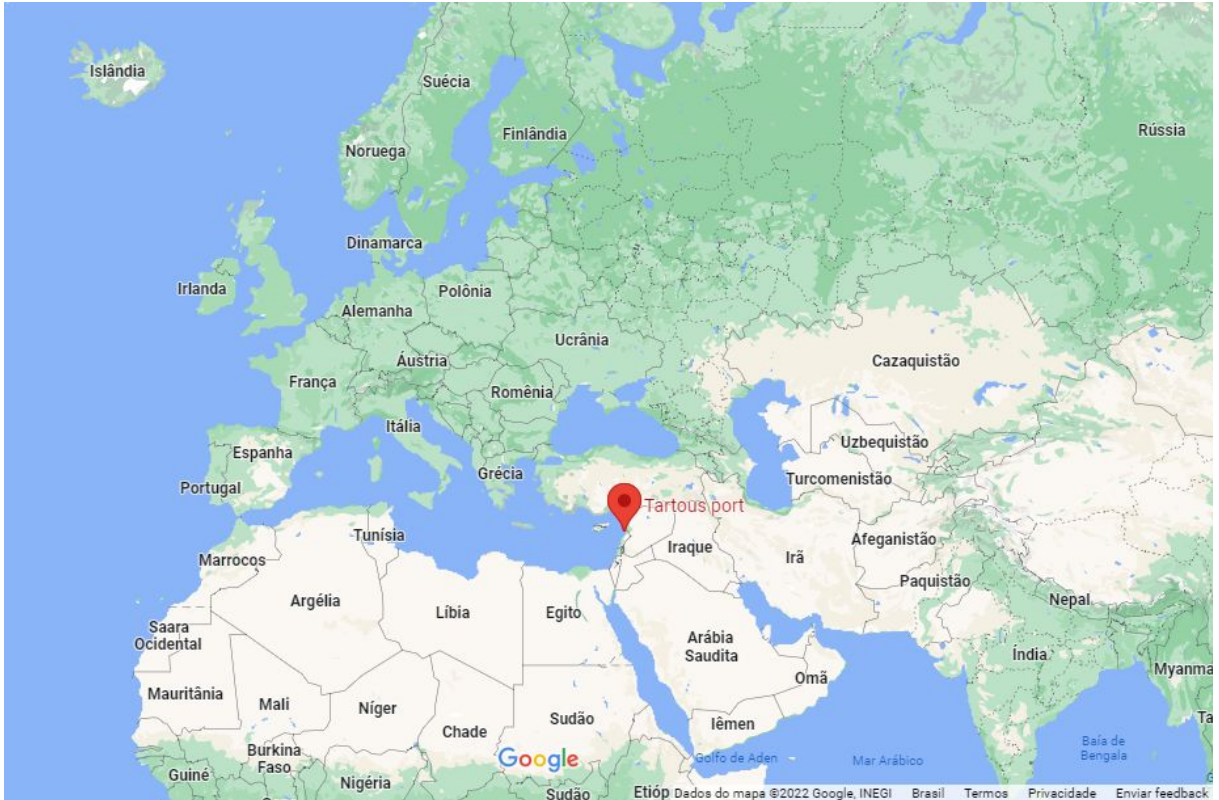
Aghayev e Katman (2012) ressaltam que a conjuntura internacional do período foi fundamental para a aproximação dos países, de forma que cada conflito que irrompeu no Oriente Médio (como a Crise de Suez, em 1956) e trouxe mais instabilidade para a região, fez com que a URSS cobiçasse aprofundar sua ligação com a Síria, fazendo-a de seu alicerce na localidade. A chegada do Partido Baath ao poder e, sobretudo, de Hafez al-Assad em 1970 foi primordial para o relacionamento, já que ele prontamente mostrou escolher o lado soviético do mundo bipolar, por identificação ideológica e proximidade de modelo militar e econômico, e logo requisitou maior assistência da União nesses elementos. Aos soviéticos, a aliança era interessante por oportunizar uma zona de influência no Mediterrâneo, tendo a Síria como país-satélite no local, vislumbrando uma eventual disputa com os estadunidenses por meio desse acesso, assim como pela divulgação de ideais

contrários ao bloco ocidental no Oriente Médio pelo sucesso do regime sírio (AGHAYEV; KATMAN, 2012).

Um dos maiores trunfos para os soviéticos (e para os russos atualmente) foi conquistado em 1971: a base naval na cidade costeira de Tartus. Surgida da demanda de apoio no Mediterrâneo para abastecimento de navios em operação ou em treinamento, é a única base naval russa fora do espaço soviético que fora mantida na transição decorrente do colapso da URSS. O porto tem funcionalidade comercial e militar, mas sua capacidade era limitada (não comportava o porta-aviões russo Admiral Kuznetsov, por exemplo) e por muitas décadas deixou de receber investimentos até as partes firmarem um acordo em 2017 para transformá-lo em uma base naval militar completa, a qual a Rússia terá direito de utilizar pelos 49 anos na sequência com possibilidade de renovação posterior. Na mesma ocasião, também foi concedido usufruto parcial da base aérea síria de Hmeimim, de onde os russos lançaram vários mísseis em seu engajamento direto a favor de Assad iniciado em 2015 (HARMER, 2012; REUTERS, 2017). É possível enxergar a posição privilegiada de Tartus na costa mediterrânea, perto da fronteira com o Líbano, no mapa 6 abaixo, assinalada pelo indicador em vermelho. A base aérea, por sua vez, um pouco mais ao norte, está destacada pelo indicador azul no mapa 7.

MAPA 6 – Localização da base militar naval de Tartus perante o Mediterrâneo





Fonte: GOOGLE, 2022.

### MAPA 7 – Localização das bases de Tartus e Hmeimim



Fonte: GOOGLE, 2022.

Contudo, a respeito da importância da base para os interesses russos contemporâneos e em equiparação ao programa da OTAN de cooperação com antigos Estados clientes da União Soviética, Harmer argumenta:

As atividades russas atuais se desviam da representação de Tartus como um porto de sustentação crítico que apoia a expansão da capacidade naval russa. Em vez disso, eles sugerem que a Rússia está usando Tartus como uma alavanca política, tanto para afetar o resultado da guerra civil síria quanto para manter o acesso legítimo a uma instalação estrategicamente localizada no mundo árabe (HARMER, 2012, p. 5, tradução nossa)<sup>24</sup>

Tratando da relação do governo de Hafez al-Assad com os soviéticos, o ápice da aliança foi atingido em outubro de 1980, quando foi assinado um tratado que garantia à Síria, principalmente em relação à rivalidade com Israel, proteção em larga escala dos soviéticos, os quais passaram a arcar com todas necessidades militares e econômicas do aliado árabe. Nas décadas seguintes, entretanto, essa aproximação desescalou; principalmente por mudanças nas prioridades soviéticas que, ao fim do regime e da Guerra Fria, precisava antepor suas necessidades econômicas às políticas nas relações com outros países, o que levou, por exemplo, Gorbachev a estabelecer vínculo com Israel. Enquanto Aghayev e Katman descrevem o relacionamento sírio-russo no mandato de Ieltsin como uma mera formalidade, uma nova fase de conjunção começou quando Putin trouxe maior assertividade à política externa russa e resgatou o laço histórico com o segundo Assad no poder (AGHAYEV; KATMAN, 2012).

Na busca pela (re)formulação da identidade e interesses nacionais na Rússia contemporânea, destarte, houve uma retomada de elementos da tradicional Igreja Ortodoxa Russa. A iniciativa é característica do governo de Vladimir Putin, o qual recorrentemente celebra sua fé publicamente e tem no Patriarca Kirill (ou Cirilo I) um grande aliado. O Kremlin e a Igreja Ortodoxa juntaram suas forças para a conquista de objetivos em comum: ampliar a rede de fiéis além da Federação Russa e fazer desse meio um *soft power* russo, combatendo o que a coalizão chama de “falsificação da história”. Um exemplo disso seriam as narrativas que buscam diminuir a importância da participação soviética na Segunda Guerra Mundial e, para combatê-las, a Igreja e Moscou partilham da visão de que a reputação russo-soviética é inviolável e sacrossanta (BLITT, 2021, p. 4).

Ainda, a instituição pressiona pela defesa de seus fiéis inclusive fora da Rússia, contribuindo na ambiguidade discursiva da política externa russa sobre de quem são os interesses que devem ser amparados: cidadãos da Federação, russos étnicos ou adeptos à religião ortodoxa? A distinção não é clara, mas no que se refere ao papel da entidade religiosa no conflito sírio, Kreutz postula que “A Igreja Ortodoxa

---

24 Do inglês original: “Current Russian activities deviate from the depiction of Tartus as a critical sustainment port supporting the expansion of Russian Naval capability. Instead, they suggest that Russia is using Tartus as a political lever, both to affect the outcome of the Syrian civil war and to maintain legitimate access to a strategically located facility nested in the Arab world.” (HARMER, 2012, p. 5)

Russa também desempenhou recentemente um papel na aceleração da atual intervenção russa na Síria como forma de proteger a população cristã local.” (2016, p. 96, tradução nossa)<sup>25</sup>.

Outrossim, em termos econômicos, a parceria da Federação Russa com o país secular árabe também é profícua e pode haver interesse russo em manter-se enquanto fornecedor de armas para Assad, mas Allison (2013) argumenta que as vendas de armamentos avançados têm sido limitadas e Damasco não tem condições financeiras de arcar com grandes custos, ao passo que os negócios com os vizinhos Israel e Turquia têm ocorrido em maior volume. Destarte, a Síria está longe de ser um dos principais parceiros comerciais da Rússia, visto que, embora esta última tenha exportado aos sírios no ano anterior ao início do conflito (2010) um total de 687 milhões de dólares em produtos, a quantia representa menos de 1% das exportações totais do país no ano (THE OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY, 2020).

Da mesma forma, as competições energéticas inerentes ao Oriente Médio pela abundância de combustíveis fósseis também trazem potencial valor estratégico de localização ao país, visto que a passagem de gasodutos pela Síria foi, inclusive, pauta de disputa de dois projetos visando abastecer o mercado energético europeu, partindo um do Qatar e outro do Irã. E, sendo grande fornecedora do setor para os países a oeste, incontestavelmente interessa à Rússia os desenrolares deste assunto. Mas, fora a exploração de petróleo com potencial decadente na Síria, que não possui tantas reservas quanto os outros países da região, a política russa de apoio ao regime Assad “tem alienado Moscou dos principais estados produtores de energia no Oriente Médio e no Golfo (se não do Irã), com potenciais efeitos deletérios mais amplos sobre as esperanças russas de unir cartéis de energia com esses estados no futuro” (ALLISON, 2013, p. 807, tradução nossa)<sup>26</sup>. Dessa forma, é verificável que a relevância da relação bilateral é, para a Rússia, muito mais pautada por razões políticas e estratégicas do que econômicas.

---

25 Do inglês original: “The Russian Orthodox Church has also recently played a role in accelerating the present Russian intervention in Syria as a way to protect the local Christian population.” (KREUTZ, 2016, p. 96)

26 Do inglês original: “has been alienating Moscow from the major energy-producing states in the Middle East and the Gulf (if not from Iran), with potential wider deleterious effects on Russian hopes to knit together energy cartels with these states in the future.” (ALLISON, 2013, p. 807)

## 4.2 CONJUNTURA GEOPOLÍTICA

Em segundo lugar, presume-se que teve papel na tomada de decisão aqui analisada a conjuntura geopolítica regional e internacional do Sistema no momento em que a Primavera Árabe se apresenta e se desenrola em uma guerra civil na Síria. Entre os elementos a serem destacados estão a localização peculiar da República Árabe Síria, que traria ainda mais relevância ao proveito da já mencionada base naval em Tartus:

para Moscou, seu envolvimento na Síria é sobre questões muito maiores do que a Síria. No entanto, por ter abraçado o regime de Assad como um aliado de guerra, a Rússia está trabalhando para transformar a Síria em seu ponto de apoio geopolítico na região. Geograficamente, a Síria está posicionada entre os outros aliados de Moscou: Irã, Iraque e os curdos ao norte e leste, e o Egito ao sudoeste. Esses países, que se estendem do Mar Cáspio e Golfo Pérsico ao Mediterrâneo e Mar Vermelho, formariam um novo eixo de amigos da Rússia na região. (TRENIN, 2016, p. 3, tradução nossa)<sup>27</sup>

Na sequência, trabalhar-se-á aqui com duas variáveis que, do ponto de vista da política externa russa, estavam influenciando no cenário: mais um caso em que a comunidade ocidental usa de vários meios para determinar a (i)legitimidade de um governo em um Estado soberano; e a desenfreada expansão de redes transnacionais de terrorismo. Esses dois casos estão correlacionados, visto que as intervenções lideradas pelos estadunidenses em países como o Iraque e o Afeganistão abalaram as suas respectivas estruturas estatais e tornaram os países propícios para o abrigo e fortalecimento de terroristas (CASULA; KATZ, 2018). E, sobre ambos fatores, o Kremlin teme que estes coeficientes afetem a esfera doméstica russa a médio prazo, transbordando seja por normalizar a estratégia de *regime change* ocidental até que os governantes russos sejam postos em cheque também, seja por fortalecer e inspirar os grupos insurgentes já existentes no Norte do Cáucaso (CHARAP; TREYGER; GEIST, 2019).

### 4.2.1 Intervenção ocidental e regime change

Embora o termo inglês *regime change* possa ser facilmente traduzido para “troca de regime” e refira-se, em geral, à migração de poder na esfera doméstica de um Estado-nação, em se tratando de visões de política externa russa, a expressão remete a um padrão e uma potencial ameaça. No Conceito de Política Externa de 2016, por exemplo, é expressa a intenção de reforçar as leis do Direito Internacional e, por isso, conter tentativas de Estados

---

<sup>27</sup> Do inglês original: “for Moscow, its involvement in Syria is about issues much bigger than Syria. However, by having embraced the Assad regime as a wartime ally, Russia is working to turn Syria into its geopolitical foothold in the region. Geographically, Syria is positioned between Moscow’s other allies: Iran, Iraq, and the Kurds to the north and east, and Egypt to the southwest. These countries, stretching from the Caspian Sea and the Persian Gulf to the Mediterranean and Red Seas, would form a new axis of Russia’s friends in the region” (TRENIN, 2016, p. 3)

ou grupos de Estados de revisar princípios, ou interpretá-los politicamente motivados, sendo estes o não uso da força, solução pacífica de controvérsias, respeito à soberania estatal e integridade territorial, direito de autodeterminação dos povos, bem como, citando: “conter tentativas de interferência nos assuntos internos dos Estados com o objetivo de mudança inconstitucional de regime, inclusive apoiando atores não estatais, como grupos terroristas e extremistas” (RUSSIA, 2016, sem paginação, tradução nossa)<sup>28</sup>. Nessa ocasião, os burocratas referem-se a ações, sobretudo, dos Estados Unidos da América (junto ou separadamente à OTAN) de apoiar insurreições fundadas em princípios liberais surgidas em diversos países, buscando destituir o governo existente e construir um novo mandato que esteja de acordo com as proposições ocidentais-liberais (STEPANOVA, 2016; AVERRE, 2019; RUSSIA, 2016).

A atitude mencionada é a qual John J. Mearsheimer explora na obra *The Great Delusion: Liberal Dreams and International Realities* (2018) e deriva da adoção de uma política externa estadunidense fundada sobre a hegemonia liberal. Em tese, almeja-se promover a troca de regime internacionalmente para transformar mais países em democracias liberais. A motivação para tal vem do argumento de que democracias não entram em guerra com outras democracias, princípio central da Teoria Liberal das Relações Internacionais. Ainda, com maior influência popular sobre o governo, reduzir-se-iam as violações de direitos humanos, ameaças externas e difusão do terrorismo. Com isso em mente, alega Mearsheimer, os EUA envolveram-se em diversas intervenções fadadas ao fracasso, deixando um rastro de Estados falidos e guerras civis sangrentas.

A percepção de ameaça da Rússia diante disso é, por sua vez, advinda de uma série de eventos que têm início no contexto pós-soviético. Apesar de separar-se oficialmente dos outros países que a URSS envolvia, a Federação Russa tem laços históricos e étnicos com os demais integrantes, especialmente a Ucrânia e a Bielorrússia. Dessa forma, ao retomar gradativamente sua assertividade no Sistema Internacional no decorrer do governo Putin, a região do chamado “exterior próximo” é vista como esfera de influência natural da Rússia enquanto grande potência. Como resultado, interessa ao Kremlin conexão significativa com a política doméstica dos Estados-membros da Comunidade de Estados Independentes (MANKOFF, 2009; STEPANOVA, 2016).

Conseqüentemente, a Rússia sentiu-se extremamente ameaçada quando viu, na primeira década dos anos 2000, diversos países em seu entorno subjugar seus governantes com tendências autoritárias e aliados a Moscou em levantes apoiados por Organizações Não

---

<sup>28</sup> Do inglês original: “counter attempts to interfere in the domestic affairs of States with the aim of unconstitutional change of regime, including by supporting non-State actors, such as terrorist and extremist groups;” (RUSSIA, 2016, sem paginação).

Governamentais que recebiam financiamento dos EUA. O fenômeno conhecido como Revoluções Coloridas aconteceu na Geórgia, na Ucrânia e no Quirguistão e alertou os políticos russos pela tendência pró-Occidente e pró-OTAN dos líderes eleitos. Além disso, foi interpretado como uma estratégia de contenção americana (MANKOFF, 2009).

Quando, a partir de 2010, a Primavera Árabe se deflagra na região do Oriente Médio e Norte da África, contendo algumas similaridades, “essas percepções russas pré-existentes, moldadas por desenvolvimentos em seu próprio ambiente regional, foram reforçadas por preocupações mais amplas sobre intervenções externas” (STEPANOVA, 2016, p. 3, tradução nossa)<sup>29</sup>. Stepanova ainda adiciona que a experiência brutal da intervenção da OTAN no Kosovo e o falho *state-building* nos casos do Afeganistão e Iraque contribuíram para o alarme das autoridades russas, que se posicionaram na esfera internacional de maneira a defender a soberania de Estados-nação das ingerências propostas pelo bloco ocidental, o que é evidente nos documentos oficiais de política externa, discursos dos tomadores de decisão e na sua atuação em fóruns multilaterais.

No caso da Líbia, a delegação russa optou por não utilizar seu poder de veto à Resolução 1973 do Conselho de Segurança da ONU que autorizou as forças lideradas pela OTAN a intervir no governo de Muammar al-Gaddafi. O que se viu em seguida ao assassinato do chefe de Estado líbio foi, contudo, a desintegração das instituições estatais e autoridade existentes. À vista disso, o Kremlin não estava disposto a ver o mesmo acontecendo com mais um de seus aliados de longa data. AVerre aponta que os russos fundaram seu argumento na falta de estratégia cabível ocidental, na escalada na violência de grupos terroristas e nas ações em desacordo com o Direito Internacional da OTAN e dos EUA no Kosovo e no Iraque, respectivamente, vetando em conjunto com a China, assim, várias resoluções do Conselho de Segurança críticas ao governo Assad (AVERRE, 2019, p. 400).

Dessa forma, evitar a repetição do cenário líbio “– isto é, uma derrubada rebelde apoiada pelo Occidente do governo em exercício – na Síria tem sido um objetivo central da Rússia desde o início.” (CHARAP; TREYGER; GEIST, 2019, p. 6, tradução nossa)<sup>30</sup>. Não obstante, Moscou receava que, pela recorrência do uso, a prática de promoção de *regime change* fosse gradualmente legitimada, vendo a Primavera Árabe e as Revoluções Coloridas como “instrumentos da política externa dos EUA para atingir o mesmo objetivo sem utilizar

---

29 Do inglês original: “these pre-existing Russian perceptions, shaped by developments in its own regional environment, were reinforced by broader concerns about external interventions” (STEPANOVA, 2016, p. 3).

30 Do inglês original: “—that is, a Western-backed rebel overthrow of the sitting government—in Syria has been a central Russian objective from the start.” (CHARAP; TREYGER; GEIST, 2019, p. 6).

força militar.” (p. 5, tradução nossa)<sup>31</sup>. Finalmente, Charap, Treyger e Geist argumentam que os líderes russos acreditam veementemente que táticas similares seriam usadas futuramente pela coalizão ocidental para mitigar o regime da Federação Russa arduamente construído nas últimas três décadas.

#### **4.2.2 Expansão da ameaça terrorista**

Apesar de não surgir em 2001, é a partir dos ataques em solo estadunidense no 11 de setembro que o terrorismo torna-se elemento central nas Relações Internacionais e volta os olhos do mundo para o Oriente Médio. Mesmo as fatalidades tendo acontecido no território do oponente histórico da Rússia, o fato é o primeiro ponto de viragem das relações russas pós-soviéticas com a região<sup>32</sup>. Isso se deve à atenção trazida para as conexões entre o terrorismo doméstico e o Oriente Médio, as quais foram evidenciadas pelo salafismo presente na Segunda Guerra da Chechênia, transcorrida entre 1999 e 2009 (CASULA; KATZ, 2018, p. 298). Somado a isso, Putin aproveitou a oportunidade da expansão do terrorismo enquanto uma ameaça global para tratar a questão da violência exacerbada do separatismo checheno enquanto uma ameaça terrorista, tanto para argumento interno, quanto para juntar esforços com os EUA na Guerra ao Terror no início dos anos 2000 (LEVOCZ, 2015).

Quando a situação da República da Chechênia, em contrapartida, dava sinais de estabilização, a radicalização do Islamismo na Rússia continuava uma preocupação pelas movimentações em outras províncias do Cáucaso, em uma situação que combinava a maior influência da ideologia, medidas repressivas das autoridades de fechamento de mesquitas e crescente imigração de muçulmanos de países da desmembrada União Soviética. Em adição, conforme Casula e Katz (2018, p. 179), a percebida guerra entre civilizações no Oriente Médio com as imposições estadunidenses tendia a isolar a comunidade muçulmana moderada e provocar o fortalecimento de grupos radicais, os quais proveriam suporte para grupos inspirados em outras regiões do mundo. É uma preocupação para o governo russo, destarte, por abarcar uma comunidade muçulmana significativa, sendo os cerca de 16 milhões de fiéis aproximadamente 12% da população, habitantes, principalmente, da região mais volátil da Federação (CHARAP; TREYGER; GEIST, 2019, p. 4)

Simultaneamente, a mídia russa apontou com frequência o fortalecimento do governo secular de Assad como a melhor alternativa de combate às forças terroristas, enquanto os grupos apoiados por Washington e pelas monarquias do golfo não seriam uma opção forte ou moderada, como são costumeiramente tratados no Ocidente. Ainda, reportagens destacaram

<sup>31</sup> Do inglês original: “instruments of U.S. policy to achieve the same objective without using military force.” (CHARAP; TREYGER; GEIST, 2019, p. 5).

<sup>32</sup> Segundo Casula e Katz (2018), o segundo ponto de viragem na relação foi a eclosão da Primavera Árabe.

que, quando Moscou foi desafiada por insurgência islâmica no confronto checheno, foi Damasco que prestou assistência aos russos (MOULIOUKOVA; KANET, 2020, p. 10). Dessa forma, a adoção da política também é justificada domesticamente, apelando para o temor de uma sociedade que vivenciou os ataques terroristas a apartamentos em 1999, a crise dos reféns no teatro Dubrovka em 2002 e o massacre na escola de Beslan em 2004 (LEVOCZ, 2015).

O ressurgimento com força de um islamismo militante nas últimas duas décadas e o fortalecimento do Estado Islâmico dentro do conflito sírio (sobretudo até a intervenção russa de 2015), portanto, é uma preocupação primordial da política doméstica e externa russa, a qual, também, junta-se ao dilema do intervencionismo ocidental, ao passo que:

Políticos, jornalistas e cientistas russos culpam particularmente o Ocidente por sua ascensão e – em reminiscência do enredo durante a guerra soviética no Afeganistão – retratam muitos conflitos no Oriente Médio como uma oposição binária simplificada entre regimes seculares e movimentos “jihadistas”, este último muitas vezes visto como sendo patrocinado pelo Ocidente e pelos estados do Golfo (Dolgov, 2015: 27–29, 32). (CASULA; KATZ, 2018, p. 298, tradução nossa)<sup>33</sup>

Embora a Rússia argumente que a ameaça primordial da Guerra Civil Síria seja a expansão da rede terrorista encabeçada pelo Estado Islâmico, Souleimanov (2016) relata que a maioria dos ataques aéreos russos lançados em sua ofensiva atingiram propositalmente áreas de controle dos grupos opositores ao governo alauí apoiados pelos EUA e seus aliados. O fato se deve a estratégia arriscada adotada por Moscou, conforme trata Dmitri Trenin:

Primeiro, salvar Assad ajudando-o a derrotar seus inimigos não pertencentes ao Estado Islâmico, que são geralmente chamados no Ocidente de grupos moderados de oposição. Em segundo lugar, uma vez que essas forças de oposição estejam suficientemente enfraquecidas, acordar com um cessar-fogo entre elas e Damasco e realizar negociações inter-sírias presididas pela Rússia e pelos Estados Unidos. Terceiro, co-intermediar um acordo de paz na Síria garantido por Moscou e Washington. Quarto, reunir uma ampla coalizão de Rússia, Estados Unidos, países europeus e países regionais – incluindo Irã, Iraque e Síria – para lutar e derrotar o Estado Islâmico. (TRENIN, 2016, p. 4, tradução nossa)<sup>34</sup>

---

33 Do inglês original: “Russian politicians, journalists, and scientists alike particularly blame the West for its rise and – in reminiscence of the plot during the Soviet war in Afghanistan – portray many conflicts in the Middle East as an oversimplified binary opposition between secular regimes and “jihadist” movements, the latter often seen as being sponsored by the West and the Gulf states (Dolgov, 2015: 27–29, 32).” (CASULA; KATZ, 2018, p. 298).

34 Do inglês original: “Moscow has adopted a logical but inevitably risky strategy. First, save Assad by helping him defeat his non-Islamic State enemies, which are usually referred to in the West as moderate opposition groups. Second, once these opposition forces are sufficiently softened up, agree on a cease-fire between them and Damascus and hold inter-Syrian negotiations presided over by Russia and the United States. Third, co-broker a peace deal in Syria guaranteed by Moscow and Washington. Fourth, put together a broad coalition of Russia, the United States, European countries, and regional countries—including Iran, Iraq, and Syria—to fight and defeat the Islamic State.” (TRENIN, 2016, p. 4)



Sendo assim, segundo Eran (2003 apud LITSAS, 2018), o principal objetivo da política externa russa para o Oriente Médio seria a estabilização dos conflitos, evitando que o caos político-militar (derivado de inúmeros fatores, dentre eles, o terrorismo) transborde para outras regiões e, ocasionalmente, chegue à Rússia.

#### 4.3 O FATOR PUTIN

O cientista político estadunidense Robert Jervis, por seu turno, teoriza uma maneira diferente de olhar para a tomada de decisão nas políticas externas estatais, divergindo da perspectiva realista clássica que enxerga o Estado-nação como entidade coesa e indivisível. Para o autor, na sua obra *Perception and Misperception in International Politics* (2017), importa a percepção que os líderes têm das intenções e potenciais ameaças representadas pelas ações de outros atores. Uma percepção equivocada, nesse sentido, leva a adoção de medidas de dissuasão inadequadas e, potencialmente, à eclosão de um conflito, modo este que os acadêmicos da área de Relações Internacionais costumam indicar que foi responsável pelo desencadear de duas guerras mundiais.

Dizer que as percepções importam, entretanto, não é negar a relevância dos fatores burocráticos, da política doméstica, da estrutura do sistema ou do comportamento dos outros na determinação da política estatal. Essas inúmeras variáveis podem, na verdade, influenciarem na construção das percepções, ao passo que, por exemplo, é com base nas ideologias domesticamente concebidas e nos interesses pessoais (especialmente econômicos) que as visões globais dos tomadores de decisão são formadas (JERVIS, 2017).

Em um governo personalista, como é o caso da Rússia contemporânea, o julgamento do líder é ainda mais significativo do que seria em uma democracia com robusto sistema de freios e contrapesos. Isso se deve ao poder atribuído ao chefe de Estado na Constituição de 1993, a qual encarrega o presidente de desenhar a política externa russa, acumulando papel executivo e possibilidade legislativa. A centralidade do Estado-nação na figura desse líder passa a ser mais visível ao longo do governo de Vladimir Putin. No entanto, quando ele dá lugar ao mandato de Medvedev e assume o cargo de primeiro-ministro, o sistema passa a ser bicéfalo e a atenção reside na tandemocracia (KHALAF; MAJEED, 2018). Ao retornar ao Kremlin em 2012, o poder concentra-se em Putin novamente.

Vale ressaltar que, até a chegada de Putin ao poder, o Oriente Médio havia sido colocado de lado nas prioridades da política externa, enquanto Ieltsin lidava com as necessidades domésticas de um país em reconstrução. O ano de 2000 e a posse do

novo líder russo convergiram com o falecimento de Hafez al-Assad e subsequente ascendência de Bashar. Os recém-chegados, destarte, reviveram as relações bilaterais dos países e, argumentam Aghayev e Katman, “Putin começou a atribuir importância à Síria quando desobstruiu a Rússia e iniciou uma estratégia de retorno aos velhos tempos” (2012, p. 2068, tradução nossa)<sup>35</sup>.

Assim sendo, a visão que Vladimir Putin tem da realidade e o conjunto de valores que determinam sua concepção normativa sobre o mundo importam e estão expressas nos Conceitos de Política Externa de 2000, 2013 e 2016 tratados no capítulo anterior. Evidente que não são uma representação fiel em todos os sentidos do seu pensamento, mas concedem uma perspectiva pertinente. Isto posto, o político russo vê o Estado-nação enquanto ator central das Relações Internacionais e expressa reiteradamente a convicção de que é necessário um aparato estatal forte, estável e organizado para garantir a sobrevivência do mesmo, algo que se aplica aos seus esforços na Federação Russa e também à percepção sobre a situação síria. Putin, desse modo, percebe o levante da oposição no desenvolver da Primavera Árabe enquanto uma ameaça ao Estado, em princípio, forte, estável e organizado comandado por Bashar al-Assad (PUTIN, 1999; RUSSIA, 2000; RUSSIA, 2013, RUSSIA, 2016; JANKOVSKI, 2022).

Resgatando as próprias palavras do presidente, Aleksandar Jankovski (2022) faz uma leitura imagética dos princípios do líder russo e a sua aplicação na tomada de decisão. Nesse sentido, evidencia a preocupação dele ao abordar a possibilidade de um vácuo de poder em um país sem tradição democrática ou longevas e robustas instituições. Ao passo que aprecia o conservadorismo, Putin (2014 apud JANKOVSKI, 2022) teme a anarquia, a ilegalidade e o caos que estariam aumentando na Síria com a intensificação dos conflitos, criando o ambiente ideal para a propagação de crimes. Ainda, notadamente em repreensão ao bloco apoiador das forças opositoras sírias, ele diz: “[nós] consideramos que qualquer tentativa de flertar com terroristas, muito menos armá-los, é de visão curta e extremamente perigosa. Isso pode tornar a ameaça terrorista global muito pior, espalhando-a para novas regiões ao redor do globo” (PUTIN, 2015 apud JANKOVSKI, 2022, p. 75, tradução nossa)<sup>36</sup>.

---

35 Do inglês original: “Putin begun attributing an importance to Syria when he uncluttered Russia and began a strategy of return to the old days.” (AGHAYEV; KATMAN, 2012, p. 2068)

36 Do inglês original: “[w]e consider that any attempts to flirt with terrorists, let alone arm them, are short-sighted and extremely dangerous. This may make the global terrorist threat much worse, spreading it to new regions around the globe” (PUTIN, 2015 apud JANKOVSKI, 2022, p. 75).

Somado a isso, o presidente acredita que seja papel das grandes potências manter a ordem do Sistema Internacional, sobretudo dos Estados Unidos e da Rússia enquanto detentoras de grande arsenal nuclear. Dessa forma, ele é persistente em defender que a Rússia não está apoiando o governo Assad, mas sim as normas e princípios do Direito Internacional, e alega que cabe ao povo sírio a busca por uma solução a longo prazo, cabendo aos atores externos apenas garantir as condições favoráveis para tal (PUTIN, 2013 apud JANKOVSKI, 2022, p. 85). Somada a sua percepção sobre o Estado sírio, está a preocupação do presidente com as problemáticas tratadas anteriormente, como a expansão do terrorismo e a importância geopolítica dos territórios em questão, que Spyridon Litsas aborda:

Putin, bem experiente em questões de segurança, estava plenamente ciente dos links abertos de comunicação entre jihadistas árabes e grupos salafistas na região do Cáucaso. Por isso, ele abordou o Oriente Médio como o principal corredor para os terroristas que queriam penetrar no domínio russo. Além disso, a estabilidade política no Cáucaso era, e ainda é, vital para Moscou para o transporte ininterrupto de petróleo e gás do Cáspio para os mercados europeu e asiático. (2019, p. 68, tradução nossa)<sup>37</sup>

#### 4.4 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

A partir das três vertentes de explicação expostas neste capítulo, torna-se evidente o quanto a Guerra Civil Síria é um fenômeno complexo, permeado por inúmeros fatores e interesses que divergem, coincidem e se sobrepõem; assim como é a política externa formulada por uma grande potência que busca reafirmar seu papel no Sistema para este conflito em questão. A opção, destarte, de empregar recursos político, diplomáticos, econômicos e militares para garantir que a administração síria, encabeçada por Bashar al-Assad, sobreviva ao levante, é derivada de todas as variáveis apresentadas e não há a possibilidade de determinar se o resultado seria o mesmo na ausência de um ou mais fatores para fins analíticos. É possível, no entanto, ponderar quais destes encontram mais ressonância nas linhas mestras da grande estratégia russa exploradas no capítulo anterior.

Embora a história compartilhada e os laços político-econômicos desenvolvidos ao longo dos anos sejam importantes, o Conceito de Política Externa de 2013 (primeiro publicado após o início das hostilidades) sequer menciona o conflito ou a intenção de aprofundar o relacionamento bilateral entre a Federação Russa e a República Árabe Síria, ao passo que o Oriente Médio é abordado depois de outras quatro regiões prioritárias, conforme

---

<sup>37</sup> Do inglês original: “Putin, well experienced in security issues, was fully aware of the open links of communication between Arab jihadists and Salafist groups in the Caucasus region. For this reason, he approached the Middle East as the main corridor for terrorists wanting to penetrate the Russian domain. Additionally, political stability in the Caucasus was, and still is, vital for Moscow for the uninterrupted transport of Caspian oil and gas to the European and Asian markets.” (LITSAS, 2019, p. 68).

se verifica no quadro 3. O documento publicado em 2016, por seu turno, pouco mais de um ano após o início da intervenção russa que evidenciou a disposição da reposicionada potência de agir militarmente fora de sua zona de influência tradicional, trata do conflito advogando por uma resolução que respeite a unidade, independência e integridade territorial do Estado sírio<sup>38</sup>. (RUSSIA, 2013; RUSSIA, 2016). Assim, Aghayev e Katman destacam: “A Síria é definitivamente importante para a Rússia em termos econômicos, mas sua importância política e estratégica para a Rússia é ainda maior em comparação com outros países do Oriente Médio.” (2012, p. 2070, tradução nossa)<sup>39</sup>.

Em sequência, os expoentes conjunturais são referidos repetidamente nos documentos. A menção a termos derivados de “terror” nos Conceitos, inclusive, mais que duplicou; aparecendo 16 vezes em 2013 e 36 em 2016. Isso demonstra uma preocupação primordial da Rússia em combater o fenômeno, o qual não é limitado à Guerra Civil Síria, e mescla-se à política para a Comunidade dos Estados Independentes, para a União Europeia, para o Oriente Médio e para o Norte da África. Dessa forma, o fato de os maiores opositores ao regime de Assad nos anos iniciais do conflito serem organizações terroristas ou militantes com conexão a extremistas contribui para a narrativa de suporte ao líder alauíta. Outro ponto que encontra ressonância nas linhas gerais é o combate à intervenção ocidental, aparecendo com mais veemência em 2016, quando é denunciada a tentativa de nações de driblar as normas de Direito Internacional que a Federação Russa pretende zelar. Por isso, também, o governo de Putin preocupou-se em justificar a legalidade de sua interferência direta no conflito em 2015 pelo convite oficial do Estado sírio, membro da ONU, para o auxílio na defesa; legitimidade esta que os EUA e a OTAN não detinham nas operações no Kosovo e no Iraque (RUSSIA, 2013; RUSSIA, 2016, CHARAP; TREYGER; GEIST, 2019).

Se tratando do papel de Putin, é provável que sua visão normativa do mundo somada à percepção das ameaças tenha pesado na decisão pelo apoio. Todavia, não é viável afirmar que foi taxativa, visto que seu sistema de valores é compartilhado com parte da elite burocrática russa. Somado a isso, é válido ressaltar que a operação bem sucedida empreendida por ele em 2015, lançada quando a deposição de Bashar parecia evidente, melhorou o perfil internacional da grande potência procurando (re)ascender (o que Putin definitivamente almejava) e criou

---

38 Há uma distância significativa, no entanto, entre este discurso e algumas ações recentes do Kremlin, tais como a recente invasão à Ucrânia, em que não houve observância ao princípio de soberania estatal.

39 Do original inglês: “Syria has a definite importance for Russia in economic terms but its political and strategic importance for Russia is even greater in comparison to other Middle Eastern countries.” (AGHAYEV; KATMAN, 2012, p. 2070).

vantagens para barganhar com o Ocidente em outros pontos de disputa (CHARAP; TREYGER; GEIST, 2019).

Prospectando o futuro, é difícil afirmar como o conflito se desenrolará, visto que os atores estão em constante movimento e o caráter das forças combatentes também tem mudado. A partir da intervenção russa, as forças opositoras apoiadas pelos EUA e os países do golfo recuaram enormemente, assim como o Estado Islâmico. Todavia, o desafio passa a ser maior em relação ao Curdistão sírio ao norte e em relação ao vizinho turco, a partir do momento em que Erdogan lançou sua própria ofensiva à Síria em 2019. Diferentemente dos principais adversários de Assad no início, para a Rússia é fundamental manter o diálogo com a Turquia (QUINN, 2022). A vista disso, é presumível que a guerra não acabará tão cedo, estendendo o sofrimento de uma sociedade permeada por violência há mais de uma década e continuando a alimentar o grande fluxo de migrantes buscando refúgio em outras nações.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como a presente pesquisa procurou compreender as razões e objetivos do governo da Federação Russa perante o fenômeno da Guerra Civil Síria, foi preciso resgatar as origens do conflito e da política externa de Moscou. O capítulo 2, dessa forma, tratou de estudar a formação do Estado que se encontra em intenso combate desde 2011, revelando que este não é derivado unicamente do efervescer popular que a Primavera Árabe ocasionou na região do Oriente Médio e Norte da África. Na raiz da hostilidade, reside uma República de formação recente que abriga uma sociedade profundamente marcada por divergências étnico-religiosas, as quais foram alimentadas pelo colonialismo francês que dominou o país por duas décadas. A nação, ainda, estava fragilizada no momento de eclosão da revolta devido às políticas econômicas liberalizantes adotadas por Assad. Somado a isso, dinâmicas próprias do Oriente Médio de competição por hegemonia regional entre as monarquias do Golfo e o eixo da resistência (Síria-Irã-Hezbollah) e o especial interesse das grandes potências na localidade (pela riqueza de combustíveis fósseis, venda de armamentos e posição estratégica entre os continentes, por exemplo) tornaram a Síria muito suscetível às influências e ambições de atores externos (DOSTAL, 2014; KADRI; MATAR, 2019; MCHUGO, 2015).

Respondido como surgiu o confronto, cabe notar que este tem, além do caráter civil, o formato de guerra irregular sendo marcado pelo uso de *proxies* para a representação dos interesses tanto de agentes de oposição ao regime, como os Estados Unidos, a Arábia Saudita e o Qatar, bem como países que lutam para manter Bashar no poder, que é o caso russo. É central à dinâmica do fenômeno, também, a atuação de grupos terroristas, notadamente o Estado Islâmico, que se aproveitaram da catarse social e estatal vigente para expandir suas operações e conquistar controle de quase metade do território sírio ao longo dos primeiros anos. Esses dois elementos (guerra por procuração e expansão terrorista) estão intrinsecamente ligados à motivação da Rússia ao decidir intervir militarmente no ano de 2015, conforme se verificou no desenrolar do capítulo 4.

Para fazer esta inferência, no entanto, foi importante explorar as linhas mestras da grande estratégia russa contidas nos quatro documentos analisados e nos discursos dos presidentes Putin e Medvedev, utilizando da bibliografia especializada no tópico para assegurar uma leitura bem informada. E, desse modo, verificou-se a existência de uma grande estratégia branda, enquanto conjunto de princípios e visões normativas sobre a ordem internacional; não havendo, no entanto, plano de ação específico que associe os objetivos da

Federação em termos de políticas externa e de segurança com o desenvolvimento tecnológico e industrial do país. Ao passo que é constante a visão dos burocratas russos do papel de seu Estado no Sistema Internacional como grande potência conservadora, defensora das instituições multilaterais e de normas consolidadas do Direito Internacional, balanceando seu posicionamento em relação às potências ocidentais, há a adaptação de estratégias específicas de ação para cumprir tal desígnio consoante às capacidades domésticas e ambiente internacional. Os ajustes mais significativos, por sua vez, são a respeito da atitude acerca do Ocidente, que escalaram de conciliadora a opositora desde a chegada de Putin ao poder até a atualidade.

No que diz respeito ao lugar que o Oriente Médio e o conflito sírio ocupam nessa grande estratégia, cabe apontar que não é uma região de preocupação primordial para a política externa russa. Ela é antecedida pela CEI, os mares Negro e Cáspio, o Euro-Atlântico e o eixo Ásia-Pacífico na escala de prioridades. Isso, todavia, não impede que a confluência de fatores apresentada na situação da Síria tenha sido interpretada como suficientemente ameaçadora a ponto de desencadear a primeira ação militar da Rússia pós-soviética fora do seu exterior próximo.

As motivações para tal leitura, por conseguinte, foram exploradas no último capítulo, a fim de responder à pergunta-problema central desta pesquisa. Nesse sentido, foi possível inferir que pesaram na decisão da Federação Russa em apoiar o regime Assad frente ao levante todos os coeficientes abordados: o histórico de relações bilaterais frutíferas, sobretudo os aspectos político-estratégicos da parceria; a conjuntura geopolítica apresentada no momento e a percepção de ameaça do tomador de decisões central. Dentre essa composição de fatores, o temor pela legitimação de intervenções de potências externas com objetivo de mudança de regime e a acelerada propagação das organizações terroristas catalisaram o interesse em apoiar o governo sírio vigente e determinaram o *timing* da intervenção iniciada em setembro de 2015 (CHARAP; TREYGER; GEIST, 2019).

A atuação inovadora e arriscada de Moscou perante a Guerra Civil Síria, destarte, vem em um momento de (re)ascensão, uso de novas táticas para acessar uma nova esfera de influência e, dessa forma, obter uma aliança permanente no Oriente Médio, tal qual Israel é para os EUA. A operação, nesse sentido, estabilizou significativamente Assad no poder, conteve o crescimento do Estado Islâmico e potencializou o peso da Rússia na região (TRENIN, 2016). Efeitos esses que não puseram fim à beligerância na Síria, mas podem ter sinalizado positivamente para o prosseguimento de outros projetos ambiciosos de Vladimir Putin.

## REFERÊNCIAS

AGHAYEV, Elvin; KATMAN, Filiz. Historical background and the present state of the Russian-Syrian relations. **European researcher**, v. 35, n. 11-3, p. 2066-2070, 2012.

AHMED, Nafeez (2013). Syria intervention plan fueled by oil interests, not chemical weapon concern. **The Guardian**, 30 ago. 2013. Disponível em:

<https://www.theguardian.com/environment/earth-insight/2013/aug/30/syria-chemical-attack-war-intervention-oil-gas-energy-pipelines>. Acesso em: 28 abr. 2022.

AL JAZEERA. Turkey begins ground offensive in northeastern Syria. **Al Jazeera**, 10 out. 2019. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2019/10/10/turkey-begins-ground-offensive-in-northeastern-syria/>. Acesso em: 20 maio 2022.

ALLISON, Roy. Russia and Syria: explaining alignment with a regime in crisis.

**International Affairs**, v. 89, n. 4, p. 795–823, 14 Jul. 2013.

ANDERSON, Tim. **The Dirty War on Syria: Washington, Regime Change and Resistance**. 1. ed. Montreal: Global Research, 2016.

ARON, Raymond. **Paz e guerra entre as nações**. Prefácio de Antonio Paim; Tradução: Sérgio Bath. 1. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002. (Clássicos IPRI, 4)

AVERRE, Derek. Russia, the Middle East and the conflict in Syria. *In*: KANET, Roger E. (ed.). **Routledge Handbook of Russian Security**. Londres: Routledge, 2019. cap. 34, p. 399-409.

BLITT, Robert C. Religious Soft Power in Russian Foreign Policy: Constitutional Change and the Russian Orthodox Church. **Berkley Center for Religion, Peace & World Affairs and Brookings Institution Project on Geopolitics of Religious Soft Power**, University of Tennessee Legal Studies Research Paper No. 422, 1 May 2021.

BONACINA, Amabilly; ALVES, João Paulo; TESSUTO, Sérgio Minuzzi. A Crise no Oriente Médio e a Primavera Árabe. **Relações Internacionais Para Educadores: Um Mundo**



em Crise, Porto Alegre, v. 4, 2017. Disponível em:

<https://www.ufrgs.br/ripe/wp-content/uploads/2016/03/livro.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2022.

BORGER, Julian; BEAUMONT, Peter. Syria: US, UK and France launch strikes in response to chemical attack. **The Guardian**, 14 abr. 2018. Disponível em:

<https://www.theguardian.com/world/2018/apr/14/syria-air-strikes-us-uk-and-france-launch-attack-on-assad-regime>. Acesso em: 20 maio 2022.

CANDAR, Cengiz. Erdogan 's Syria plan: Resettling the Syrian refugees or ousting Kurds from their land? **Al-Monitor**, 27 set. 2019. Disponível em:

<https://www.al-monitor.com/originals/2019/09/turkey-syria-united-states-erdogan-plans-for-east-euphrates.html>. Acesso em: 21 maio 2022.

CENTANI, Evan. Syria Civil War Map: August 2014 (#13). **Political Geography Now**, 18 ago. 2014. Disponível em: <https://www.polgeonow.com/2014/08/syria-civil-war-map-august-2014-13.html>. Acesso em: 17 mai. 2022.

CENTANI, Evan; DJUKIC, Djordje. Syria Civil War Control Map & Report: November 2016. **Political Geography Now**, 23 nov. 2016. Disponível em:

<https://www.polgeonow.com/2016/11/syrian-civil-war-map-of-isis-control.html>. Acesso em: 17 mai. 2022.

CENTANI, Evan; DJUKIC, Djordje. Syria Civil War Control Map: April 2016. **Political Geography Now**, 31 mar 2016. Disponível em: <https://www.polgeonow.com/2016/03/syrian-civil-war-control-map-april-2016.html>. Acesso em: 17 mai. 2022.

CENTANI, Evan; DJUKIC, Djordje. Syria Civil War Map & Timeline: February 2018.

**Political Geography Now**, 13 fev. 2018. Disponível em:

<https://www.polgeonow.com/2018/02/syria-who-controls-what-2018-map-isis-rebels.htm>. Acesso em: 17 mai. 2022.

CENTANI, Evan; DJUKIC, Djordje. Syria Control Map & Report: Frontline Stable - July 2020. **Political Geography Now**, 30 jul. 2020. Disponível em:

<https://www.polgeonow.com/2020/07/syria-controlled-areas-map-2020.html>. Acesso em: 17 mai. 2022.

CHARAP, Samuel; TREYGER, Elina; GEIST, Edward. Understanding Russia 's Intervention in Syria. **RAND Corporation**, Santa Mônica, 2019. Disponível em:

[https://www.rand.org/pubs/research\\_reports/RR3180.html](https://www.rand.org/pubs/research_reports/RR3180.html). Acesso em: 14 jun. 2022.

CLAUSEWITZ, Carl von. **On war**. Tradução: Michael Howard, Peter Paret. New York: Oxford University Press, 2007.

СОДРУЖЕСТВА НЕЗАВИСИМЫХ ГОСУДАРСТВ. **ИСПОЛНИТЕЛЬНЫЙ КОМИТЕТ**: содружества независимЫх Государств. 2021. Disponível em: <https://cis.minsk.by/site/> . Acesso em: 15 dez. 2021.

DE SOUZA, João Victor Sampaio Fernandez. A Turquia e a questão curda na Guerra Civil da Síria: a dinâmica da relação turco-curda nas incursões turcas. **Revista Cadernos Internacionais**, v. 1, 2021.

DIMITRAKOPOULOU, Sophia; LIAROPOULOS, Andrew. Russia's National Security Strategy to 2020: A Great Power in the Making?. **Caucasian Review of International Affairs**, v. 4, n. 1, 2010.

DONALDSON, Robert H.; NADKARNI, Vidya. **The foreign policy of Russia**: changing systems, enduring interests. Routledge, 2018.

DOSTAL, Jörg Michael. Analyzing the domestic and international conflict in Syria: Are there lessons from political science?. **Syria Studies**, 2014.

EDWARDS, Brett; CACCIATORI, Mattia. The politics of international chemical weapon justice: The case of Syria, 2011-2017. **Contemporary Security Policy**, v. 39, n. 2, p. 280-297, 25 Feb. 2018

ESCWA; UNIVERSITY OF ST ANDREWS. **Syria at war**: Eight years on. Beirut, 2020. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/3894984?ln=en>. Acesso em: 4 mai. 2022.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda et al. **Miniaurélio**: o minidicionário da língua portuguesa. ANJOS, Margarida dos; FERREIRA, Marina Baird (ed.). 6. ed. rev. e atual. Curitiba: Positivo, 2004. 896 p.

FRANCE 24. Russia's growing ties to Syria amid military backing. **France 24**, 28 fev. 2022. Disponível em: <https://www.france24.com/en/live-news/20220228-russia-s-growing-ties-to-syria-amid-military-backing>. Acesso em: 15 jun. 2022.

G1. EUA lançam dezenas de mísseis contra a Síria em resposta a ataque químico. **G1**, 6 abr. 2017. Mundo. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/eua-lancam-misseis-na-siria.ghtml>. Acesso em: 19 maio 2022.

GADDIS, John Lewis. **As grandes estratégias**: de Sun Tzu a Franklin Roosevelt, como os grandes líderes mudaram o mundo. Tradução: Maria de Fátima Oliva do Couto. 1. ed. São Paulo: Planeta do Brasil, 2019. *E-book*.

GIFKINS, Jess. R2P in the UN Security Council: Darfur, Libya and beyond. **Cooperation and Conflict**, v. 51, n. 2, p. 148-165, 2016.

GOOGLE. **Google Maps**: Tartous port. [S. l.: s. n.], 2022. Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/place/Tartous+port/@39.4484772,-13.1141013,3z/data=!4m5!3m4!1s0x15217d4a3034b9d3:0xee1b6dad117fc13b!8m2!3d34.9076973!4d35.8743018>. Acesso em: 12 jul. 2022.

GRAY, Colin. **Modern Strategy**. New York: Oxford University Press, 1999.

HARMER, Christopher. Russian naval base Tartus. **Institute for the study of war**, [S. l.], 31 July 2012. Backgrounder, p. 1-6. Disponível em: [https://www.understandingwar.org/sites/default/files/Backgrounder\\_Russian\\_NavalBaseTartus.pdf](https://www.understandingwar.org/sites/default/files/Backgrounder_Russian_NavalBaseTartus.pdf). Acesso em: 24 jun. 2022.

HOKAYEM, Emile. Iran, the Gulf States and the Syrian civil war. **Survival**, v. 56, n. 6, p. 59-86, 2014

HOMEM, Bruno Rossi Barbieri. **A tecnologia como ferramenta de dominação internacional**: “As novas redes sociais e a construção da opinião pública: O caso da Primavera Árabe. Orientador: Prof. Dr. Henrique Carlos de Oliveira Castro. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) - UFRGS, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/140533>. Acesso em: 26 abr. 2022.

ILINÁ, Julia Valerievna. **A Síria como palco do embate entre grandes potências**: Estados Unidos e Rússia no conflito da Síria. Orientador: Ricardo Neumann. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Relações Internacionais) - Universidade do Sul de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

JANKOVSKI, Aleksandar. Images and decision-making in foreign policy: the case of Vladimir Putin. *In*: KANET, Roger E.; MOULIOUKOVA, Dina (ed.). **Russia and the World in the Putin Era: From Theory to Reality in Russian Global Strategy**. Abingdon: Routledge, 2022. cap. 3, p. 61-91.

JERVIS, Robert. **Perception and Misperception in International Politics**. 2. ed. Nova Jersey: Princeton University Press, 2017.

JOLY, Josephine. Astana Peace process: 17th round of talks on Syria begin in Kazakhstan. **Euronews**, 21 dez. 2021. World. Disponível em: <https://www.euronews.com/2021/12/21/astana-peace-process-17th-round-of-talks-on-syria-begin-in-kazakhstan>. Acesso em: 20 maio 2022.

KAYA, Zeynep; WHITING, Matthew. Sowing division: Kurds in the Syrian war. **Middle East Policy**, v. 24, n. 1, p. 79-91, 2017.

KHADER, Marcelo Arla Cabrera. **A presença Ocidental no Oriente Médio a partir do acordo Sykes-Picot e os desdobramentos geopolíticos com a instauração do Estado de Israel**. Orientador: Luciano Daudt da Rocha. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) - Universidade do Sul de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

KHALAF, Hussein Mezher; MAJEED, Husham Ezzulddin. The Role of Russian Political Leadership in Foreign Decision-Making Process: Putin and Medvedev (Case Study). **Journal of US-China Public Administration**, [s. l.], v. 15, n. 1, p. 13-20, Jan. 2018. Disponível em: <https://www.davidpublisher.com/index.php/Home/Article/index?id=35201.html>. Acesso em: 15 jul. 2022.

KONVISER, Bruce. Syria civil war timeline: A summary of critical events. **DW**, 14 ago. 2017. Disponível em: <https://p.dw.com/p/2hqBX>. Acesso em: 3 mai 2022.

KREUTZ, Andrej. Russia in Syria. The Previous History and Present Concerns. **Annales Universitatis Paedagogicae Cracoviensis: Studia Politologica**, v. 17, n. 214, p. 95-116, 2016. Disponível em: <https://rep.up.krakow.pl/xmlui/bitstream/handle/11716/10684/AF214--08--Russia-i-Syria--Kreutz.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 21 jun. 2022.

LEVADA-CENTER. **Press-releases: Atitudes to Religion**. 19 mar. 2020. Disponível em: <https://www.levada.ru/en/2020/03/19/attitudes-to-religion/>. Acesso em: 24 fev. 2022.

LEVOCZ, Mary. **Russian foreign policy: what drives Russia 's support for the al-Assad regime?**. Orientador: Riham Bahi. 2015. Master 's Thesis (Master of Arts in Political Science) - American University in Cairo, Cairo, 2015. Disponível em:

<https://fount.aucegypt.edu/etds/84/>. Acesso em: 27 jan. 2022.

LITSAS, Spyridon N. Russian Foreign Policy in the Middle East under Putin: Can Bears Walk in the Desert?. **Conflict and Diplomacy in the Middle East**, v. 64, 2019.

LUNA, Shamieh; ZOLTÁN, Szenes. The Rise of Islamic State of Iraq and Syria (ISIS). **AARMS–Academic and Applied Research in Military and Public Management Science**, v. 14, n. 4, p. 363-378, 2015.

LUTTWAK, Edward N. **Strategy: the logic of war and peace**. Cambridge-London: The Belknap Press of Harvard University Press, 2001.

MANKOFF, Jeffrey. **Russian foreign policy: the return of great power politics**. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 2009.

MATAR, Linda; KADRI, Ali (Ed.). **Syria: From national independence to proxy war**. Palgrave Macmillan, 2019.

MCHUGO, John. **Syria: a history of the last hundred years**. New York: The New Press, 2015.

MEARSHEIMER, John J. **The Great Delusion: Liberal Dreams and International Realities**. New Heaven: Yale University Press, 2018.

MEDVEDEV, Dmitry. **Dmitry Medvedev's Article, Go Russia!**. 10 set. 2009. Disponível em: <http://en.kremlin.ru/events/president/news/5413>. Acesso em: 26 maio 2022.

MENEM, Issam Rabih; MORAIS DA SILVA, Ana Karolina; KERR OLIVEIRA, Lucas. A guerra híbrida na Síria e o uso de métodos não convencionais: uma análise de 2011 a 2019. **Revista de Geopolítica**, v. 11, n. 3, p. 43-58, 2020.

MORAIS DA SILVA, Ana Karolina. **Hegemonia, Imperialismo e a Guerra na Síria: Elementos para a análise do Sistema Internacional Contemporâneo**. Orientador: Prof. Dr. Lucas Kerr de Oliveira. Co-orientador: Prof. Dr. Mamadou Alpha Diallo. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais e Integração.) - Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2018.

MOULIOUKOVA, Dina; KANET, Roger E. Assertive foreign policy despite diminished capabilities: Russian involvement in Syria. **Global Affairs**, v. 6, n. 3, p. 247-268, 2020.

MUMFORD, Andrew. **Proxy Warfare: War and conflict in the modern world**. Cambridge: Polity Press, 2013.

ORTEGA, Felipe Afonso. **Cores da mudança?: as revoluções coloridas e seus reflexos em política externa**. Orientador: Reginaldo Mattar Nasser. 2009. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/17460>. Acesso em: 2 fev. 2022.

PARLAR DAL, Emel. Impact of the transnationalization of the Syrian civil war on Turkey: conflict spillover cases of ISIS and PYD-YPG/PKK. **Cambridge Review of International Affairs**, v. 29, n. 4, p. 1396-1420, 2016.

PICCOLLI, Larlecianne. **Europa enquanto condicionante da política externa e de segurança da Rússia: O papel da defesa antimíssil**. Orientador: José Miguel Quedi Martins. 2012. Dissertação (Mestrado em Estudos Estratégicos Internacionais) - Faculdade de Ciências Econômicas, UFRGS, Porto Alegre, 2012.

PICCOLLI, Larlecianne; DALL'AGNOL, Augusto César; PEREIRA, Tito Barcellos. Documentos de Política Externa e de Segurança da Federação Russa após 2014: principais mudanças e implicações | Russian Documents of Foreign and Security Policy after 2014: main changes and implications. **Mural Internacional**, v. 9, n. 1, p. 69-84, 2018.

PICCOLLI, Larlecianne; MACHADO, Lauren; MONTEIRO, Valeska Ferrazza. A guerra híbrida e o papel da Rússia no conflito Sírio. **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**, v. 3, n. 1, 2016.

PROENÇA JR, Domício; DINIZ, Eugenio; RAZA, Salvador G. **Guia de estudos de estratégia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

PUTIN, Vladimir. **Послание Президента Федеральному Собранию**. 1 mar. 2018. Disponível em: <http://kremlin.ru/events/president/news/56957>. Acesso em: 4 jan. 2022.

QUINN, Colm. Russia and Iran Seek to Talk Turkey Out of Syria Incursion. **Foreign Policy**, 19 jul. 2022. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2022/07/19/russia-iran-turkey-syria-putin-erdogan-raisi/>. Acesso em: 19 jul. 2022.

REUTERS. Russia establishing permanent presence at its Syrian bases: RIA. **Reuters**, 26 dez. 2017. World News. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-mideast-crisis-syria-russia-bases/russia-establishing-permanent-presence-at-its-syria-bases-ria-cites-minister-idUSKBN1EK0HD>. Acesso em: 23 jun. 2022.

RIASANOVSKY, Nicholas V.; STEINBERG, Mark D. **A History of Russia**. 8. ed. New York-Oxford: Oxford University Press, 2011.

RIEGERT, Bernd. As Trump and Putin meet, US and Russia agree ceasefire for southwest Syria. **DW**, 7 jul. 2017. Disponível em: <https://www.dw.com/en/as-trump-and-putin-meet-us-and-russia-agree-ceasefire-for-southwest-syria/a-39605917>. Acesso em: 20 maio 2022.

RUSSIA. **The Foreign Policy Concept of the Russian Federation**. Washington, Jun. 2000. Disponível em: <http://www.fas.org/nuke/guide/russia/doctrine/econcept.htm>. Acesso em: 16 jul. 2021.

RUSSIA. **The Foreign Policy Concept of the Russian Federation**. Moscow, Jul. 2008. Disponível em: <http://en.kremlin.ru/supplement/4116>. Acesso em: 16 jul. 2021.

RUSSIA. **The Foreign Policy Concept of the Russian Federation**. Moscow, fev. 2013. Disponível em: [https://www.mid.ru/en/foreign\\_policy/official\\_documents/-/asset\\_publisher/CptICkB6BZ29/content/id/122186](https://www.mid.ru/en/foreign_policy/official_documents/-/asset_publisher/CptICkB6BZ29/content/id/122186). Acesso em: 16 jul. 2021.

RUSSIA. **The Foreign Policy Concept of the Russian Federation**. Moscow, nov. 2016. Disponível em: [https://www.mid.ru/en/foreign\\_policy/official\\_documents/-/asset\\_publisher/CptICkB6BZ29/content/id/2542248](https://www.mid.ru/en/foreign_policy/official_documents/-/asset_publisher/CptICkB6BZ29/content/id/2542248). Acesso em 16 jul. 2021.

SARAIVA, José Flávio Sombra (Org.). **História das Relações Internacionais Contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX à era da Globalização**. São Paulo: Saraiva, 2008.

SOULEIMANOV, Emil Aslan. Mission Accomplished? Russia's Withdrawal from Syria. **Middle East Policy**, v. 23, n. 2, p. 108-118, summer 2016.

STEPANOVA, Ekaterina. Russia in the Middle East: Back to a “Grand Strategy” – or Enforcing Multilateralism? **Politique étrangère**, v. 2, p. 1-14, 2016. Disponível em: [https://www.ifri.org/sites/default/files/atoms/files/pe2\\_stepanova\\_ok.pdf](https://www.ifri.org/sites/default/files/atoms/files/pe2_stepanova_ok.pdf). Acesso em: 7 jun. 2022.

THE NEW ARAB. War in Syria: timeline of key events. **The New Arab**, 12 mar. 2015.

Disponível em: <https://english.alaraby.co.uk/news/war-syria-timeline-key-events>. Acesso em: 3 mai. 2022.

THE OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY. **Russia / Syria**. 2020. Disponível em: <https://oec.world/en/profile/bilateral-country/rus/partner/syr>. Acesso em: 29 June 2022.

TRENIN, Dmitri. Russia in the Middle East: Moscow's objectives, priorities, and policy drivers. **Carnegie Endowment for International Peace**, 5 Apr. 2016. White Paper from the Task Force on US Policy Toward Russia, Ukraine, and Eurasia. Disponível em: [https://carnegieendowment.org/files/03-25-16\\_Trenin\\_Middle\\_East\\_Moscow\\_clean.pdf](https://carnegieendowment.org/files/03-25-16_Trenin_Middle_East_Moscow_clean.pdf). Acesso em: 10 jun. 2022.

ULUDAG, Mekki. Syrian Civil War: Important Players and Key Implications—A Factsheet. **Counter Terrorist Trends and Analyses**, v. 7, n. 7, p. 4-10, 2015.

VISACRO, Alessandro. **Guerra Irregular**: terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história. São Paulo: Contexto, 2009.

WEISS, Andrew S.; NG, Nicole. **Collision Avoidance**: Lessons from US and Russian Operations in Syria. Washington, DC: Carnegie Endowment for International Peace, 2019.